

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL  
(PEPI-UFRJ)

**CAIO JORGE PRADO**

**O GOVERNO CHÁVEZ (1999-2013) E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL NA VENEZUELA:  
perenidades e inflexões de um processo estrutural, histórico e multidimensional**

Rio de Janeiro

2020

**CAIO JORGE PRADO**

**O GOVERNO CHÁVEZ (1999-2013) E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL NA VENEZUELA:  
perenidades e inflexões de um processo estrutural, histórico e multidimensional**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Numa Mazat

Rio de Janeiro

2020

Apoio:

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Bolsista de Mestrado

**CAIO JORGE PRADO**

**O GOVERNO CHÁVEZ (1999-2013) E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL NA VENEZUELA:  
perenidades e inflexões de um processo estrutural, histórico e multidimensional**

Dissertação de Mestrado apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Numa Mazat (orientador, IE/UFRJ)

---

Prof. Carlos Aguiar de Medeiros (IE/UFRJ)

---

Prof. Javier Walter Ghibaudi (UFF)

Rio de Janeiro

2020

## FICHA CATALOGRÁFICA

P896 Prado, Caio Jorge.

O governo Chávez (1999-2013) e o processos de desenvolvimento econômico, político e social na Venezuela: perenidades e inflexões de um processo estrutural, histórico e multidimensional. – 2020.

139 f.; 31 cm.

Orientador: Numa Mazat.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2020.

Bibliografia: f. 130 – 139.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Mônica, pela minha vida, pela maior referência, pelos aprendizados e pela bênção que é tê-la como mãe nessa vida. Você foi fundamental em tudo, mãe.

Ao meu orientador, prof. Numa Mazat, pelos seus pontos de vista, pelo seu direcionamento, pela sua paciência e pelo seu apoio durante esse processo que é, naturalmente, repleto de desafios.

À minha irmã e aos meus irmãos, Paola, Diogo e Bruno, que durante minha vida tiveram papel essencial na formação da minha individualidade e subjetividade.

Às minhas amigas e aos meus amigos, por serem referência e suporte, por tornarem essa vida muito mais colorida e repleta de muito mais aprendizados. Paula, Larissa, Igor, Helder, João, Caio e Felipe, agradeço muito pela vida de vocês e por termos escolhido compartilhar esses momentos por aqui.

Às minhas amigas e aos meus amigos do PEPI/UFRJ, com quem cresci e me aperfeiçoei como pesquisador. Para além do coleguismo de turma, vocês foram fundamentais para que esse processo tenha sido tão engrandecedor.

Ao corpo docente do PEPI/UFRJ, antigas e novas referências na minha vida, pela sua importância na minha formação; com quem muito aprendi e em quem muito me inspirei.

Ao corpo técnico-administrativo do PEPI/UFRJ e do IE/UFRJ, pela presteza e prontidão permanente, e pela paciência que sempre tiveram.

## RESUMO

O presente trabalho enseja endereçar a temática do desenvolvimento econômico e do processo de formação do Estado venezuelano. Notadamente, busca-se, a partir de uma perspectiva comparada e multidimensional, analisar em que passo se encontrava a estrutura econômico-produtiva do país em fins do governo Chávez (1999-2013), assim como pretende-se entender as vicissitudes implementadas por este governo em comparação com períodos históricos anteriores. Similarmente, como parte deste escopo multidimensional, a pesquisa buscou analisar o papel das Forças Armadas da Venezuela como ator político e social, passivo ou ativo, no papel de formação do Estado venezuelano. Assim, diante de uma abordagem histórico-estruturalista, a presente pesquisa pretende traçar um plano de fundo para que seja possível dar alguns passos a mais no entendimento do atual contexto político, econômico e social naquele país, de modo que não há aqui a pretensão de esgotamento das vias explanatórias da atual situação na Venezuela, mas esta dissertação pretende-se como mais um insumo analítico que enseja tornar menos superficiais as abordagens sobre o tema. Paralelamente, este trabalho de pesquisa, baseado em extensa pesquisa bibliográfica, pretende-se também como uma compilação de importantes trabalhos acadêmicos e como uma incipiente base de dados estatísticos que poderão servir de apoio para futuros projetos de pesquisa sobre o tema.

**Palavras-chave:** Venezuela; Governo Chávez; Desenvolvimento; Forças Armadas; Recursos Naturais.

## **ABSTRACT**

The present work aims to address the theme of economic development and the process of formation of the Venezuelan State. Notably, it seeks, from a comparative and multidimensional perspective, to analyze how far the country's economic-productive structure was at the end of the Chávez government (1999-2013), as well as trying to understand the vicissitudes implemented by this government compared to previous historical periods. Similarly, as part of this multidimensional scope, the research sought to analyze the role of the Armed Forces of Venezuela as a political and social actor, passive or active, in the role of forming the Venezuelan State. Thus, by a historical-structuralist approach, the present research intends to outline a background so that it is possible to take a few more steps in understanding the current political, economic and social context in that country, so that there is no pretension here of exhaustion of the explanatory channels of the current situation in Venezuela, but this dissertation is intended as another expressive analytical input in order to make less superficial approaches on the subject. In parallel, this research work, based on extensive bibliographic research, is also intended as a compilation of important academic works and as an incipient statistical database that may serve as support for future research projects on the subject.

**Keywords:** Venezuela; Chávez government; Development; Armed Forces; Natural resources.



## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>10</b>  |
| <b>1. A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO.....</b>   | <b>16</b>  |
| 1.1 AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO – O DELINEAR DE UM ARCABOUÇO TEÓRICO.....                             | 17         |
| 1.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ABUNDÂNCIA DE RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS – MALDIÇÃO OU BENÇÃO?..... | 22         |
| <b>2. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO VENEZUELANO.....</b>                                      | <b>30</b>  |
| 2.1 A CONFIGURAÇÃO DA ECONOMIA VENEZUELANA ACERCA DO PETRÓLEO.....                                      | 31         |
| 2.2 A ASCENSÃO E QUEDA DO PROJETO DESENVOLVIMENTISTA VENEZUELANO E A SUCESSÃO NEOLIBERAL.....           | 46         |
| 2.3 HUGO CHÁVEZ E O NACIONALISMO DOS RECURSOS NATURAIS.....   | 62         |
| 2.3.1 O "nacionalismo dos recursos naturais" e as estratégias de desenvolvimento.....                   | 66         |
| 2.3.2 A trajetória do desenvolvimento durante o governo Chávez.....                                     | 73         |
| <b>3 AS FORÇAS ARMADAS NA ESTRUTURA DE PODER E NA PRÁTICA POLÍTICO-SOCIAL NA VENEZUELA.....</b>         | <b>95</b>  |
| 3.1 AS FORÇAS ARMADAS ENQUANTO GOVERNO.....   | 100        |
| 3.2 AS FORÇAS ARMADAS SOB “CONTROLE CIVIL” DO PACTO DE PUNTO FIJO.....                                  | 103        |
| 3.3 AS FORÇAS ARMADAS ENQUANTO TEORIA E COMO PRÁTICA POLÍTICA NA VENEZUELA.....                         | 110        |
| 3.3.1 As Forças Armadas enquanto teoria.....  | 111        |
| 3.3.2 As Forças Armadas como prática política.....  | 118        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>126</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>132</b> |

## INTRODUÇÃO

São muitas as narrativas que descrevem a atual situação na Venezuela e os caminhos que a delinearão como tal. Assim como teorias são como lentes através das quais enxergamos um fato ou uma realidade, as narrativas são escolhas subjetivas e que transmitem um ponto de vista individual ou coletivo. A narrativa de crise política, econômica e humanitária, por exemplo, foi adotada pela oposição no país e seus apoiadores, quiçá financiadores, pelo mundo. Segundo esta, a causa da situação crítica em que o país se encontra está basicamente ancorada em medidas tomadas a partir da ascensão de Hugo Chávez à presidência, pondo fim a décadas de controle da esfera política pela elite do país e pelo grande capital. Em linhas gerais, esta narrativa aponta para o dito descontrole fiscal do governo, para a alegada falta de estratégia econômica para o desenvolvimento, para os alegados níveis de corrupção e autoritarismo, para a suposição de alinhamento ao narcotráfico internacional, entre outras causas ditas e consideradas consistentes para tal, só que, no fundo, refletem não muito além de opiniões superficiais, pouco fundamentadas e com claro viés político-ideológico, não apenas para desestabilizar, como também para tomar o poder no país.

No entanto, apesar das sucessivas campanhas afim de alcançar tal objetivo desde os primeiros anos do início do que Chávez cunhou como Revolução Bolivariana, o projeto político chavista permanece contando com o apoio de parte significativa da população e, apesar das muitas dificuldades enfrentadas para de fato sair da crise, as forças políticas chavistas permanecem no poder.

Há na atual situação do país um grave descontentamento por parte dos tradicionais donos do poder político e econômico. No entanto, não se trata, hoje, da aristocracia secular de caráter mais agrário, que viu seu poder definhando aos poucos com o crescimento da indústria do petróleo. Trata-se, fundamentalmente, de uma elite rentista urbana que perdeu o controle sobre o setor petrolífero e sobre outros setores estratégicos, como o próprio setor de telecomunicações no país, o qual tinha controle quase-hegemônico antes da reforma promovida por Hugo Chávez. No entanto, há um caráter étnico-social que vai para além da perda destes privilégios políticos e econômicos. Esta elite urbana, branca, viu ascender ao poder uma figura popular que encarnava tudo que ela não era. Como resume Ramonet (2013), acerca do que Chávez representava neste sentido,

na Venezuela profunda, nos agrestes e nos "ranchos" das periferias urbanas, a gente comum se identificava com ele, o viam como um dos seus. Pela sua maneira de falar, por suas palavras solidárias, por suas referências culturais compartilhadas, por sua

sensibilidade às desgraças do povo, por seu modo de ser e até por sua aparência física. Chávez era uma síntese de indígena, europeu e africano. Tricontinental. As três raízes da *venezolanidad*. Nesse sentido, foi sempre uma exceção entre as elites, predominantemente brancas, da Venezuela. O povo compartilhava com ele a rejeição de uma classe política distante, rica e muitas vezes corrupta.<sup>1</sup> (Ramonet, 2013: 32)

O interesse posto aqui nesta dissertação não é de ser mais uma narrativa, apesar de ser um viés alternativo de observar e analisar o contexto daquele país. O principal interesse aqui representado é o de trazer e discutir a situação atual na Venezuela sem recair sobre leviandades da opinião, do discurso e do jogo político de curto prazo. Não há aqui o intuito de se escolher lados nem de se apontar perdedores e ganhadores, mas de, fundamentalmente, tirar a discussão da superficialidade. Obviamente, não se pretende por esse trabalho isenção e imparcialidade, posto que, afinal, isso é impossível em qualquer análise e, aqui, essas definições serão bem claras e evidentes. O objetivo principal deste trabalho de pesquisa é endereçar a temática do desenvolvimento econômico e do processo de formação do Estado na Venezuela. Notadamente, busca-se, a partir de uma perspectiva temporalmente comparada e multidimensional, analisar a que passo se encontrou a estrutura econômico-produtiva do país em fins do governo Chávez (1999-2013), assim como pretende-se entender as vicissitudes implementadas por este governo em comparação com períodos históricos anteriores. Similarmente, como parte deste escopo multidimensional, a pesquisa buscou analisar o papel das Forças Armadas da Venezuela como ator político e social, passivo ou ativo, em diferentes momentos históricos e o seu papel no processo de formação do Estado venezuelano.

Grosso modo, o que se observa na Venezuela é a permanência de uma estrutura subdesenvolvida. Um dos aspectos que o contexto atual da economia daquele país nos evidencia, por exemplo, é que, ainda hoje, a estrutura econômico-produtiva do país não se desenvolveu a ponto de sustentar e atender às demandas, das mais básicas às mais complexas, da população como um todo. Há que se ter em conta que, qualitativamente, existem diferentes maneiras de observar e a que padrões de consumos se refere a demanda da população. No entanto, não há uma resposta simples, nem um só culpado por esta situação, como muitas das narrativas opositoristas tentam desenhar. Trata-se, contudo, de uma situação de relativa crise de cortes multidimensionais, cuja saída, não obstante, dependerá de soluções igualmente

---

<sup>1</sup> Tradução própria, do espanhol: "*En la Venezuela profunda, en las agrestes provincianas y en los "ranchos" de las periferias urbanas, la gente común se identificaba con él, lo veía como uno de los suyos. Por su manera de hablar, por sus palabras solidarias, por sus referencias culturales compartidas, por su sensibilidad a las desgracias ajenas, por su forma de ser y hasta por su aspecto físico. Chávez era una síntesis de indígena, europeo y africano. Tricontinental. Las tres raíces de la venezolanidad. En ese sentido fue siempre una excepción entre las élites, predominantemente blancas, de Venezuela. El pueblo compartía con él su rechazo de una clase política lejana, rica y a menudo corrupta.*"

multidimensionais. Por isso, não haveria de ser diferente, a presente pesquisa optou por uma abordagem essencialmente histórico-estrutural e multidimensional.

Além disso, há que se olhar para os aspectos e os fatores que sustentam a permanência do projeto iniciado por Chávez e continuado por Nicolás Maduro, que ainda logra relativo apoio popular e que, diferentemente da tradição histórica latino-americana, ainda não foi derrubado por alguma ruptura, seja via impeachment ou via um golpe militar de Estado clássico. Nesse sentido, buscou-se analisar que diferenças qualitativas o projeto de desenvolvimento promovido por Chávez trouxe com relação a períodos anteriores e o modo como ainda permanece de maneira sustentada na vontade e no ideário popular, assim como buscou-se entender de que maneira e qual o papel das Forças Armadas do papel nesse contexto, diferentemente de períodos históricos anteriores. Foi exatamente baseada nesses objetivos e nesses pressupostos que a presente dissertação se construiu.

O primeiro capítulo busca apresentar e discutir a questão teórica do desenvolvimento econômico e será dividido em duas partes principais. A primeira parte será dedicada à formação de um arcabouço teórico basilar onde serão apresentadas brevemente algumas das contribuições teóricas da escola desenvolvimentista clássica e das contribuições da abordagem estruturalista latino-americana, que servirão de norte e de direcionamento para que fique claro, neste trabalho, o que se entende por desenvolvimento. A segunda parte, por sua vez, apresentará a discussão teórica geral acerca da questão dos recursos naturais e o desenvolvimento, convergências e divergências, assim como parte da multiplicidade de abordagens e vieses tomados para se analisar o impacto da abundância de recursos naturais em termos de desenvolvimento; assim, procura-se lançar um olhar mais geral para essa questão que será trabalhada de maneira mais objetiva à frente no trabalho, com a contribuição de Medeiros (2013a) e o que chamou de “nacionalismo dos recursos naturais”.

O segundo capítulo traz uma perspectiva histórica acerca do processo de desenvolvimento econômico da Venezuela. Ele está dividido em três partes principais que são referentes a três períodos históricos diferentes e que servirão de base para uma posterior análise comparativa.

A primeira parte deste capítulo se refere à transição da economia venezuelana de exportadora de bens agrícolas para uma economia exportadora de petróleo, assim como traz os impactos desta transição a um primeiro processo de industrialização do país que, relativamente, alcançou números bastante expressivos, mas que em termos de desenvolvimento foi um tanto limitado. Notadamente, o período de 1945-56, assim como

trabalhado por Furtado (1957) foi bastante enfatizado, trazendo importantes insumos analíticos. Trata-se, portanto, de um esforço histórico-explicativo deste período e traz luz a importantes números do primeiro esforço industrializador do país que, diferentemente do resto da América Latina, veio apenas em meados do século XX.

A segunda parte deste capítulo refere-se a um período histórico bastante importante para a análise do desenvolvimento econômico da Venezuela. Trata-se nesta parte o breve processo de ascensão e queda do primeiro projeto desenvolvimentista de fato no país e sua substituição pelo projeto neoliberal que viria a ser o *mainstream* para o restante das economias latino-americanas naquele período. Esta é uma apresentação e discussão que vai desde o primeiro governo Carlos Andrés Pérez (1974-79) até a ascensão de Chávez ao poder. Apesar de terem acontecidos eventos sociais importantes neste período, estes são tratados *en passant* uma vez que serão mais profundamente analisados mais à frente nesta dissertação, de modo que serão evidenciados os eventos e processos que influenciaram positiva ou negativamente o processo de mudança da estrutura econômico-produtiva do país neste período.

A terceira e última parte deste capítulo trará uma similar análise acerca do período do governo Chávez (1999-2013), de modo que ensejará apresentar o fluxo e a trajetória do desenvolvimento econômico e de transformação institucional e estrutural do sistema econômico-produtivo do país. Considera-se importante essa discussão introdutória porque muito do que Chávez trouxe como estratégia de desenvolvimento refletiu este paradigma, de modo que se faz pertinente trazer esse insumo teórico a fim de entender os processos de tomada de decisão política e as medidas econômicas tomadas no sentido do desenvolvimento econômico naquele período.

O terceiro capítulo traz, por sua vez, uma perspectiva histórica acerca do papel político e social das Forças Armadas na formação do Estado venezuelano e os diferentes modos como a relação entre civis e militares se deu no processo de construção, desenvolvimento e consolidação das instituições políticas do país. Além disso, nesse capítulo serão tratados aspectos e fatos políticos e sociais sensíveis a história política venezuelana, de modo que serão analisados seus papéis na configuração da estrutura política como se deram nesses períodos. Este capítulo, como o anterior, também está dividido em três partes principais que são referentes a três períodos históricos diferentes e que servirão igualmente de base para posterior análise comparativa.

A primeira parte deste capítulo aponta para as raízes do surgimento da Venezuela independente e como as relações sociais se construíram naquele período até meados do século XX. Notadamente, as forças do poder político eram militares e as Forças Armadas se confundiam com o próprio Poder Executivo, não havendo divisão clara. Nesse sentido, são tratadas questões específicas dessa dinâmica e traça-se o panorama que serviu e base para o que o no período seguinte norteou as relações entre os setores civis e militares na esfera política e na sociedade venezuelana.

A segunda parte deste capítulo, portanto, parte de 1958 com a consolidação do *Pacto de Punto Fijo*, um grande acordo entre as elites do país, que garantiu a sucessão política para a esfera civil e relegou os militares a papéis específicos na Venezuela. Nesta parte são tratadas questões teóricas acerca das relações entre civis e militares, assim como os mecanismos e dilemas relacionados ao “controle” de uma por outra. Nesse sentido, serão tratados aspectos específicos que nortearam as medidas políticas relacionadas às Forças Armadas e o modo como aos militares foram relativamente cerceados os direitos políticos, o que certamente viria a gerar impactos políticos futuros, mas que, no entanto, ao mesmo tempo, se desenvolveu o que pode chamar de “cultura militar” no país que, por sua vez, foi exatamente o contexto em que se formaram Hugo Chávez e importantes figuras políticas dos dias de hoje, sendo assim um aspecto bastante importante a ser analisado.

A terceira e última parte deste capítulo traz, por fim, uma análise acerca do retorno de status político às Forças Armadas dado por Chávez como parte do projeto da Revolução Bolivariana. Esta parte está dividida em duas partes menores. Primeiramente, buscou-se analisar de que modo o papel político dos militares esteve como parte da teoria e do projeto político bolivariano; no caso, vale destacar o evidente e expressivo esforço por uma aliança civil-militar efetiva como parte importante para o sucesso do processo revolucionário. Segundamente, uma vez que Chávez ascendeu à presidência do país, buscou-se observar e analisar como seu governo buscou estruturar as instituições políticas de contato direto com o povo, principalmente via programas sociais, muitos dos quais em parcerias com outros países latino-americanos e como parte de projetos de política externa, e o modo como introduziu os militares nessa dinâmica, como “braços” e “pernas” destes programas, e no cotidiano da população do país, principalmente a sua parcela mais vulnerável.

Após a apresentação do que se buscou desenvolver com esse trabalho de pesquisa, após serem apresentadas e discutidas as variáveis objetivas e subjetivas da análise a que esse trabalho desde o princípio objetivou, a presente dissertação ensejará, como considerações

finais, apresentar de que maneira, qualitativamente, Chávez se diferenciou de seus antecessores de modo a tornar ainda resistente seu projeto político em um esforço relativamente comparativo de análise. Nesse sentido, buscará apresentar os resultados que indicariam, apesar da perenidade do subdesenvolvimento do país, qual a diferença qualitativa e quais foram as inflexões estruturais promovidas pelo governo Chávez no país que denotaram relativo sucesso e sustentabilidade até os dias de hoje.

Assim, a presente dissertação buscará empreender uma análise do contexto político, econômico e social venezuelano atual sem recair em achismos e fundamentando-a por um processo histórico responsável até hoje por implicações estruturais e pela permanência do subdesenvolvimento do país. Objetiva-se ainda apontar que o caso venezuelano, mesmo sujeito a dinâmicas geralmente observáveis em diversos processos latino-americanos, representa um caso *sui generis* de subdesenvolvimento, cujas características específicas e cujos esforços empreendidos para a superação de tal status em muito contribuem para os estudos do desenvolvimento. De tal maneira, a partir desta especificidade e multidimensionalidade, o presente trabalho também enseja incentivar o debate acerca das várias influências políticas, econômicas e sociais que circundam o cenário político venezuelano atual. Por fim, mas não menos importante, a parte de referências bibliográficas traz o resultado de um extenso trabalho de pesquisa e fichamento bibliográfico que, por mais que não tenha sido citado diretamente, serviu de insumo analítico e merece ser destacada com vistas também a incentivar ainda mais projetos de pesquisa sobre o tema.

## 1. A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

Tratar o desenvolvimento como uma questão à parte foi e ainda é fundamental para que se entendam as dinâmicas de superação do atraso econômico dos países e tal fundamento esteve no cerne de todas as abordagens que ensejaram endereçar o tema. Não obstante, como em quase todos os estudos econômicos e sociais, há uma diversidade muito grande de enfoques entre os autores e as autoras que se propuseram a tratar desta questão. Como o presente trabalho não se propõe como uma dissertação acerca da “Economia do Desenvolvimento”, como ficou conhecida a área dentro das ciências econômicas responsável por esse estudo específico, não objetivará tratá-la de maneira geral.

Há que se deixar claro, já de antemão, que este trabalho parte de uma perspectiva específica acerca do desenvolvimento, partindo do pressuposto que desenvolvimento assume, sim, aumento de produtividade das atividades do campo e da cidade, assim como pressupõe algum nível de industrialização como variáveis fundamentais para a superação do atraso e da divergência entre países ricos e pobres. No entanto, parte-se do princípio que, por mais que sejam condições necessárias, não são suficientes como variáveis ou pressupostos indicativos de desenvolvimento. De tal modo, pela perspectiva adotada nessa pesquisa, não há desenvolvimento sem algum nível de distribuição de renda e redução de desigualdades econômicas e sociais no interior dos países. Nesse sentido, o presente capítulo se constitui de duas partes principais que serão apresentadas a seguir.

Na primeira parte serão tratadas questões teóricas mais gerais que serviram de base para que o entendimento apresentado no parágrafo anterior fosse instituído. Por essa linha serão apresentados e brevemente discutidos trabalhos de autores desenvolvimentistas como Arthur Lewis<sup>2</sup>, Simon Kuznets<sup>3</sup>, Holly Chenery<sup>4</sup>, entre outros, tidos como pioneiros do “*development economics*”. Vale apontar que são autores que tratam da questão do desenvolvimento sob uma perspectiva que atravessa necessariamente a questão da mudança estrutural da economia de um país.

Posteriormente, ainda nesta parte, serão abordadas a contribuição do estruturalismo latino-americano que trouxe aos estudos do desenvolvimento o contexto específico dos países latino-americanos. Notadamente, as peculiaridades que um sistema já dividido e especializado entre o que se convencionou chamar de centro e periferia, que apresentou peculiaridades e

---

<sup>2</sup>Lewis, 1954; 1960.

<sup>3</sup>Kuznets, 1954.

<sup>4</sup>Chenery, 1955.



determinantes fundamentais para que se entendesse, para além da questão do desenvolvimento em si, o que e o porquê de a América Latina permanecer como um continente subdesenvolvido.

Tendo sido feitas tanto essa apresentação mais conceitual da questão do desenvolvimento e sido introduzida a questão específica do subdesenvolvimento latino-americano pela perspectiva estruturalista, que servirá, também, de preâmbulo para a segunda parte, será tratada especificamente a questão do desenvolvimento econômico a partir da abundância de recursos naturais estratégicos. Esta parte, um tanto mais extensa que a primeira, se mostra especificamente importante para a construção desta dissertação pois abarca o contexto político, econômico e social venezuelano, que é uma economia que gira necessariamente sobre a exploração e comercialização do recurso natural mais estratégico do século XX e ainda primeiras décadas do século XXI, o petróleo. Vale adiantar que tal condicionante gera uma pré-condição ao desenvolvimento que, em muitas experiências latino-americanas, se apresentavam como gargalos, que seria, no caso, uma relativa abundância de divisas internacionais. Por esse e outros motivos que serão apresentados, torna-se providencial passar por essa análise para que se construa a base do que será destrinchado nos capítulos que se seguem a esse.

## 1.1 AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO – O DELINEAR DE UM ARCABOUÇO TEÓRICO

Como apontado anteriormente, o crescimento econômico (com especial ênfase ao crescimento do produto *per capita*) e a industrialização que são não somente condições necessárias para o processo de desenvolvimento econômico, mas também, como duas faces de uma mesma moeda, são aspectos que se implicam mutuamente. Também como foi apontado anteriormente, tais aspectos não são suficientes, mas também, como veremos a seguir não são as únicas variáveis determinantes.

Para abordar a questão do desenvolvimento econômico, assume-se um ponto de partida universal: existem economias desenvolvidas e economias subdesenvolvidas. Tal distinção, por mais óbvia que pareça, é importante para que se entenda o que é exatamente essa passagem, o que seria a superação do atraso. Portanto, o primeiro passo será definir o que é o subdesenvolvimento, para posteriormente discutirmos o que a história econômica nos

apresenta como experiências de desenvolvimento e os pressupostos e dinâmicas que foram percebidas como necessárias.

Arthur Lewis, economista nascido em St. Lucia e prêmio Nobel de economia, apontou e sofisticou talvez uma das mais bem construídas caracterizações das economias subdesenvolvidas que seriam “economias duais”. Em linhas gerais, o autor percebeu que nos países subdesenvolvidos, haveria a coexistência entre um setor atrasado, ao qual chamou de setor de subsistência, e um setor moderno. Este seria a parte da economia que utilizaria capital reproduzível e pagaria os capitalistas pelo seu uso, aquele seria todo o resto da economia que não utilizaria esse capital reproduzível e cuja produtividade marginal do trabalho seria muito pequena, nula ou até mesmo negativa (Lewis, 1954). O principal pressuposto levantado pelo autor, que dá o nome para este ensaio, é a observação da situação de oferta ilimitada de mão de obra nas economias atrasadas, que permitia que os salários permanecessem no nível de subsistência no setor atrasado, de modo que a passagem de trabalhadores do setor atrasado para o setor moderno dependeria necessariamente da disponibilidade de capital nessas economias, o que geraria conseqüentemente um aumento no nível de renda *per capita*. Por fim, uma última observação, acerca do nível de salários, deve ser mencionada. Enquanto no setor atrasado, como foi apresentado, o nível de salários era o de subsistência,

o salário que o setor capitalista em expansão tem de pagar é determinado pelo que se pode ganhar fora desse setor (...) O fato de que o nível de salários do setor capitalista depende daquilo que se ganha no setor de subsistência é, às vezes, da maior importância política, visto que isso reflete no interesse direto dos capitalistas em manter baixa a produtividade dos trabalhadores de subsistência (*ibid.*: 422).

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que Lewis aponta essa problemática tipicamente econômica, como é o caso da transferência entre setores nesta economia dual, a partir da disponibilização de capital excedente, ele aponta para um problema de cunho social acerca das estruturas das sociedades desses países: o progressivo “surgimento de uma classe capitalista, isto é, de um grupo de homens que pensam em termos de investimento produtivo de capital. As classes dominantes das economias atrasadas (...) normalmente não pensam nesses termos” (*ibid.*: 432). Essa conjunção de problemáticas pode estar no cerne do que será tratado logo a seguir acerca do tratamento da questão agrária, uma vez que qualquer incremento técnico e tecnológico no campo seria desincentivado e qualquer projeto de reforma, minado.

A partir disso, são tratadas as questões necessárias para acelerar o crescimento econômico e superar o atraso. Notadamente, dois movimentos simultâneos deveriam ser

observados, uma “revolução” na produção agrícola nas zonas rurais e uma “revolução” industrial nos centros urbanos. Para além das questões políticas e sociais específicas já citadas, acerca da questão agrícola, o que se observa como necessário é o tratamento da questão da população e das tecnologias empregadas na produção e a produção agrícola final no campo que, em suma, pode ser considerada como produtividade, seja ela a produção por unidade de capital (tecnologia) ou por unidade de trabalho (mão de obra empregada).

Nesse sentido seria fundamental o tratamento da questão da proporção de fatores empregados na produção agrícola e na produção industrial; especialmente em economias cuja disponibilidade de capital é bastante restrita. Como aponta Chenery (1955),

a variação da relação capital/produto na agricultura se refletirá em mudanças nos níveis desejáveis de investimento em todos os setores industriais caso se pretenda atingir um determinado aumento do PNB. (...) Ambos os aspectos do problema das proporções dos fatores parecem ser, assim, bastante significativos na determinação da importância a ser dada ao papel do desenvolvimento industrial. (Chenery, 1955: 474)

Em linhas gerais, uma vez que será um tema perene no desenrolar da apresentação deste trabalho de pesquisa, o que se pressupõe é o deslocamento da mão de obra da produção agrícola para a produção industrial e para as atividades comerciais e de serviços urbanas, mas sem haver perda produtiva no campo. Ou seja, pressupõe-se, assim, o aumento da produtividade via incremento técnico e tecnológico de modo que se observa a transição de um modelo trabalho-intensivo no campo para um modelo capital-intensivo. De maneira bastante objetiva, Singer (1952) aponta

se uma relação 70:30 da agricultura é típica de países subdesenvolvidos, uma relação de 20:80 ou de 15:85 é característica de países num estágio elevado de desenvolvimento econômico, os quais considerados sistemas fechados (após feitos os descontos de excedentes de importações ou exportações de produtos agrícolas). A velocidade, ou a taxa de desenvolvimento econômico, pode então ser descrita pelo ritmo segundo o qual a relação de 70:30 na estrutura econômica vai se aproximando da relação de 20:80, que representa o equilíbrio último a um alto nível de desenvolvimento econômico. (Singer, 1952: 398)

Tendo sido apresentadas e discutidas essas questões acerca do desenvolvimento, faz-se importante um apontamento final, ainda de caráter mais geral, para o que seria o subdesenvolvimento em si. Nesse sentido, Kuznets (1954) aponta para três vieses sob os quais poderíamos entender essa questão: um primeiro endógeno ligado à incapacidade institucional e tecnológica dos próprios países em realizar suas potencialidades; um segundo de caráter relacional, o subdesenvolvimento como atraso relacionado aos demais países do centro; e um terceiro viés de caráter político e social, sendo o subdesenvolvimento a incapacidade de se proporcionar um nível de vida aceitável para boa parte de uma população, resultando em

miséria e privações. No entanto, muito menos determinista do que em uma primeira análise possa parecer, Kuznets aponta para uma característica que já se fazia clara nos meios políticos e acadêmicos em torno da questão do desenvolvimento, servindo de base para qualquer assunção que a partir daqui se faça aqui neste trabalho:

[Se] sugere um contraste importante entre os países subdesenvolvidos de nossos dias e a situação dos países adiantados tal como eram pouco antes da introdução das grandes transformações tecnológicas que resultaram no sistema industrial moderno – o sistema cuja adoção constitui boa parte do conteúdo do processo de desenvolvimento econômico moderno. Naquela época - em meados ou no fim do século XVIII -, muitos dos atuais países desenvolvidos já eram avançados economicamente segundo os padrões de então; já haviam tido nos séculos anteriores um crescimento razoavelmente sustentado e gozado de independência política ao fazê-lo; e eram os participantes e beneficiários diretos da expansão do conhecimento e das mudanças de atitude (...). Em contraste com esses fatos, muitos dos países subdesenvolvidos de hoje são herdeiros de civilizações bem mais antigas, que, embora bastante superiores economicamente num passado remoto, exibem características fortemente enraizadas que constituem sérios obstáculos à adoção de um sistema industrial moderno. Esses países enfrentam problemas de desenvolvimento após décadas, se não séculos, de sujeição política que, ainda que lhes garanta alguns efeitos benéficos, deixa uma herança contra a qual têm de lutar os regimes independentes recentemente estabelecidos. Isso os leva a utilizar o potencial disponível de conhecimentos econômicos não de uma posição de liderança próxima e ao final de um processo cumulativo de crescimento e aprendizagem realizado em condições de independência política, mas de uma posição de retardatários a grande distância e após um período de distorção da organização interna ou pela submissão política ou pela coexistência com os líderes agressivos da civilização econômica ocidental. (Kuznets, 1954: 168)

Notadamente, tais questões se relacionam aos processos gerais de desenvolvimento e muito do que se apontou a partir desses tratados sobre economia foram reproduzidos em diversas experiências. No entanto, uma vez que aqui se pretende tratar de uma experiência latino-americana, não poderia deixar de ser feita a apresentação do que propuseram os autores estruturalistas. Em linhas gerais, o que se agrega pela produção técnica e teórica desses autores é a existência de uma estrutura internacional que condicionou e ainda continuaria condicionando as relações econômicas internacionais, assim como teriam um papel determinante na própria constituição das estruturas políticas, econômicas e sociais internas destes países. Nesse sentido, pela perspectiva estruturalista latino-americana não haveria outra possibilidade, senão uma abordagem histórica e estrutural, para analisar a questão do desenvolvimento dos países atrasados, e por desenvolvimento, faz-se importante notar, entendia-se como subjacente a necessidade de superação das estruturas de desigualdade política e social observadas no continente latino-americano. Para tal, também se assumiu a divisão do sistema internacional entre centro e periferia, o que permitiria à análise estruturalista atender às questões dialéticas do sistema. Como Sunkel (1974) já apontava,

o desenvolvimento tem de ser medido em termos de indicadores econômicos, sociais e políticos que expressem a direção e a grandeza das mudanças, e que as políticas de desenvolvimento não devem ser formuladas em função dos requisitos técnico-econômicos de determinada taxa de crescimento formulada aprioristicamente, mas, conforme a viabilidade de determinadas políticas e dos seus requisitos técnico-econômicos, sendo a taxa de crescimento apenas a resultante delas. (...) Em resumo, o conceito de desenvolvimento, concebido como processo de transformação social, refere-se a um processo deliberado que busca, como finalidade última, a igualação das oportunidades sociais, políticas e econômicas, tanto no plano nacional como relativamente a sociedades que desfrutam padrões mais altos de bem-estar material. Entretanto, isso não significa que o referido processo de mudança social tenha de seguir a mesma trajetória, nem de chegar necessariamente a formas de organização política e social semelhantes às que prevalecem nos países atualmente industrializados (...). Esta abordagem implica, ainda, o uso de um método estrutural, histórico e totalizante, através do qual se busque uma reinterpretação do processo de desenvolvimento dos países latino-americanos a partir de uma caracterização de sua estrutura produtora, da estrutura social e de poder derivada daquela; da influência da estrutura social e de poder sobre a política econômica e social, e das transformações das estruturas produtoras e de poder derivadas das transformações verificadas nos países centrais e nos seus vínculos com os países periféricos. (Sunkel, 1974: 45-6)

No decorrer do século passado, a perspectiva estruturalista influenciou e foi bastante influenciada pelas próprias experiências de desenvolvimento latino-americanas e, nesse sentido, falar de um pensamento homogêneo torna-se um tanto inverossímil. No entanto, existem alguns pressupostos que permaneceram relativamente estáveis no decorrer desses processos heterogêneos em si. O primeiro, que vem também em consonância com as propostas dos economistas do desenvolvimento, foi o pressuposto da industrialização como o motor e como condição necessária do desenvolvimento econômico e, dentro desse arcabouço, os processos de substituição de importações assumiram uma quase unanimidade. O segundo foi o entendimento da inserção da América Latina no comércio internacional como elemento de análise fundamental para a compreensão das próprias experiências de desenvolvimento. O terceiro pressuposto seria o da tendência à deterioração dos termos de troca.

Esses três elementos integrados trazem à discussão a questão da restrição externa ao crescimento e com ele uma série de aspectos que serviram de gargalo para a expansão das economias do continente. Notadamente, o setor externo, a partir da necessidade de se obter divisas internacionais para saldar a demanda por importações esteve tanto no processo de industrialização, pelo lado demandante de divisas, quanto na questão da inserção internacional, como uma importante fonte dessas divisas, determinando em expressiva parte a situação dos balanços de pagamentos (Medeiros e Serrano, 2001).

Definitivamente, a partir de tais pressupostos a análise sobre o desenvolvimento venezuelano já toma um caráter mais complexo do que uma breve análise de indicadores que, em si, são fundamentais instrumentos analíticos, mas não são suficientes para que um entendimento amplo da situação daquele país seja satisfeito. Nessa direção, a próxima seção

deste capítulo tratará de uma dinâmica específica à qual se insere a experiência Venezuela que, nesse escopo de construção de uma base teórica, torna-se providencial para a posterior análise.

## 1.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ABUNDÂNCIA DE RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS – MALDIÇÃO OU BENÇÃO?

A história econômica da América Latina como um todo pode ser descrita a partir de uma série de continuidades e descontinuidades. Dentro desses movimentos cíclicos, no entanto, uma série de especificidades denotou as experiências particulares dos países da região. Fato é que, por mais que existam aspectos estruturais compartilhados por esses países, cada experiência é única, pois há no continente latino-americano uma heterogeneidade e uma diversidade constitucional em termos de geografia, meio-ambiente, demografia, etc., de tal sorte que, até mesmo ao analisar um único país, há que se relativizar uma série de fatores particulares ao seu próprio processo, contexto e tempo históricos.

Um exemplo característico é a temporalidade dos processos de industrialização. A partir dos processos de independência, os países seguiram a tendência de irem se especializando cada vez mais na exploração e exportação de bens primários herdando uma série de aspectos políticos, econômicos e sociais; o que está, por exemplo, no cerne das dificuldades estruturais e institucionais enfrentadas pelas economias latino-americanas no início de seus processos de industrialização. De tal sorte, o ponto principal a se analisar aqui é que há uma tendência de se entender o tratamento dessas questões a partir da década de 1930, de modo que há o entendimento de que o período compreendido os anos 1950 e 1970 foi um período de superação ao menos parcial desses problemas e o período que se seguiu a ele foi um período de retrocessos e aprofundamento da agenda neoliberal, pelo menos até o fim do século passado. Como aponta Cypher (2018), entre 1950 e 1970,

inegavelmente, as iniciativas políticas formuladas pelos economistas estruturalistas na Cepal forneceu um arcabouço teórico que promoveu um novo alinhamento institucional em que grandes bancos de desenvolvimento estatais canalizaram créditos para setores industriais estratégicos (muitas vezes parcialmente ou totalmente estatais) que foram promovidos a fim de criar processos dinâmicos e cumulativos de crescimento econômico liderado pela industrialização. (...) Os estruturalistas (...) argumentaram que os parâmetros estruturais fundamentais das economias latino-americanas deveriam ser alterados; e eles foram. (Cypher, 2018: 27)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup>Tradução própria, do inglês: *“Undeniably, policy initiatives formulated by the structuralist economists at the UN’s ECLAC provided a theoretical framework that promoted a new institutional alignment wherein large state-owned development banks channeled credits to strategic industrial sectors (often partially or wholly state-*

Nesse contexto, há que se referenciar a importância da formulação teórica acerca do modelo de substituição de importações, seus processos, sua aplicabilidade, seu auge e seus limites (Tavares, 1972, 1986). Como aponta Medeiros (2013b), não obstante sua formulação teórica, faz-se importante notar a sua escolha como estratégia de desenvolvimento nacional no pós-2ª Guerra, o que tem implicações bem específicas, principalmente se compararmos com outros processos de desenvolvimento contemporâneos, como os processos de industrialização asiáticos. Trata-se de um modelo cuja sustentabilidade estaria alicerçada no nível de alinhamento entre o regime macroeconômico do país e os objetivos de desenvolvimento industrial; e na capacidade do país de satisfazer seus interesses tomando em conta suas restrições externas.

Medeiros (2013b) aponta também alguns motivos pelos quais os processos de desenvolvimento industrial dos países latino-americanos foram menos profundos e complexos do que os países asiáticos. Foram experiências que tiveram lugar em um mesmo momento histórico, mas que, no entanto, se inseriram em conjunturas políticas e geopolíticas distintas que se fizeram notar principalmente nas condições de acesso a crédito internacional e a divisas estrangeiras (muito mais abundantes para países asiáticos). No entanto, o autor também aponta para condicionantes internas que envolvem a heterogeneidade estrutural dos países latino-americanos, a parca distribuição de renda associada aos processos de desenvolvimento industrial, a participação das exportações industriais no todo exportado, e, até mesmo, o fato de não ter havido uma coalizão social democrática nos países latino-americanos, como aconteceu nos países asiáticos. Para além das peculiaridades de cada processo, vale apontar que estes foram aspectos que, mais que tendências, permearam a base dos processos industriais latino-americanos e direcionaram o processo de desenvolvimento da região.

No entanto, como ensejaremos mostrar nesta seção do trabalho, o caso venezuelano foi não seguiu necessariamente essa tendência. Diferentemente do restante da região, que já no início do século XX começou a ensejar mudanças estruturais, principalmente em países como México, Brasil e Argentina, na Venezuela não houve tal movimento por condicionantes políticas e sociais específicas, mas fundamentalmente porque o país estava assentado sobre um aspecto geopolítico e geoeconômico muito importante: a abundância de petróleo em seu

---

*owned) that were promoted in order to create dynamic and cumulative processes of industrialization-led economic growth.. The structuralists (...) argued that the fundamental structural parameters of the Latin American economies would have to be altered; and they were.” (CYPHER, 2018: 27)*

território. Notadamente, a abundância na oferta do recurso mais estratégico do século XX, em seu território teve papel suficiente para que a dinâmica apresentada no parágrafo anterior não tenha sido seguida naquele país no século passado. Nesse sentido, com vistas a introduzir o caso específico da Venezuela, que será discutido no próximo capítulo, faz-se importante, nessa parte, trazer à luz a questão do desenvolvimento econômico em situação de abundância de recursos naturais estratégicos e o modo como foi tratada na literatura econômica. Nesse sentido, uma vez tratada a questão teórica geral, torna-se importante dar um passo atrás na gênese da história econômica do petróleo neste país, uma contextualização político-social que servirá de base para que posteriormente ensejemos entender as estruturas desse país e, por fim, trazer as dinâmicas econômicas que estão no cerne da construção da estrutura política e social venezuelana.

É quase inquestionável que focar na produção de petróleo, e somente na produção de petróleo, trouxe problemas estruturais para a economia venezuelana na sua construção histórica e como ela se apresenta hoje. A base teórica que sustenta essa assunção foi bastante trabalhada pelos teóricos que buscaram apresentar e discutir a questão da “Maldição dos Recursos Naturais”. No entanto, apesar desse caso específico, não é ilógico pensar que quanto maior a disponibilidade de recursos naturais de um país, maior é a sua chance de crescer e se desenvolver e, nesse sentido vale se questionar se há ou não um consenso geral acerca desta suposta maldição. Por isso, faz-se importante apontar como é entendida e definida, nos círculos acadêmicos, essa relação entre recursos naturais, crescimento e desenvolvimento econômico e, a isso, serão dedicados os próximos parágrafos desse capítulo.

Nessa linha, Pamplona e Cacciamali (2018) sistematizam um esquema triplo para apresentar e lançar as bases dessa discussão:

Palma (2005) identifica três campos teóricos distintos que separam e organizam os diferentes modelos de crescimento econômico de longo prazo: os modelos neoclássicos tradicionais; os novos modelos de crescimento, com sua versão neoschumpeteriana; e os modelos de influência estruturalista latino-americana e pós-keynesiana. (...)

A literatura é sistematizada por meio de três abordagens correntes no debate: os estruturalistas/keynesianos - defensores da centralidade da indústria de transformação e da ideia de maldição dos recursos naturais; os neoinstitucionalistas - adeptos da concepção de que as instituições são decisivas na inibição da maldição, particularmente aquelas que garantem o bom funcionamento do mercado; e os neoschumpeterianos, para os quais, o que importa não é o que se produz, mas como se produz, se há dinamismo tecnológico ou não, se há inovação ou não. (Pamplona; e Cacciamali, 2018: 132)

Dentro da perspectiva pós-keynesiana/estruturalista latino-americana, percebe-se que, há uma tendência geral a se gerar uma série de expressivas consequências político-



institucionais e socioculturais bastante deletérias aos países. No entanto, o cerne da questão do desenvolvimento industrial nestes países estaria baseado na hipótese de que economias abundantemente dotadas de recursos naturais tendem a um baixo, ou até mesmo insustentável, nível de crescimento da sua atividade econômica no longo prazo. Nesse sentido, três contribuições analítico-teóricas merecem destaque e apontamento: a de Prebisch (1949) e Singer (1950); Hirschman (1958); e Kaldor (1978).

A contribuição de Prebisch-Singer com relação a essa hipótese de maldição dos recursos naturais está exatamente na elaboração do pressuposto da tendência de deterioração dos termos de troca das economias produtoras e exportadoras de bens primários em relação às economias produtoras e exportadoras de bens manufaturados. Baseiam-se assim na ideia de um decréscimo relativo do preço daqueles bens com relação a estes, sendo esta uma realidade para boa parte do século XX. Ou seja, em linhas gerais haveria uma clara vantagem de inserção internacional para os países industrializados e, nesse sentido, os países produtores e exportadores de bens primários estariam fadados ao subdesenvolvimento e seus multidimensionais corolários negativos.

Hirschman (1958), por sua vez, aponta um outro viés analítico para a comparação agricultura-indústria para o que chamou de *linkage effects* (efeitos de encadeamento) que seriam mais frequentes nas indústrias do que na agricultura, uma vez que essa em maior medida serve para o consumo final ou à exportação não trabalhada (“crua”), sendo apenas uma pequena parte destinada à transformação, que agregaria maior valor e, ao juntar ambos os setores produtivos, geraria mais frutos positivos ao país do que isoladamente, uma vez que transbordaria um impacto mais amplo na estrutura produtiva do país, aprofundando-a e complexificando-a.

Kaldor (1978) associa a vantagem da indústria com relação à agricultura devido ao seu caráter de uso intensivo de alta tecnologia e à maior renda per capita proveniente deste setor. Sendo assim, a superação do subdesenvolvimento estaria ligada à transferência e absorção de mão-de-obra pelo setor industrial, que seria bem mais produtivo e gerador de riquezas do que o setor agrícola. Portanto, segundo o autor, os países especializados na produção e exportação de bens primários seriam tendenciosos a um baixo nível de renda per capita e, portanto tendenciosos a serem incapazes de superar sua condição de subdesenvolvimento, uma vez que o processo de convergência com as economias desenvolvidas estariam associadas não só à mudança estrutural gerada pelo setor industrial, mas também ao potencial encadeador e de alta produtividade.

A junção dessas três perspectivas sugere o que podemos entender como o pressuposto econômico da “maldição dos recursos naturais”. Tal pressuposto econômico é exatamente o que há na literatura econômica como “doença holandesa”, aspecto constitutivo do pensamento novo desenvolvimentista. Em linhas gerais, trata-se do efeito de eliminação (*crowding-out*) do setor manufatureiro-industrial da economia, devido à sobrevalorização cambial causado por um aumento expressivo e relativamente continuado dos preços das commodities, que tornaria muito caro produzir internamente o que, em um mercado livre e globalizado, seria mais barato conseguir via importação<sup>6</sup>. Por essa linha, e em consonância com o que foi apresentado acima, os países especializados na produção e exportação de bens primários estariam sujeitos a essa dinâmica que os deixa não apenas muito mais vulneráveis a flutuações e crises internacionais, como também pouco distribuído internamente relativamente ao potencial de encadeamento do setor industrial. Não obstante, levando-se essa relação a um ponto mais crítico, a produção de bens de uso diário e de necessidade básica da população seria “terceirizada” ao mercado externo, o que em momentos de crise internacional pode-se gerar um contexto de crise político-social nesses países.

Pelo viés neoclássico/neoinstitucionalista, partindo de uma análise empírica de casos específicos, como do Canadá e da Austrália, ensejou-se mostrar que não se trata de uma regra a ligação direta entre alta dotação de recursos naturais e baixo desempenho econômico. Em linhas gerais, o que autores dessa abordagem apontaram foi que a alta dotação de recursos naturais se tornou uma maldição apenas em países com “instituições de baixa qualidade”.

A diferença de padrão de crescimento de longo prazo dos países é, segundo Mehlum, Moene e Torvik (2006), decorrente principalmente da forma como o arranjo institucional determina a distribuição das rendas geradas pelos recursos naturais. Cumprimento precário das leis, mau funcionamento da burocracia estatal, quebra de contrato por parte do setor público e corrupção conformam um arranjo do tipo “*grabber friendly institutions*” (instituições que favorecem a captura de renda por meio de atividades improdutivas que dispõem de influência) e não um arranjo do tipo “*producer friendly institutions*” (instituições que estimulam o empreendedorismo em atividades produtivas. (Pamplona; e Cacciamali, 2018: 142)

Pelo viés neoschumpeteriano, o foco é outro. Apesar de não perceberem a questão da alta dotação de recursos naturais de uma economia, em regra, como algo prejudicial no longo prazo para os países, autores dessa linha apontam que a mera extração e exportação desses

---

<sup>6</sup> Faz-se importante apontar que se trata de uma perspectiva de análise altamente criticada, principalmente tomando-se como base a perspectiva estruturalista em geral. Para uma crítica aprofundada ao novo desenvolvimentismo nos moldes estruturalistas tradicionais, ver: MEDEIROS, Carlos A. **A structuralist and institutionalist developmental assessment of and reaction to new developmentism**. *Review of Keynesian Economics*, v. 8, pp. 147-167, 2020.

recursos crus, como simples commodities tem sim um potencial negativo para a economia de um país. Daí a necessidade de se desenvolverem práticas que “sofistiquem”<sup>7</sup> o setor de bens primários. Por essa abordagem, infere-se que

as economias que transformaram maldição em benção renovaram e ampliaram seus recursos naturais com base no aprendizado e na geração de conhecimento que criaram inovações nesse setor e transbordaram (*spillover effects*) para outros. Os recursos naturais são endógenos à economia não são uma dotação independente e podem desenvolver importantes encadeamentos (*linkages effects*). Assim, há uma coevolução entre desenvolvimento econômico e setores intensivos em recursos naturais, que podem servir de base para a mudança estrutural (diversificação econômica). Além de ter condicionante histórico, o desenvolvimento não é um processo automático, necessita de coordenação. Ele necessita de um arcabouço institucional do qual deve fazer parte um sistema de inovação e de políticas que assegurem a inovação e sua difusão. O ponto chave não é o que se produz, mas sim, como se produz. (Pamplona; e Cacciamali, 2018: 146-147)

Nesse sentido, não há como se estabelecer um consenso acerca da assertiva que aponta para o fato de se especializar na produção e exploração de recursos naturais como pressuposto para um possível arrefecimento ou inviabilização do desenvolvimento econômico<sup>8</sup>. Trata-se fundamentalmente do modo como se promove a diversificação da estrutura produtiva industrial do país; como transbordam os efeitos da renda. Não há transmissão direta na ligação entre esses dois aspectos, dependendo muito fortemente dos contextos específicos em que surgem. Como aponta Reis (2013), “o percurso dessa trajetória é condicionado por aspectos materiais e institucionais, das esferas micro e macroeconômicas, que se combinam de formas diversas e não gerais, de acordo com o contexto histórico, político e social de cada economia” (Reis, 2013: 63). Não obstante, diversos fatores endógenos e exógenos, assim como a duração da especialização nesse setor da economia ou até mesmo a própria disposição política do Estado em liderar e direcionar esse processo, por exemplo, acabam sendo dotadas de fundamental importância analítica para se descrever esses movimentos, assim como essenciais para se chegar a uma conclusão acerca da “maldição” ou “benção” do processo de um economia se especializar em recursos naturais.

Partindo-se dessa discussão, uma parte da questão da estrutura econômica venezuelana pode ser explicada apesar de, sozinha, não ser suficiente para o entendimento integral. Não bastasse esse pressuposto econômico, o caso venezuelano nos mostra uma sofisticação da dita “maldição”, devido exclusivamente às implicações políticas e geopolíticas geradas pela

---

<sup>7</sup> Sofisticação, nesse caso, pode ser entendido como um maior uso de tecnologia na produção de bens primários, assim como o desenvolvimento que não apenas trabalhe com o produto cru, mas também com o seu refino e agregação de valor.

<sup>8</sup> Para uma revisão crítica da bibliografia produzida acerca da questão dos recursos naturais, Reis (2013).

exploração e exportação de petróleo, o qual denota a especialização produtiva venezuelana, gerando, portanto, para além das questões econômicas do seu subdesenvolvimento, uma série de implicações políticas e sociais que também caracterizam o seu subdesenvolvimento, e que não foi experimentado por outras economias do próprio continente latino-americano. Como aponta Stronen,

Visto como um todo, o que aconteceu na Venezuela durante essas décadas foi a construção de uma tríade política e social entre as classes políticas dominantes, a indústria do petróleo e os principais beneficiários da economia do petróleo: a aristocracia operária, a classe média e as elites. Seus pontos de vista tornaram-se hegemônicos no público venezuelano e, juntos, como em uma câmara de eco, criaram a ideia da indústria do petróleo como o enclave exclusivo através do qual a Venezuela moderna estava emergindo. Como a noção de meritocracia havia sido cultivada em todo o desenvolvimento da indústria (...), as pessoas beneficiadas pela indústria do petróleo estavam confortavelmente asseguradas de serem merecedoras de seu status e privilégio. Isso evoluiu para um senso de privilégio como um direito inato: eles eram os pilares sobre os quais a Venezuela moderna estava de pé. Ao mesmo tempo, as classes médias tinham um interesse intrínseco em manter o *status quo*, tornando-as essencialmente conservadoras e reacionárias em relação ao radicalismo político e aos cidadãos desprivilegiados do país. (...) Uma imagem lentamente emerge de uma nação cujas identidades sociais e interesses políticos foram segregados entre aqueles que se beneficiaram da circulação da riqueza do petróleo, e aqueles que foram separados dos benefícios não apenas da indústria do petróleo, mas também de toda matriz de arranjos sociais, culturais e políticos conjurados em sua órbita. (Stronen, 2017: 47-48)<sup>9</sup>

Não bastasse todas essas implicações, vale notar que a indústria do petróleo é, em grande parte dos casos, catalisadora de outros setores da economia de um país, como, em larga medida, a agricultura, a partir do desenvolvimento de um indústria de petroquímicos e fertilizantes, a partir de um “excedente energético” que permitiu não só mecanizar o campo e liberar mão-de-obra, mas também para diminuir o preço dos alimentos e viabilizar uma dinâmica de crescimento e diversificação (Le Billon e Bridge, 2017). No entanto, como pode-se perceber atualmente, e posteriormente será melhor trabalhado neste trabalho, a agricultura é um dos setores mais atrasados da estrutura econômica venezuelana.

---

<sup>9</sup> Tradução própria, do inglês: “Seen as a whole, what took place in Venezuela during these decades was the construction of a political and social triad among the dominant political classes, the oil industry and the main beneficiaries from the oil economy: the labor aristocracy, the middle class and the elites. Their views became hegemonic in the Venezuelan public, and together, like in an echo chamber, they crafted the idea of the oil industry as the exclusive enclave through which modern Venezuela was emerging. As the notion of meritocracy had been cultivated throughout the industry's development (...), people nursed by the oil industry were comfortably reassured of them being deserving of their status and privilege. This evolved into a sense of privilege as a birthright: they were the pillars upon which modern Venezuela was standing. Concurrently, the middle classes had an intrinsic interest in maintaining status quo, making them essentially conservative and reactionary vis-à-vis political radicalism and the country's underprivileged citizens. (...) A picture now slowly emerges of a nation whose social identities and political interests were segregated between those who benefited from the circulation of oil wealth, and those who were cut off from the benefits from not only the oil industry per se, but also the whole array of social, cultural and political arrangements conjured up in its orbit”

Portanto, é exatamente a partir desse debate que são lançadas as bases que serviram de insumo para se compreender a conformação das estruturas econômica e produtiva da Venezuela no próximo capítulo, não apenas como algo genérico, mas sim fundamentalmente como fruto de um complexo amálgama de aspectos multidimensionais que vão da gênese e da dinâmica da formação do seu Estado nacional. Evidencia-se, assim, a notável, íntima e promíscua influência da indústria do petróleo, passando pela própria *oil politics* e chegando até às premissas e efeitos enunciados pela teoria da “maldição dos recursos naturais”. Grosso modo, o petróleo exercendo como aspecto estratégico problematizador que torna a situação deste país um tanto mais específica e complexa para se vislumbrar um entendimento mais claro, ao qual este trabalho busca contribuir. Nesse sentido, faz-se importante pontuar que, como indica Le Billon e Bridge (2017),

a renda é transferida dos bolsos dos consumidores para governos e corporações (...). A pergunta "quem recebe o quê?" é importante porque a dinâmica de produção de petróleo gera desigualdades notáveis, tanto entre os países quanto dentro dos próprios países. [Por exemplo,] Do lado do consumo, os EUA representam apenas 4,4% da população mundial, mas consomem cerca de 20% do suprimento mundial de petróleo e 25% do combustível para transporte rodoviário e, enquanto os consumidores reclamam dos altos preços da bomba, esses preços não (ainda) refletem os custos sociais e ambientais do petróleo. No lado da produção, enquanto o petróleo enriquece algumas das pessoas mais ricas do mundo, geralmente é extraído dos pés dos mais pobres. (...) Até agora, muito pouco do lucro da indústria petrolífera foi gasto mitigando os impactos negativos do petróleo e ajudando na transição de uma economia petrolífera. Em vez disso, eles foram investidos no setor ou dispersos para os acionistas. (Le Billon e Bridge, 2017: 183)<sup>10</sup>

Diante de tal situação a grande questão passa a ser o potencial de reverberações econômicas dentro da estrutura produtiva do país vindas do setor do petróleo, o que também ficou conhecido nos círculos acadêmicos e também em determinadas esferas políticas como “semear o petróleo”. Os próximos capítulos ensejarão não apenas aprofundar a análise estrutural da economia venezuelana como também ensejará endereçar essa questão das reverberações do setor petrolífero na economia do país, com especial ênfase ao período compreendido no governo de Hugo Chávez.

---

<sup>10</sup> Tradução própria, do inglês: *“revenue is transferred from consumers’ pockets to governments and corporations (...). The question “who gets what?” matters because oil’s production network generates striking inequalities, both between and within countries. On the consumption side, the US accounts for only 4.4 percent of the world’s population, but consumes about 20% of world oil supplies and 25% of road transportation fuel, and, while consumers complain of high prices at the pump, these prices do not (yet) reflect the full social and environmental costs of oil. On the production side, whereas oil enriches some of the world’s wealthiest people, it is often extracted from under the feet of the poorest. (...) Very little of the oil industry’s profits have so far been spent mitigating the negative impacts of oil and helping to transition from an oil economy. Instead, they have been plowed back into the industry or dispersed to shareholders.”*

## 2. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO VENEZUELANO

O processo de formação política, econômica e social da Venezuela pode ser considerado um caso *sui generis* pelo modo como se desenrolou e como se apresenta hoje. No entanto, a gênese de tal processo não se distingue muito de como se lançaram os países latino-americanos no sistema internacional na primeira metade do século XIX. Em linhas gerais, as etapas iniciais do processo de desenvolvimento venezuelano respeitaram a tendência percebida nos seus pares regionais. Assim que se tornou independente, o país inseriu-se no sistema internacional pela exportação de bens agrícolas. Como aponta Bértola e Ocampo (2012), as jovens repúblicas latino-americanas surgiram em um contexto em que a Revolução Industrial, iniciada na segunda metade do século anterior, tornava-se um fato cada vez mais consolidado nos países da Europa Ocidental e nos EUA. Esse contexto trouxe algumas implicações bem características que de certa forma enquadraram essas repúblicas recém-independentes que, naturalmente, estavam um passo atrás nesse aspecto.

Ao mesmo tempo em que partiu de um patamar técnico-científico mais complexo do que o experimentado pelos países que entraram no processo de industrialização anterior, o processo de consolidação da industrialização nesses países inaugurou uma nova forma de relação sistêmica. Novas relações de poder político e econômico internacionais se consolidaram ou foram inauguradas. De maneira análoga, a inserção das economias periféricas em processo de industrialização no sistema internacional representou um aumento expressivo na demanda internacional por bens produzidos fora da periferia. Porém, também representou um importante aumento na demanda internacional por bens primários, o que afetou positivamente algumas economias do continente. Notadamente, há uma tendência observável de que os países que viessem a se inserir posteriormente estariam fadados à tendência de seguir um processo que Cardos e Pérez Brignoli (*apud*. Bértola e Ocampo, 2012) apontou como transição a um capitalismo periférico, “um tipo de capitalismo que a carece da pujança estrutural e tecnológica das economias centrais”<sup>11</sup> (Bértola e Ocampo, 2012: 49).

Há que se ter cuidado com tal afirmação, de modo a localizá-la em períodos históricos e espaços específicos. A experiência mais recente de países asiáticos como a Coreia do Sul, ou, mais recentemente, a China, mostra que esse fenômeno não é sistemático. Mesmo no próprio espaço latino-americano, países como o Brasil e o México, apesar de uma significativa e importante heterogeneidade estrutural, conseguiram completar um processo de

---

<sup>11</sup> Tradução própria, do inglês: “*a type of capitalism that lacks the structural and technological forcefulness of the central economies*”

industrialização bastante diversificado. No entanto, em linhas gerais, assim se seguiu. Os países latino-americanos recém-independentes se inseriram à lógica do sistema capitalista como fornecedores de bens primários que, como já foi citado anteriormente, conformaram estruturas e a própria organização da vida cotidiana da sociedade naqueles países. Seja pela lentidão na formação dos próprios estados devido a essas estruturas viciadas que preveniram esses países de tomarem supostas reformas liberalizantes de corte político, econômico e social, ou de ocuparem zonas de fronteira e porções afastadas do território, seja pelo simples fato de terem sido condicionados a se especializarem nos recursos naturais, os países latino-americanos inauguraram sua história econômica a partir dessa dinâmica.

O ponto de inflexão que caracteriza a especificidade do caso venezuelano veio somente na virada do século XIX para o século XX com a descoberta dos primeiros poços de petróleo de dimensão e usabilidade bem restritas e com a exploração de fato mais expressiva do bem. Tal fato delineou uma situação bastante peculiar e configurou um descolamento da experiência venezuelana relativa à dos países vizinhos, e denotou fundamentalmente o rumo que tomou o processo de desenvolvimento do país. Sobre esse aspecto tratará a seção a seguir.

## 2.1 A CONFIGURAÇÃO DA ECONOMIA VENEZUELANA ACERCA DO PETRÓLEO

Entender a forma como se moldou a relação entre os vários segmentos da sociedade venezuelana, assim como entender a sua dinâmica política, passa necessariamente por entender a intrincada lógica que liga Estado, sociedade e natureza naquele país. Como aponta o historiador e antropólogo Fernando Coronil (1997), “como uma *oil nation*, a Venezuela foi vista como tendo dois corpos, um corpo político composto por seus cidadãos, e um corpo natural composto por seu rico subsolo”<sup>12</sup> (Coronil, 1997, *apud.* Stronen, 2017: 6). Assim como os petro-Estados árabes, que se sustentam baseados em uma desigual apropriação das altíssimas rendas do petróleo sem qualquer pretensão de desenvolver a estrutura econômica ou de equalizar a estrutura sócio-política, a Venezuela pode ser considerado um petro-Estado que, por muito tempo se sustentou em uma dinâmica parecida por boa parte de sua História, adotando políticas mais concretas em termos de um projeto desenvolvimento amplo e integrado apenas no fim do século XX. Como aponta Domingo Alberto Rangel, importante político venezuelano, “nenhum evento na Venezuela pode ser separado do petróleo... Ele é a força fundamental que molda a vida nacional. Todos os aspectos da economia venezuelana

---

<sup>12</sup> Tradução própria, do inglês: “As an oil nation, Venezuela was seen as having two bodies, a political body made up from its citizens, and a natural body made up from its rich subsoil”

são filhos legítimos ou bastardos dessa substância que indubitavelmente cunhou nossa história”<sup>13</sup> (Tinker Salas, 2009: 2, *apud.* Stronen, 2017: 26). Não obstante, por muito tempo, a maioria do povo venezuelano, assim como em boa parte dos países árabes, viveu à margem das riquezas provenientes da exploração do petróleo e evidenciar esse ponto é fundamental para que se entenda a ascensão chavista e a tomada de decisões políticas em seu governo.

O petróleo foi fator fundamental para que a Venezuela passasse do que Hillman (1994, *apud.* Stronen, 2017) chamou de “anarquia caudilhista” em direção a uma nação em desenvolvimento, com uma estrutura institucionalizada, inserida na periferia do sistema. Em outras palavras, foi o petróleo o fator motivador da “modernização” do Estado venezuelano. Segundo Karl (1997, *apud.* Stronen, 2017),

De fato, o petróleo foi um agente transformador na sociedade venezuelana. Em relativamente pouco tempo, metamorfoseou o país um país exportador de café e geopoliticamente bastante insignificante, ainda preso em suas lutas pós-coloniais de poder internas e correspondentemente fracas estruturas estatais, para se tornar um petro-Estado putativo<sup>14</sup> (op. cit.: 29)

Dessa transição, Stronen (2017) aponta três aspectos que dela derivariam,

o primeiro é a maneira pela qual a transição da ditadura para a democracia eleitoral teve como premissa a consolidação de um sistema político que centralizou o acesso ao poder político e os benefícios da renda petrolífera do país às classes média e alta, criando uma sociedade profundamente socialmente segregada. (...) outro aspecto (...) é a forte presença dos EUA no país através da indústria do petróleo, e como isso influenciou as maneiras pelas quais a cultura de consumo e as identidades de classe foram moldadas entre as classes média e alta venezuelanas. (...) O terceiro aspecto (...) é de natureza sutil, como a formação da Venezuela como um estado e uma sociedade está entrelaçada com o amálgama desigual do país na geopolítica global e nos mercados capitalistas globais<sup>15</sup> (Stronen, 2017: 29-30).

No entanto, uma análise mais sofisticada desses três aspectos será melhor evidenciada nos capítulos que se seguem, uma vez que são consequências de anos de moldagem política e

---

<sup>13</sup> Tradução própria, do inglês: “no event in Venezuela can be separated from oil... It is the fundamental force that shapes national life. All aspects of the Venezuelan economy are legitimate or bastard children of that substance that irrevocably stained our history”

<sup>14</sup> Tradução própria, do inglês: “Indeed, oil was a transformative agent in Venezuelan society. In a relatively short time it metamorphosed the country from being a coffee-exporting and geopolitically quite insignificant country, still caught in its post-colonial internal power struggles and correspondingly weak state structures, into becoming a putative petro-state”

<sup>15</sup> Tradução própria, do inglês: “One is the ways in which the transition from dictatorship to electoral democracy was premised upon the consolidation of a political system that centralized access to political power and the benefits of the country's oil revenues in the middle- and upper classes, creating a deeply socially segregated society. (...) The other aspect (...) is the US' strong presence in the country through the oil industry, and how this influenced the ways in which consumer culture and class identities were shaped among the Venezuelan middle- and upper classes. (...) The third aspect (...) of a subtle nature, namely how Venezuela's formation as a state and a society is intertwined with the country's uneven amalgamation into global geopolitics and global capitalist markets”



social cujos efeitos são sentidos até hoje e foram fundamentais para que a estrutura econômico-produtiva do país, assim como as forças políticas que disputam espaço hoje se desenvolveram como tal. De tal maneira, nesta parte do trabalho, faz-se importante evidenciar a que passo nasceu e se desenvolveu a dependência venezuelana do petróleo e da renda auferida na sua exploração e produção, afinal, como afirma Le Billon e Bridge (2017), “o petróleo seduz aqueles que o controlam, alimentando sonhos de riqueza instantânea e transformação econômica instantâneas” (Le Billon e Bridge, 2017: 173)<sup>16</sup>, e isso configura consequências e cenários bastante específicos.

Desde a assinatura da ata de declaração de sua independência, em 1811, até a conquista de fato de sua independência, em 1823, a Venezuela assistiu ao processo de conformação de uma estrutura política que perdurou como regra e que, de certa forma, hoje ainda resiste. A relativa longa duração da guerra de independência do país não só gerou altos custos econômicos e financeiros a um país que nem existia como tal, como também deu relevância e proeminência a um determinado grupo político-social, os grandes proprietários de terra, que compunham o corpo do Congresso venezuelano e cujas mãos assinaram a declaração de independência em 1811. Sendo assim, como seria de se prever, foi exatamente essa espécie de oligarquia rural que se instalou no poder, gerando, para além de uma expressiva fragmentação política e de uma fraca institucionalidade estatal, uma série alternante de caudilhos no poder que governavam exatamente segundo interesses de um pequeno grupo que o suportava naquela posição. Essa dinâmica se sustentou como tal por cerca de um século, até a ascensão de Juan Vicente Gómez ao poder em 1908 que, diante do aparecimento e desenvolvimento da indústria do petróleo e das rendas auferidas nela, foi o responsável por uma série de mudanças e inflexões políticas e econômicas do país, algumas das quais seguem até hoje, notadamente a perene inextricável ligação entre o Estado venezuelano e a indústria petroleira (naqueles tempos estrangeira e hoje, até última instância, nacional).

Foi sob o governo de Gómez que o petróleo começou a ser explorado no país por um sistema de concessões que o próprio Gómez negociava com as grandes companhias estrangeiras de petróleo, principalmente a Shell e a Standard Oil. Deste fato podemos deduzir que os contratos de concessão eram subvalorados pelo expressivamente desigual nível de poder de negociação das partes; e que, desse montante, uma considerável parte não chegou aos cofres do Estado venezuelano. Não obstante, como indica Stronen (2017),

---

<sup>16</sup> Tradução própria, do inglês: “*Oil seduces those who would control it, feeding dreams of instant wealth and economic transformation*”

o desenvolvimento do país após o surgimento da indústria do petróleo foi condicionado pelo encontro entre a fraca economia política doméstica e as forças mais poderosas da economia internacional (Karl, 1997: 73). O estabelecimento de um regime petrolífero [*petroleum regime*] levou subsequentemente ao que Karl chama de "petrolização" [*petrolization*], ou à formação e empoderamento de grupos de interesse relacionados ao petróleo às custas dos interesses não relacionados ao petróleo. Os setores relacionados ao petróleo ficaram atrelados ao Estado, desencorajando a diversificação política. O poder gravitacional da economia do petróleo também impediu o desenvolvimento de outros setores econômicos e enfraqueceu a economia agrícola que havia sido a espinha dorsal do país antes do surgimento da indústria do petróleo. A Venezuela tornou-se um importador líquido de alimentos já durante a era Gómez (Tinker Salas, 2009: 207), uma condição que contribuiu fortemente para seus problemas fundamentais hoje (Stronen, 2017: 43)<sup>17</sup>

No período de Gómez, a Venezuela ensaiou um primeiro crescimento de sua economia baseado nos novos recursos que entravam pelo incipiente setor petrolífero. No entanto, apesar de terem sido importantes, foram em direção contrária à lei de Minas promulgada no governo Cipriano Castro (1899-1908), que garantia uma série de padrões e regras para a concessão da exploração de petróleo no país, garantindo principalmente prazos e impostos a serem pagos ao Estado venezuelano. Nesse sentido, em dezembro de 1909, no início do governo Gomez, foram restabelecidos os direitos de concessão da NY&BC e foi dada uma concessão para a exploração de 27 milhões de hectares à inglesa The Venezuelan Development Co., que viria a ser cancelada não muito mais tarde. No entanto, apesar de terem sido distribuídas concessões a grupos privados menores, a exploração do petróleo na Venezuela acabou caindo nas mãos da Royal Dutch Shell e da Standard Oil em um jogo de negociações políticas. Por isso, pouco se aprofundou neste momento o processo estrutural de desenvolvimento no país, exatamente por causa dessa promíscua relação que denotou tais consórcios políticos entre o interesse das elites oligárquicas e o interesse do grande capital internacional, na figura das grandes petrolíferas, que durou por cerca de meio século.

Apenas com a ascensão do general Marcos Pérez Jiménez ao poder em 1952 que uma nova direção foi dada a essa relação. Apesar da rigidez da repressão contra opositores internos, assim como o sucessivo desrespeito a garantias sócio-políticas fundamentais, o que certamente manchou seu governo, foi sob Pérez Jiménez que a Economia do país aspirou

---

<sup>17</sup> Tradução própria, do inglês: *"the development of the country in the aftermath of the emergence of the oil industry was conditioned by the encounter between the weak domestic political economy and the most powerful forces of the international economy (Karl, 1997: 73). The establishment of a petroleum regime subsequently led to what Karl terms "petrolization", or the formation and empowerment of oil-related interest groups to the expense of non-oil-related interest. Oil-related sectors became pegged to state, discouraging political diversification. The gravitational power of the oil economy also prevented the development of other economic sectors, and undermined the agricultural economy that had been the backbone of the country prior to the oil industry's emergence. Venezuela had become a net importer of food already during Gómez era (Tinker Salas, 2009: 207), a condition that strongly contributes to its fundamental problems today."*

maior incremento, devido principalmente a um salto na industrialização e ao desenvolvimento da sua infraestrutura, mas este assunto será tratado no capítulo que se segue. Por enquanto, faz-se importante apontar que foi nesse período que se renegotiou uma série de contratos de concessão da exploração de petróleo, assim como foram negociados outros contratos mais, o que denotou um incremento na produção de cerca de 1 milhão de barris de petróleo por dia<sup>18</sup>. Por mais que tenha permanecido uma situação de favorecimento das empresas estrangeiras e de seus interesses em detrimento de um interesse realmente nacional, as iniciativas de desenvolvimento no país não foram muito bem vistas “internacionalmente”, afinal o modelo ideal a ser seguido, por esse viés, deveria ser o dos petro-Estados árabes. O estresse político interno desse período inspirado não só por este motivo “internacional”, mas também por uma disputa interna entre elites e grupos sociais pela apropriação da crescente e expressiva renda gerada pela indústria petroleira, acabou desembocando no acordo político entre grupos políticos civis que, apoiados em denúncias de massiva corrupção, derrubaram Pérez Jiménez e deram início ao período do conhecido *Pacto de Punto Fijo*, que será discutido ulteriormente.

Deste período dois eventos merecem destaque: primeiro, as tratativas internacionais de concerto entre os principais países exportadores de petróleo para a formação da OPEP que se deu em 1960 e que contou com importante e crucial participação do enviado venezuelano, Juan Pablo Alfonso; e segundo, a nacionalização da indústria de petróleo no país, em 1976, sob o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez, que gerou resistência entre as companhias internacionais, mas não o suficiente para pôr em risco os lucros que ainda teriam com concessão de serviços, indenizações, etc. Por fim, vale notar que, como aponta Stronen (2017), a nacionalização da PDVSA serviu a um propósito bem específico:

As plataformas de agitação popular e operária de luta de classes e de defesa do nacionalismo foram neutralizadas e substituídas por uma ideologia de consenso nacional (Bye, 1979: 63). Como Tinker Salas observa, os partidos políticos e os intelectuais esquerdistas em sua maior parte perderam o interesse pelo petróleo após a nacionalização, enquanto os gerentes da indústria do petróleo viam cada vez mais os políticos e a população como "uma força potencialmente disruptiva" (Tinker Salas, 2009: 229). Na verdade, apesar da nacionalização, os executivos da PDVSA continuaram compartilhando a perspectiva das empresas internacionais de petróleo que os haviam treinado (Mommer, 2004: 131). Com o tempo, a PDVSA se transformou em um "estado dentro do estado" (Mommer, 2004: 131), vendo-se como um ator no cenário global imerso na lógica neoliberal corporativa e não em uma empresa estatal nacional que tinha de responder a seus proprietários é, o estado venezuelano e a população venezuelana (Stronen, 2017: 44-45)<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup>ETEMADI; e LUCIANI (1900-1980); e US EIA HISTORICAL STATISTICS (1981-2010), 2010.

<sup>19</sup> Tradução própria, do inglês: “The popular and working-class agitation platforms of class struggle and nationalist advocacy were neutralized, and replaced by a national consensus ideology (Bye, 1979: 63). As Tinker Salas notes, political parties and leftist intellectuals for the most part lost interest in oil after the nationalization, while the managers of the oil industry increasingly viewed both politicians and the populace as “a potentially

Somente com a ascensão de Hugo Chávez, no final dos anos 1990, que a relação com as empresas internacionais de petróleo e o grande capital internacional vai tomar um rumo expressivamente inflexivo. Afinal, Chávez, apesar de ter se construído no seio das Forças Armadas de seu país, não seguiu o padrão tradicional do militar latino-americano de sua época e se baseou fundamentalmente no fortalecimento popular e na construção de um verdadeiro projeto e interesse nacional, o que em muito também mostra o motivo pelo qual seu governo foi alvo de empreitadas desestabilizadoras internacionais.

Por fim, uma vez que tanto o histórico estrutural sócio-político venezuelano nos períodos citados, quanto às condicionantes e à morfologia da Economia venezuelana serão objeto do próximo capítulo, faz-se importante apontar um último pressuposto teórico basilar que servirá como fundamental insumo analítico para este trabalho: a apresentação e discussão da questão da maldição dos recursos naturais estratégicos e suas implicações imediatas em um país historicamente e profundamente conformado da maneira como foi a Venezuela.

Diferentemente do resto da América Latina, que em determinada maneira também se especializou na exportação de bens primários, a Venezuela não se especializou na exportação de um bem primário comum. O petróleo que carrega consigo valor e características que são bastante estratégicos aos países do centro do sistema, podendo ser caracterizado como o bem mais estratégico desde meados do século passado. Essa diferenciação gerou duas implicações específicas: primeiramente, uma vez que foi causada pelo grande fluxo de petro-dólares e, devido à peculiaridade da dinâmica de investimento e produção desta indústria, a Venezuela experienciou uma diferente dinâmica de distribuição social da renda relacionada a outros países do continente, contando com um crescimento da classe média proporcionalmente maior ao da classe trabalhadora (Karl, 1997, *apud*. Stronen, 2017); e uma exacerbação do que se costumou chamar de “maldição dos recursos naturais”, esta causada pelo caráter exclusivamente estratégico do petróleo, ou como aponta Stronen,

o crescimento da economia do petróleo inviabilizou a produção agrícola e a continuação da migração do campo para as cidades, que se intensificara sob Pérez Jiménez (Derham, 2010: 176) enfraqueceu rapidamente a classe camponesa. As reformas agrárias foram feitas em uma escala muito limitada, aplicadas principalmente a terras públicas (Stronen, 2017: 34-35)

---

*disruptive force" (Tinker Salas, 2009: 229). Indeed, in spite of the nationalization, PDVSA's Venezuelan oil executives continued to share the perspective of the international oil companies that had trained them (Mommer, 2004: 131). Over time, PDVSA developed into a "state within the state" (Mommer, 2004: 131), viewing itself as a player on the global scene steeped in corporate neoliberal logic rather than a national state company that had to respond to its owners, that is, the Venezuelan state and the Venezuelan populace"*

A “maldição” gerada pela especialização na exploração das reservas de petróleo na Venezuela está fundamentalmente na discussão acerca do fato de se ela inviabilizou ou não a superação da situação de “heterogeneidade estrutural” da economia do país. Em linhas gerais, como apontam Cimoli e Porcile (2013),

A heterogeneidade estrutural que caracteriza a periferia é definida como uma situação em que existem grandes diferenças nos níveis de produtividade do trabalho entre setores da economia e dentro de cada setor. Essas diferenças são suficientemente marcantes para segmentar claramente o sistema produtivo e o mercado de trabalho em diferentes camadas, nas quais as condições tecnológicas e de remuneração são fortemente assimétricas. Em algumas versões, a ideia de heterogeneidade estava associada à de dualismo, que distingue entre trabalhadores engajados em atividades de subsistência (com produtividade marginal zero ou negativa) e trabalhadores empregados no setor moderno. Esses dois segmentos apresentam níveis qualitativamente diferentes de incorporação de capital no processo de produção e, portanto, de produtividade média do trabalho. No entanto, mesmo reconhecendo o alto peso dos setores de subsistência na periferia, é geralmente aceito que a heterogeneidade é mais do que um fenômeno dual, englobando várias camadas de produtividade. O que distingue a periferia das economias centrais é que as diferenças de produtividade entre as camadas são muito maiores. Além disso, as camadas de produtividade muito baixa absorvem uma parte substancial do emprego total na periferia, refletindo a modernização parcial e imperfeita de seu sistema de produção. (Cimoli e Porcile, 2013)<sup>20</sup>

Por isso, faz-se importante analisar os impactos desta especialização da economia tanto no aspecto do desenvolvimento de manufaturas e indústrias nacionais quanto na própria questão agrária do país. Nesse ponto, torna-se importante apontar para o fato de que não se ter desenvolvido o setor agrícola trouxe efeitos que, apesar de bastante nocivos ao processo de desenvolvimento econômico do país, transbordaram para outras esferas da sociedade. De modo que, como aponta Reis (2013),

a superação da heterogeneidade estrutural ou da armadilha da pobreza está associada à modernização agrícola. Mais do que aumentar a produtividade, a modernização agrícola é um processo complexo que transforma as estruturas sociais no campo, que estão relacionadas a contextos geográficos, institucionais e demográficos específicos -

---

<sup>20</sup> Tradução própria, do espanhol: “La heterogeneidad estructural que caracteriza a la periferia se define como una situación en la que existen amplias diferencias en los niveles de productividad del trabajo entre sectores de la economía y al interior de cada sector. Estas diferencias son lo suficientemente marcadas como para segmentar claramente el sistema productivo y el mercado de trabajo en capas diversas, en las que las condiciones tecnológicas y de remuneración son fuertemente asimétricas. En algunas versiones la idea de heterogeneidad se asociaba a la de dualismo, que distingue entre trabajadores ocupados en actividades de subsistencia (con productividad marginal cero o negativa) y trabajadores empleados en el sector moderno. Estos dos segmentos muestran niveles cualitativamente distintos de incorporación de capital al proceso productivo y por ende de productividad media del trabajo. Sin embargo, aún reconociendo el alto peso de los sectores de subsistencia en la periferia, se admite en general que la heterogeneidad es más que un fenómeno dual, abarcando diversas capas de productividad. Lo que distingue a la periferia de las economías del centro es que las diferencias de productividad entre las capas son mucho más elevadas. Más aún, las capas de muy baja productividad absorben parte substancial del empleo total en la periferia, reflejando la modernización parcial e imperfecta de su sistema productivo.”

integrando a economia e propiciando a redução das desigualdades intersetoriais (Reis, 2013: 37)

Já se faz possível vislumbrar neste trabalho que houve entraves proporcionados por essa dinâmica de especialização ao caso específico do processo de desenvolvimento venezuelano, no entanto tal questão será tratada mais profundamente mais à frente. Portanto, nesta etapa, para concluir esta seção, faz-se importante evidenciar um panorama histórico de inter-relação entre o setor petrolífero na Venezuela para além dos aspectos histórico-subjetivos acima apontados. De maneira objetiva, ressalta-se que o setor de petróleo, apesar de ter começado a ganhar relevância na economia do país na segunda década do século passado, até 1920 era responsável, em valores absolutos, por fatia similar da pauta exportadora venezuelana que os tradicionais bens agrícolas exportados pelo país. Somente a partir deste ano que iniciou o processo de descolamento, de modo que somente a partir de 1924-25 que o petróleo passou a responder por fatia significativamente maior dentro da pauta exportadora do país. No entanto, faz-se importante notar que apesar de ter demorado quase uma década para que houvesse a transição da pauta exportadora do país, a produção de petróleo alcançou um padrão exponencial. Enquanto que em 1917, ano em que se começou a explorar mais expressivamente o petróleo no país, a produção alcançou 1 milhão de barris, em 1925 essa cifra já tinha alcançado a marca de 20 milhões de barris, de modo que não tardou para que a Venezuela passasse a ser um dos maiores países produtores de petróleo, sendo no caso o maior exportador do bem em escala mundial. Reflexo disso, por exemplo, foi a reversão da tendência de evolução do PIB e PIB *per capita* do país que, entre 1890-1913, foi de, respectivamente, -1,1% e -1,81% ao ano, para, respectivamente 2,86% e 2,21% ao ano.

Porém, tal tendência se manteve e esse fluxo não parou por ali. Enquanto que na década de 1920 a produção agrícola era responsável por cerca de 1/3 do valor que era produzido no país, o que já nota uma clara transição econômica relativa ao século XIX e início do século XX, na década de 1950, a produção agrícola passou a ser responsável pela reduzida fatia de 1/10 do valor que era produzido na economia venezuelana e viu o setor petrolífero dominar também a pauta exportadora do país, o qual passou a ser responsável por cerca de 70% do valor total exportado pelo país. Foi nessa década que se ensaiaram os primeiros lampejos de desenvolvimento econômico no país, mas que, como será apresentado mais à frente neste trabalho, não foram significativos em termos gerais. Mais tarde, já sobre governo civil, a Venezuela buscou aproximar-se de outros grandes países exportadores de petróleo e, em 1960, teve papel ativo e expressivo na fundação da Organização dos Países

Exportadores de Petróleo (OPEP) e a partir disso ensejou maior ativismo e participação internacional no mercado internacional de petróleo.

Em larga medida, o que se pode dizer é que a especialização na produção de petróleo na Venezuela e um contexto de abundância de divisas<sup>21</sup> geraram uma imobilidade e uma menor resposta às mudanças que aconteciam nos países em desenvolvimento, principalmente entre os demais grandes países latino-americanos. Em medida comparada, apesar de um cenário bastante favorável, em meados do século XX, a Venezuela não conseguiu alcançar o patamar alcançado por México e Brasil, por exemplo, em termos de avanço rumo à diversificação da estrutura produtiva do país. Nesse sentido o relatório elaborado por Celso Furtado em 1957 é bastante enfático e elucidativo:

A Venezuela apresenta todas as características estruturais de uma economia subdesenvolvida. Pode-se afirmar que essas características são, na economia venezuelana, mais acentuadas que em muitos outros países latino-americanos de nível de produto per capita muito inferior. Tais características dizem respeito à estrutura da produção e ocupacional da força de trabalho, às grandes disparidades de produtividade entre diferentes atividades produtivas, à muito desigual distribuição de renda entre zonas urbanas e rurais entre grupos sociais em uma mesma zona, aos baixos padrões de consumo das grandes massas de população, aos índices de analfabetismo e culturais em geral etc. (Furtado, 1957, *apud*. 2008: 36)

O citado relatório furtadiano<sup>22</sup> é um trabalho de pesquisa e de lançamento de bases para um planejamento estratégico. Trata basicamente do decênio posterior ao fim da 2ª Guerra Mundial, período em que se aventou um incipiente processo de desenvolvimento das estruturas produtivas, principalmente após a instalação das primeiras refinarias de petróleo pelas grandes petroleiras no país e, em grande medida devido aos investimentos do governo em obras públicas, viabilizados pelos recursos provenientes da exploração petroleira. Trata-se, portanto, de um relatório analítico-descritivo do que aconteceu e do que foi feito, assim como apresenta o contexto atual a partir de supostos erros e acertos das medidas tomadas no período, com vistas, principalmente, a não os repetir, direcionando assim o rumo das futuras políticas públicas. Como já foi apresentado neste anteriormente neste trabalho e a história política do país nos mostra, em 1958 houve uma inflexão no sistema político do país e muito pouco do que foi apontado por Furtado foi, de fato, posto em prática. No entanto, como importante base de insumos analíticos para entender o processo de desenvolvimento das

---

<sup>21</sup> Se ainda levamos em consideração o fato de que o sistema internacional ainda se adaptava ao novo padrão monetário internacional “dólar-ouro”, novas variáveis de incerteza podem ser adicionadas à análise, mas também torna o “conforto” gerado por esse “colchão” de divisas ainda mais importante e estratégico em termos de saúde das contas nacionais do país.

<sup>22</sup> Furtado. “O desenvolvimento recente da economia venezuelana” (1957).

estruturas políticas e econômicas venezuelanas, abordar o que Furtado apresentou em 1957 torna-se bastante interessante, principalmente por ser uma primeira apresentação do que será usado como base de comparação para se analisar perenidades e inflexões. Por isso, a esse relatório será dedicada a parte final desta seção.

Durante o período 1945-56, a indústria petroleira enfim se estabeleceu no país com uma maior magnitude. Furtado (1957 *apud.* 2008) cita o aumento expressivo no fluxo de renda interiorizado no país pela atividade exportadora<sup>23</sup> que, calculado a preços constantes, na época, representou um aumento de 118% nas vendas de dólares pelas petroleiras estrangeiras ao BC venezuelano no período; de igual maneira, o aumento do pagamento de *royalties* e impostos assistiu um aumento de 148% no mesmo período. Similarmente, aponta para o fato de que no período 35% dos investimentos realizados pelo governo foram absorvidos pela indústria petroleira, apesar de esta ser responsável por parcela muito menor dos empregos ofertados e consolidados no país<sup>24</sup>. Entretanto, o autor também cita o expressivo aumento dos gastos privados em consumo no país, na ordem de 116% no mesmo período, o que denota por si um aumento no nível geral de renda no país. Portanto, em uma primeira análise, Furtado não haveria de se furtar em atestar que

A fase atual do desenvolvimento da economia venezuelana [1957] constitui uma transição de um sistema agrícola de baixa produtividade - que ainda ocupa diretamente 40% da população ativa do país - para uma economia particularmente urbana e de alta densidade de capital em seus processos produtivos. Essa transição é simultaneamente um processo de desorganização e de construção. (...)

O elemento dinâmico primário da grande expansão econômica venezuelana é, sabidamente, o setor petroleiro exportador. Essa atividade, ocupando uma fração muito pequena da força de trabalho do país - e uma porcentagem decrescente do total - cresceu intensamente e com relativa regularidade, no último decênio. Ademais - e este é o fator realmente importante - a renda gerada pela atividade petroleira e que retorna ao país também cresceu com intensidade. (Furtado, 1957 *apud.* 2008: 44-45)

Nesse nível de desenvolvimento faz-se possível observar a importância e a magnitude do impacto dos gastos públicos, principalmente investimentos públicos, no crescimento do produto venezuelano. O Estado coberto por essa abundância de divisas poderia tomar políticas e iniciativas de corte desenvolvimentista a fim de promover o desenvolvimento das estruturas

---

<sup>23</sup> “Não são as exportações o verdadeiro fator dinâmico da economia venezuelana. Esse papel cabe à parte do valor das exportações petroleiras que retorna ao país, pois somente essa parte gera um fluxo de renda no território nacional. Pode-se calcular o retorno de divisas ao país pelo montante de dólares que as companhias petroleiras vendem ao Banco Central da Venezuela” Furtado, 1957 *apud.* 2008: 43)

<sup>24</sup> “Se se observa o processo do desenvolvimento venezuelano com alguma perspectiva, comprova-se que um grupo relativamente muito pequeno da população ativa vem expandindo sua produtividade continuamente, a tal ponto que em 1956 gerou uma renda média aproximadamente 20 vezes mais alta que a média da força de trabalho ocupada no país. Com efeito, nesse ano, os 44 mil operários e empregados do setor petroleiro - representando 2,5% da população ativa nacional - contribuiu com 29,1% do produto interno.” (Furtado, 1957 *apud.* 2008: 45)



econômico-produtivas do país. O que se observou na Venezuela, como apontou o relatório de Furtado, foi menos uma diversificação e mais uma expansão de investimentos direcionados. De maneira mais direta, o excedente de recursos que nasceram na indústria do petróleo teve uma impactante influência no mercado interno, especialmente sobre o mercado de trabalho. A maior parte dos investimentos públicos foi direcionada ao setor de construção que tem um expressivo impacto de curto prazo, mas pouco ou nenhum impacto no longo prazo, se não acompanhado de outras mudanças estruturais. Caso os investimentos de construção sejam direcionados ao setor de infraestrutura, no entanto, seu impacto tende a ser ainda mais duradouro e profundo. Percebe-se, assim, a geração de ainda mais ganhos, principalmente relacionados ao aumento da capacidade produtiva do país, o que acelerando ainda mais o seu crescimento econômico e a complexificação de sua estrutura produtiva. Trata-se, portanto, de um setor que absorve muita mão de obra e movimentando setores intermediários de produção de materiais de construção gerando um impacto bastante positivo no aumento da renda e um aumento na capacidade produtiva desses setores conformada por expectativas de novos ciclos futuros de expansão do investimento.

No entanto, como apontado os impactos sobre a economia venezuelana em dimensão e escopo não tendem a ser perenes. Apesar desse primeiro movimento bastante positivo e o lançamento de bases para o desenvolvimento de uma infraestrutura mais robusta no país, o setor de construção, eleito pelo governo como principal direção dos investimentos públicos naquele momento, é dotado de características bastante peculiares como, por exemplo, a lenta absorção efetiva de trabalhadores, tendo assim um não tão grande efeito sobre o excedente de mão de obra, característico de países subdesenvolvidos, como também era o caso da Venezuela. Observando essa situação, Furtado (1957, *apud.* 2008) apontou:

a primeira das peculiaridades da economia venezuelana decorre de que o incremento dos investimentos financiados com recursos derivados do setor petrolífero se concentra - pelo fato mesmo de que o governo os realiza - em obras de infraestrutura, isto é, em atividades de alta capitalização e que, de maneira geral, não criam fonte permanente de emprego para a população. (...) Chama atenção para o fato de que os investimentos em obras públicas só criam novas fontes de emprego quando se expandem, e geram desemprego quando decresce o seu nível, enquanto os investimentos líquidos diretamente reprodutivos criam fontes permanentes de emprego, qualquer que seja o seu montante, mesmo quando esse montante está em declínio. (...)

A consequência prática disso é que, havendo constância de outros fatores, se os investimentos não reprodutivos crescem mais intensamente que os reprodutivos, os gastos de manutenção e reposição da economia tenderão a aumentar mais que o produto. (...)

Dessa forma a expansão das grandes obras públicas favorece o desenvolvimento concentrado das indústrias de materiais de construção - que se caracteriza pela alta capitalização e pequena densidade de mão-de-obra - e tende a fomentar a constituição de poderosos grupos financeiros." (Furtado, 1957, *apud.* 2008: 50-52)

Outro aspecto apontado por Furtado já em 1957 era a questão da produtividade da economia venezuelana como um todo, principalmente relacionada à peculiar situação do país devido ao contexto de abundância de divisas. Estatisticamente, o nível médio da produtividade apresentou certo crescimento, acompanhando o crescimento do produto experimentado no período (Furtado, 1957); no entanto, a partir de uma análise crítica percebe-se que tal crescimento não foi homogêneo, pelo contrário, o que se viu foi exatamente um aprofundamento de um cenário de heterogeneidade estrutural, onde o setor petrolífero observou aumento significativo da produtividade, alguns setores intermediários tiveram um crescimento mais modesto, mas setores historicamente muito pouco produtivos, como o setor agrícola, mas também outros setores, como as nascentes iniciativas industriais locais de produção de bens de consumo, não conseguiram alcançar maiores patamares de crescimento no nível de produtividade.

Esse relativo baixo aproveitamento do aumento do produto em termos de produtividade da economia nacional é sintomático de uma dinâmica bastante peculiar. Uma vez que o crescimento da produtividade no setor petrolífero, e a decorrente entrada de divisas no país também foi bastante significativa, enquanto que não houve aumento de magnitude minimamente próxima em outros setores; esse descompasso gerou um aumento rápido e também significativo na capacidade de importar. Essa questão foi talvez a questão que mais impactou, negativamente, o processo de desenvolvimento e de diversificação da estrutura econômico-produtiva do país. Como aponta Furtado (1957, *apud.* 2008), uma vez que o aumento da produtividade foi bastante mais lento em outros setores da economia do que o experimentado na indústria do petróleo e derivados,

o impacto do desenvolvimento petrolífero na capacidade para importar foi rápido e de profundas consequências. Tendo a expansão dos gastos públicos uma cobertura total de divisas, e sendo baixo o multiplicador de emprego (...), o desenvolvimento pôde se fazer com o aumento do coeficiente de importações e sem criar pressão inflacionária. (...)

Nas fases de grande expansão petrolífera a disponibilidade de divisas terá crescido mais que a demanda global, e para se conseguir que se utilizassem as divisas disponíveis teve-se que apelar para a sobrevalorização externa da moeda nacional. (...) Sobrevalorizando-se a moeda, aumentava-se a renda real do conjunto da população, ou pelo menos daqueles grupos de população que despendiam parte de sua renda em importações. (...)

O que importa reter de todo esse processo é que a absorção da oferta crescente de divisas se fez com uma forte sobrevalorização externa da moeda e que dessa sobrevalorização resultou que os salários monetários na Venezuela passaram a ser tão elevados ou até mais do que naqueles países em que a produtividade média é muito superior à da economia venezuelana e que concorrem no mercado venezuelano com a produção local. A consequência prática disso foi a seguinte: qualquer atividade econômica em que existisse a possibilidade de concorrência de importações só pôde subsistir mediante forte proteção. Os termos do problema são simples: o nível médio

dos salários monetários - calculados em divisas - está muito acima do nível médio da produtividade. (Furtado, 1957, *apud.* 2008: 53-54)

Ora, devido a esse excesso de capacidade importadora da economia venezuelana, assim como o próprio fácil acesso a divisas internacionais, construiu-se no país uma dinâmica e um plano de fundo bastante próprios. Em teoria, se não se tomassem medidas anticíclicas, a tendência seria de aprofundamento da heterogeneidade estrutural e a convivência de setores muito produtivos e pouco produtivos. Na prática, algumas medidas foram ensaiadas, mas o que se observou foi de fato a pouca absorção da mão de obra no setor petrolífero, bastante mecanizado e capital-intensivo, o que denotou, portanto, uma maior desigualdade na distribuição de renda entre províncias do país e dentro das próprias cidades, de modo que, em regra o setor agrícola, ainda bastante atrasado e pouco produtivo, absorvia a maior parte da população economicamente ativa do país pagando salários consideravelmente menores. O que deve-se apontar, nesse caso, é que mesmo os menores salários do setor agrícola, se comparado a níveis internacionais, eram consideravelmente maiores que a média mundial devido a sobrevalorização da moeda venezuelana e isso foi fundamental para que a dinâmica da economia venezuelana nesse período, diferentemente de boa parte das experiências latino-americanas de desenvolvimento no mesmo período.

Essa dinâmica peculiar do caso venezuelano, de convivência entre abundância de dólares na economia e consequente ampla capacidade importadora com um cenário de moeda sobrevalorizada e salários monetários, apesar de bastante desiguais intersetorialmente, bastante elevados em termos comparados, principalmente se comparados com o restante das economias latino-americanas, tornou insustentável e praticamente inviável qualquer iniciativa de substituição de importações de maior magnitude. Nesse sentido, como bem diagnosticou Furtado, “a falta de investimento nesse importante setor [de bens de capital e bens de consumo duráveis] reduziria a necessidade de investimentos de infraestrutura; os recursos financeiros disponíveis tenderiam a emigrar e o desenvolvimento geral do país seria muito lento ou nulo” (Furtado, 1957, *apud.* 2008: 55). Tal percepção se baseou no pressuposto de insustentabilidade do elevado nível de salários na economia venezuelana, principalmente nos setores relacionados ao setor do petróleo. Apesar de ser uma verdade observável naquele momento, faz-se importante notar que outros fatores como, por exemplo, a própria falta de iniciativas de política industrial efetivas para proteger setores considerados estratégicos devido ao seu potencial industrializante, mesmo que ainda pouco competitivos.

A percepção furtadiana naquele momento era de que haveria dois caminhos principais para os rumos da economia venezuelana.

O primeiro, de maneira otimista, seria a consolidação de um primeiro setor industrial do país indicaria para a economia do país uma diversificação estrutural nos médio e longo prazos, daria a base e os recursos para tal, assim como sustentaria a proteção necessária. Furtado aponta em seu relatório que “as iniciativas nos campos da siderurgia e da petroquímica, assim como alguns dos projetos do setor agrícola, constituem uma indicação de que se está tomando consciência dessa necessidade” (Furtado, 1957, *apud.* 2008: 60). Três linhas de investimento principais deveriam ser tomadas para que esse objetivo de diversificação fosse consagrado: investimentos em educação, transporte e energia; sendo os investimentos em educação, na opinião de Furtado, os mais estratégicos e com maior capacidade para retardar ou limitar o processo de desenvolvimento. O “homem capacitado” seria uma “máquina-ferramenta” que só surge partindo de uma lógica pró-cíclica de reprodução, ou seja, o conhecimento não surge do nada, há que se valorizar o tempo e a sua capacidade de maturação em etapas anteriores para que surjam as etapas e os desenvolvimentos mais avançados do conhecimento. Além disso, nesse sentido, há que se valorizar a produtividade social de cada unidade de novos investimentos.

De maneira análoga, se, por algum motivo externo ou interno esse ciclo de investimentos públicos e privados for interrompido, é provável que a economia vá pelo segundo caminho possível, o da estagnação e em até recessão do processo de desenvolvimento.

Por fim, antes de passar para a próxima seção deste trabalho, faz-se importante pontuar aspecto já presente na economia venezuelana e que será mais profundamente tratado no decorrer desta pesquisa, uma vez que, até hoje, é uma barreira ao desenvolvimento e que ainda não foi ultrapassada no país: a questão do setor agropecuário. Sobre essa questão, Furtado (1957, *apud.* 2008) lança as bases:

Do ponto de vista do desenvolvimento do país o problema agropecuário apresenta dois lados igualmente importantes: como aumentar a oferta de alimentos a preços mais baixos e como elevar a renda da população rural. Para se atingir esses dois objetivos simultaneamente é preciso elevar a produtividade da mão-de-obra atualmente ocupada nos campos sem criar ao mesmo tempo muito desemprego. Ou seja, é preciso distribuir investimentos de forma a beneficiar o máximo de pessoas ocupadas em trabalhos agrícolas. (Furtado, 1957 *apud.* 2008: 67)

Em linhas gerais, podemos apontar dois aspectos derivados dessa questão. Primeiramente, em regra, observa-se a tendência de que incrementos ou inovações tecnológicas no campo são variáveis que liberam mão de obra, não o caminho contrário. Ou seja, uma técnica nova ou uma máquina introduzida na produção agrícola libera bem mais do

que apenas um trabalhador rural. O segundo aspecto derivado dessa questão, e também bastante complexo, é situação dos altos salários monetários do campo relativos à realidade regional e internacional e o seu descolamento com o nível de eficiência da mão de obra do campo, que é pouco produtivo, pouco especializada, sendo, nesse caso, pela lógica do mercado, muito facilmente substituível por máquinas, o que acirraria o primeiro aspecto elencado. Em regra, a solução para esses problemas estaria na estratégica orientação dos gastos públicos, seja em vias de consumo ou investimento, assim como o país lida estrategicamente com o descolamento da produtividade interna e a sobrevalorização da moeda venezuelana devido à abundância de divisas no país.

Como solução, o relatório de Furtado também aponta um aspecto que parece bastante pertinente ao processo de desenvolvimento da economia venezuelana e a importância das indústrias petroquímica e siderúrgica nesse contexto e nessa etapa. Não apenas devido às implicações econômicas de corte desenvolvimentista, Furtado aponta:

"A importância da indústria petroquímica para a Venezuela está não tanto em se basear numa matéria-prima abundante que se desperdiça atualmente, mas no fato de que constituirá a base para o aumento da produtividade agrícola. (...) Um baixo preço para adubos constitui necessariamente o objetivo central da política que levou à criação da petroquímica. (...)

A indústria siderúrgica apresenta, numa economia subdesenvolvida, as características de um serviço público básico: deve ser projetada com a necessária capacidade para atender ao crescimento da demanda que ela mesma vai criar. (Furtado, 1957 *apud*. 2008: 79-80)

Por fim, observando a história e a temporalidade do processo de desenvolvimento do país, percebe-se que uma série de fatores políticos, como a própria queda do general Pérez Jimenez, e econômicos, como o alto endividamento e pagamento de juros, por exemplo, internos e externos, acabaram inflexionando o processo que teve início em meados da década de 1940. Nesse sentido, portanto, pode-se afirmar que foi somente a partir do primeiro grande boom do setor petrolífero depois do choque de 1973 que o curso da economia venezuelana teve sua primeira grande e mais expressiva guinada/inflexão. Pode-se apontar que, de fato, o petro-Estado venezuelano nasceu durante o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez (1973-78), de modo que o país não apenas ficou “inundado” com o petróleo produzido como, devido ao aumento significativo do preço internacional do bem, o valor produzido alcançou patamares recorde sendo responsável pela quase totalidade do valor produzido no e exportado pelo país. Foi exatamente nesse contexto que se aventou o primeiro movimento expressivo rumo a um projeto desenvolvimentista no país. Foi exatamente em um cenário de abundância ainda mais expressiva de divisas advindas desse boom que se ensaiou o primeiro esforço

industrializante, diversificador da estrutura produtiva e econômica do país. Finalmente, diferentemente do que aconteceu com outros grandes países da região que experimentaram tais políticas décadas antes nesse século, o desenvolvimentismo teve uma primeira vez<sup>25</sup> na Venezuela. É exatamente sobre esse processo que tratará a próxima seção deste capítulo.

## 2.2 A ASCENSÃO E QUEDA DO PROJETO DESENVOLVIMENTISTA VENEZUELANO E A SUCESSÃO NEOLIBERAL

Apesar de não ter apresentado uma maior diversificação da sua base produtiva, assim como não tenha tratado de temas políticos e sociais bastantes importantes e caros a um processo de desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, a economia venezuelana conseguiu alcançar números expressivos no período anterior a 1973. Não apenas o PIB e o PIB *per capita* do país aumentaram significativamente, mas houveram alguns indicadores sociais que observaram também similar incremento como, por exemplo, o crescimento da produção industrial<sup>26</sup> e a parcela da população que passou a ser considerada classe média<sup>27</sup> que passou a ser de cerca de 60% da população do país nesse início de década. No entanto, só apenas a partir desse ano que se pode dizer que esforços de corte desenvolvimentista foram tomados efetivamente no país.

Como apontado anteriormente, somente a partir de 1973 que o Estado venezuelano passou a ser considerado um tipo não-convencional de petro-Estado<sup>28</sup> e há uma objetiva, simples e clara para isso. Como aponta Bello, Blyde e Restuccia (2011),

de 1974 aos dias de hoje, o governo expandiu significativamente sua intervenção na economia. O principal fator que causou esse aumento da intervenção governamental foi o aumento desproporcional na receita gerada pelo aumento dos preços do petróleo

---

<sup>25</sup> Levando-se em consideração as proporções mais modestas e restritas em escopo e profundidade de possíveis esforços anteriores ao período.

<sup>26</sup> Apesar de serem valores absolutos ainda modestos, a produção industrial alcançou níveis de crescimento anuais bastante expressivos, principalmente no período do governo de Pérez Jiménez.

<sup>27</sup> Apesar de bastante controversa a definição de classe média, assumiu-se, nessa mensuração, como classe média, aquele grupo de pessoas assalariadas que não detém os meios de produção mas que conseguiu alcançar razoável padrão de vida, de bem-estar e de consumo. Classe média seria aquela à qual na lógica da divisão social do trabalho seria destinada a função de reprodução da cultura e relações de classe capitalistas (Cavalcante, 2012).

<sup>28</sup> Trata-se o caso inicial da Venezuela como um caso não-convencional porque nas experiências do Oriente Médio, não houveram, nem a princípio, tentativas de se desenvolver o país como um todo, nem muito menos projetos de diversificação da base produtiva industrial do país. Na Venezuela, pelo contrário, em um primeiro momento tentou-se uma política que perseguia esses objetivos, apesar de apresentar características e dinâmicas bem similares às experimentadas conjuntamente naqueles países.

e pela nacionalização da indústria petrolífera do país em 1976. (BELLO, BLYDE e RESTUCCIA, 2011: 203)<sup>29</sup>

Foi exponencial e, no caso venezuelano, em um primeiro momento, positivamente disruptivo o aumento do preço internacional do barril de petróleo já de 1973 para 1974, devido principalmente à crise política e militar entre Israel e alguns de seus vizinhos no Oriente Médio. O barril de petróleo que em 1973 custava 43 dólares passou a custar em 1974 139 dólares<sup>30</sup>, uma valorização de cerca de 225%, cifras inimagináveis em contextos de progressão normal de eventos políticos e econômicos. Foi fundamentalmente a partir disso que a Venezuela passou a ver-se “inundada” de petróleo e dólares e, assim, deu seus primeiros passos rumo a uma potencial mudança econômica estrutural. Baseando-se nesse pressuposto, o primeiro projeto desenvolvimentista do país ascendeu.

Sobre a questão, Celso Furtado, a convite do Ministério do Planejamento venezuelano, escreveu em 1974 um relatório acerca da situação da economia do país naquele momento e das perspectivas para o futuro diante da situação bastante favorável que já se apresentava. Partindo-se do pressuposto de que pretendia estudar o “processo de acumulação para compreender o crescimento da renda e a diversificação do fluxo de bens” (Furtado, 1974 *apud*. 2008: 119), o autor lança duas bases analíticas principais. Primeiro aspecto levantado é a questão da liberdade, ou não, do Estado venezuelano em utilizar o excedente petrolífero, de modo que “o mais importante não está na abundância de recursos, e sim no grau de liberdade que existe para orientar sua utilização” (Furtado, 1974 *apud*. 2008: 120). Entender esse passo é fundamental para que se possa aventar qualquer análise sobre o desenvolvimentismo experimentado naquele país, direcionado quase que exclusivamente por ação direta ou indireta do Estado. Segundo aspecto levantado como base analítica por Furtado em seu relatório foi a elevada concentração de renda no país e o enorme diferencial no nível de salários entre as atividades agrícolas e urbanas (notadamente as do setor petrolífero) muito em razão do que chamou de “excedente estrutural de mão-de-obra” na economia venezuelana, fruto em grande parte dos subsídios e baixo preço relativo das máquinas e equipamentos importados, grosso dos investimentos capitalísticos da indústria do petróleo (e em crescente medida, apesar de muito menor escala, do próprio setor agrícola). Em síntese, Furtado (1974) aponta:

---

<sup>29</sup> Tradução própria, do inglês: “*from 1974 to nowadays, the government significantly expanded its intervention in the economy. The main factor driving the increase in government intervention was the disproportionate increase in revenues arising from the increase in oil prices and the nationalization of the oil industry in 1976*”

<sup>30</sup> Em dólares de 2008.

criou-se um sistema econômico que produz pouco excedente sob a forma de poupança e impostos (não considerado o setor petrolífero) e que tira pouco rendimento das inversões que o excedente petrolífero permite realizar. É um sistema econômico-social fundamentalmente orientado para o consumo e o desperdício e no qual a renda é muito concentrada e provavelmente tende a se concentrar de forma permanente. Disso resulta extraordinária diversificação dos padrões de consumo, o que tem efeitos negativos secundários sobre a produtividade. (...)

Dessas circunstâncias decorre que a margem de manobra do Estado na utilização do excedente é menor do que poderia esperar. (...) Via de regra, o subdesenvolvimento tende a reproduzir-se qualquer que seja o ritmo de crescimento da economia. (...) O quadro da Venezuela não tem sido diferente, mas existe nesse país a possibilidade de modificá-lo sem transtornos sociais maiores, numa fase como a presente, caracterizada por abrupto crescimento do excedente petrolífero. (...) Mas seria erro supor que a superação do subdesenvolvimento virá automaticamente com a melhora abrupta dos preços de exportação do petróleo. (Furtado, 1974 *apud*. 2008: 121-122)

Há que se apontar que como no período anteriormente analisado, a tendência é que, tudo mais mantido constante, a dinâmica da economia do país tenderia a se reproduzir da mesma forma; de maneira que, ao invés de promover a diversificação da estrutura produtiva e econômica do país, a melhora observada na condição dos termos de troca devido ao aumento exponencial do preço internacional do barril de petróleo geraria instabilidade social. Aponta-se isso porque um aumento no estoque de divisas no país não apenas implicaria uma sobrevalorização maior da moeda do país e indicaria um aumento expressivo nas importações do país, como também, devido ao fato de serem primordialmente importações de bens de capital, tenderia também a uma menor escala na criação de empregos, o que, necessariamente, agravaria a situação de desigualdade econômica e social. Portanto, como traduz o autor, esse cenário faria da Venezuela “um país rico, mas nem por isso menos subdesenvolvido” (Furtado, 1974 *apud*. 2008: 123).

Soma-se a esse aspecto também a questão de segurança alimentar e do próprio desenvolvimento do setor agrícola no país. Não somente máquinas, equipamentos e bens de consumo em geral ficam relativamente mais baratos de se importar, o preço relativo dos alimentos também é deprimido nesse cenário, o que, levando-se em consideração apenas a lógica pura do mercado, seria o suficiente para desincentivar a produção local em detrimento da importação, de modo que apenas os que fossem capazes de modernizar as técnicas de plantio, cultivo e colheita, leia-se latifundiários, sobreviveriam diante da necessidade de manter sua rentabilidade pelo lado da escala. Torna-se, portanto, um novo aspecto analítico de aumento da desigualdade também no campo, assim como a própria frenagem de qualquer iniciativa de reforma agrária, o que, dentre muitos aspectos, seria responsável por boa parte do processo de segurança alimentar do país, um dos pressupostos de economias desenvolvidas.

Notadamente, um aspecto é fundamental para se transformar o cenário e reverter essa tendência natural em se repetir o que se observou nas décadas anteriores, ainda mais com um



cenário muito mais positivo e confortável em termos de capacidade financeira do Estado: a vontade política do Estado em nortear as políticas nesse sentido. Por políticas, no caso, não apenas puramente econômicas, mas também fundamentalmente políticas públicas de corte social com o objetivo de dirimir disparidades socioeconômicas e que protejam e projetem o desenvolvimento entre a camada da população que mais é vulnerável. Sobre essa perspectiva, observando-se a conjuntura da época e a tendência recente do processo de desenvolvimento do país, Furtado (1974) é fatídico e enfático,

Nos próximos dois decênios a Venezuela poderá ter saltado a barreira que separa subdesenvolvimento de desenvolvimento, sendo quiçá o primeiro país da América Latina a realizar esta façanha, ou terá perdido sua chance histórica. Pelo menos sobre um ponto básico existe hoje consenso: a inação do ou a omissão do Estado não constitui uma opção. Dado que o excedente petrolífero passa pelo Tesouro Público, a responsabilidade do Estado é inescapável. Ainda mais: essa responsabilidade cresce à medida que se amplia o referido excedente, pois com este aumenta consideravelmente a liberdade de ação. Outro ponto me parece igualmente claro: na ausência de uma vontade política orientada para a reconstrução de certas estruturas econômicas, o sistema será levado a reproduzir-se com suas características atuais de desequilíbrios setoriais e regionais e de forte marginalidade social. (...)

A elaboração de um projeto social - vale dizer, a tomada de posição com respeito a um dos futuros possíveis - é requisito prévio para a formulação de uma autêntica política de desenvolvimento. Sobre um ponto não pode haver ambiguidade: propósito de extirpar o subdesenvolvimento. (Furtado, 1974 apud. 2008: 124-125)

Nesse sentido, o desenvolvimento do país passaria necessariamente pelas mãos do Estado, principalmente em termos de aumento no nível de produtividade industrial do todo da economia e não apenas do setor petrolífero, esta talvez o ponto chave, na opinião de Furtado, para uma inflexão positiva na tendência experimentada anteriormente no país. Não tem como imaginar, portanto, que esse processo surgiria como consequência natural do crescimento do produto ou como resposta automática de pesos e contrapesos da lógica de mercado. Há que se assegurar direitos básicos. Saúde e educação em todos os níveis pública, seguridade social, acesso a moradia digna, infraestrutura urbana e rural, assim como também facilitasse o acesso a atividades de lazer. São esses direitos básicos que deveriam ser o ponto de partida para uma vida digna e de bem-estar do ser humano; a principal característica definidora de um país desenvolvido e vale destacar que “na Venezuela a homogeneização social somente será obtida se a política de desenvolvimento orientar-se para um conjunto coerente de objetivos econômicos e sociais” (Furtado, 1974 apud. 2008: 127).

É exatamente partindo desse contexto que se instaurou o primeiro esforço desenvolvimentista experimentado na Venezuela. A ascensão e queda do projeto desenvolvimentistas, e a posterior ascensão do projeto neoliberal que perdurará até a ascensão de Chávez à presidência, tem uma periodização bem delimitada nesse último quartel do

século XX. Foi exatamente durante o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez (1974-79) que se tomaram medidas políticas e econômicas de corte desenvolvimentista e durante todo o restante do século XX, de 1979 a 1999, que a Venezuela experimentou as limitações da agenda neoliberal e as restrições impostas ao seu povo e ao seu processo de desenvolvimento. Não coincidentemente, as duas inflexões, tanto a de início desse processo quanto o seu fim e consequente início do retrocesso, seguiram *pari-paso* o aumento exponencial do preço internacional (1973-74) e a queda vertiginosa das rendas auferidas no setor petrolífero a partir de 1978-79.

Foi logo ao assumir seu primeiro mandato presidencial, em 1974, que Carlos Andrés Pérez apresentou ao povo seu projeto rumo a criação d'A Grande Venezuela<sup>31</sup>, que seria um ambicioso plano de investimento público na economia venezuelana com especial ênfase no setor petroquímico que, naquele momento, viu sua importância ser exponencialmente inflada. Como Furtado (1974) indicou, o governo Andrés Pérez, aproveitando a massiva entrada de divisas, assumiu as rédeas do desenvolvimento e da industrialização do país investindo boa parte dessa renda auferida na própria indústria nacional.

Nesse caso, a dinâmica foi cíclica no sentido de que a utilização de boa parte dos dólares que ingressaram no país devido à exportação de petróleo produziu uma expansão na demanda de bens e serviços que não foi rebatida por um aumento proporcional na capacidade da economia venezuelana em suprir essa demanda. Ou seja, no curto prazo, se desencadeou no país um forte processo inflacionário devido à explosão da demanda interna por esses bens e serviços. Naquela situação, o processo inflacionário foi controlado via controle de preços e investimento estatal no aumento da capacidade produtiva. Nesse sentido, o processo inflacionário, diante da disponibilidade de capital a ser investido por parte do Estado, serviu como um impulso para o desenvolvimento industrial. Diante desse contexto bastante favorável de demanda reprimida, houve um aumento significativo dos investimentos público via empresas estatais, principalmente no setor petroquímico, mas também siderúrgico e metalúrgico (Furtado, 1974).

Nos termos propostos por Furtado acima, há que se notar a percepção do Estado venezuelano acerca da apropriação fiscal da renda auferida pelo setor petrolífero, a questão do grau de liberdade do Estado na utilização e manejo dessa renda gerada. Nesse sentido, o governo Andrés Pérez tomou uma posição bastante inflexiva e, em 1976, nacionalizou a indústria do petróleo venezuelana, tendo assim controle integral deste setor estratégico para a

---

<sup>31</sup> "La Gran Venezuela", em espanhol.

economia do país. Não só a indústria do petróleo, mas também as indústrias de ferro e alumínio, de modo que se teve controle das reservas de recursos naturais estratégicos ao mesmo tempo em que se trouxe luz à racionalização do uso desses recursos, principalmente em termos do uso na fase de industrialização.

A economia venezuelana via aí pela primeira vez uma boa oportunidade para avançar um processo robusto de substituição de importação. Notadamente, medidas extraordinárias deveriam ser tomadas quanto às importações porque como já foi apresentado, uma das características da economia venezuelana nos seus contornos específicos era a sobrevalorização relativa dos salários pagos internamente, assim como da própria moeda venezuelana; aspectos que tornavam importar mais financeiramente atraente do que investir na produção doméstica, exercendo uma pressão via importações para o atendimento dessa demanda. Portanto, devido a essa configuração, a etapa de substituição de importações deveria ser tomada em paralelo a uma reforma tarifária, com vistas a reduzir paulatinamente as isenções e outras vantagens usufruídas pelos ofertantes internacionais, ao mesmo tempo em que se deveria investir massivamente para aumentar a capacidade produtiva das indústrias nacionais voltadas ao abastecimento do mercado interno, focando em termos de custos de produção e produtividade, de modo a tornar os bens produzidos internamente competitivos no médio prazo.

Assim se deu e no período do governo Andrés Pérez, a Venezuela viu sua indústria automotiva e o setor de eletroeletrônicos avançarem em termos de produção e qualidade; assistiu a um processo de promoção industrial com o Ministério do Planejamento mais que dobrando o número de projetos de investimento, assim como assistiu a um processo de descentralização industrial, o que tem um potencial irradiador de desenvolvimento bastante amplo em um país bastante desigual inter-regionalmente; promoveu uma política tarifária de acordo com seus interesses industrializantes; assistiu a uma desburocratização aduaneira e a uma concertação comercial com alguns países da região do Caribe; assim como assistiu a um relativo desenvolvimento do setor logístico e de infraestrutura. Não obstante, foi um período em que o setor manufatureiro apresentou uma taxa de crescimento média anual de cerca de 8,5%, correspondendo a uma fatia de 15% do PIB venezuelano em 1978. Outros dados bastante expressivos em termos de desenvolvimento, como geração de empregos, consumo industrial de energia elétrica, alcançaram patamares bastante positivos.

Uma das principais críticas ao processo aventado pelo governo Andrés Pérez na década de 1970 foi a falta de integração e o pouco aprofundamento da estrutura produtiva

manufatureira. Nesse sentido, aponta-se que pouco foi feito em termos de progresso técnico-tecnológico e os números refletiriam apenas um corolário do aumento expressivo nas exportações de petróleo que permitiram o ingresso de dólares que sustentaram o nível de importações necessários para sustentar essa indústria manufatureira pouco produtiva e pouco competitiva. Ou seja, a economia venezuelana não experimentou um verdadeiro processo de substituição de importações e o setor manufatureiro não assumiu o papel estratégico que deveria assumir por objetivo. Uma das principais críticas feitas ao processo industrializante aventado neste período se encontrava na voz do economista venezuelano Constantino Quero Morales que, como bem aponta Gerardo (2005),

criticou o modelo industrializante posto em prática, afirmando que o setor manufatureiro não havia se tornado o motor decisivo do crescimento da economia nacional, porque sua dinâmica não teve forte impacto na estrutura produtiva ou na distribuição social da renda, funcionando como uma variável dependente. O crescimento econômico foi resultado do progresso de outras atividades econômicas e, em particular, das exportações de petróleo. A falta de integração, afirmava Quero Morales, determinou que as bases operacionais da indústria constituiriam uma espécie de oneração à balança de pagamentos, porque o fornecimento de bens de capital e serviços requeria um alto componente de importação, financiado com divisas internacionais geradas por outros setores da economia. Por outro lado, o setor industrial possuía uma capacidade de exportação estreita e limitada e falhou em atender significativamente a demanda de outros setores<sup>32</sup> (Gerardo, 2005: 131)

No sentido da industrialização, o governo Andrés Pérez pôs em prática uma série de medidas como exonerações de impostos para a importação de insumos industriais; buscou-se normatizar, via regras e decretos, o processo de industrialização focando bastante na padronização técnica e no controle de qualidade; criou-se um fundo de financiamento pública à indústria, atendendo, por meio de diferentes órgãos, desde pequenas e médias empresas até grandes projetos industriais do setor público; ensajou-se o controle de preços, o que segurou, artificialmente, a inflação no seu período de governo; promulgou leis de proteção do trabalhador e do consumidor; o Estado, via compras governamentais, normatizou que as compras deveriam ser atendidas por produção nacional, relegando às importações apenas o que não fosse produzido internamente; entre outras medidas.

---

<sup>32</sup> Tradução própria, do espanhol: "*criticaba el modelo industrializador puesto en práctica, aseverando que el sector manufacturero no se había constituido en el motor decisivo del crecimiento de la economía nacional, porque su dinámica no llegó a incidir fuertemente en la estructura productiva ni en la distribución del ingreso social, sino que había operado como una variable dependiente. El crecimiento económico fue el resultado de la marcha de las demás actividades económicas y, en especial, de la exportación petrolera. La falta de integración, afirmaba Quero Morales, había determinado que las bases operativas de la industria se constituyera n en una especie de gravamen para la balanza de pagos, porque el abastecimiento de bienes de producción servicios exigía un alto componente de importaciones, financiado con divisas internacionales generadas por otros sectores de la economía. Por otra parte, el sector industrial tenía una capacidad de exportación estrecha y limitada, y no había llegado a satisfacer posiciones significativas de la demanda de otros sectores*"

Faz-se importante notar que, segundo dados do *Banco Central de Venezuela*<sup>33</sup>, de 1974 e 1979, o setor industrial venezuelano cresceu a uma taxa média de 7,8% ao ano, tendo seu pico em 1976, com uma taxa de crescimento de 11,9% naquele ano, e, vale apontar, desde então assistiu um decréscimo expressivo, chegando a 3,6% de crescimento em 1979. Dentre as razões elencadas para esse decréscimo posterior ao ano de 1976, destacam-se a ausência de uma maior margem de aumento da capacidade produtiva do país devido à menor velocidade da absorção e da resposta aos investimentos feitos; a escassez de mão de obra especializada; incapacidade de atender plenamente à demanda industrial por insumos.

De maneira análoga, no entanto, os primeiros esforços de corte desenvolvimentista empreendidos no primeiro governo de Andrés Pérez não lograram o aprofundamento estrutural necessário para que o país lograsse a inflexão pretendida no seu processo de superação do subdesenvolvimento. Indubitavelmente pela primeira vez na sua história o povo venezuelano assistiu uma melhora na sua qualidade de vida como um todo. O período de bonança petroleira permitiu ao país acessar essa parcela da população e atender algumas de suas necessidades básicas. Foi a abundância de divisas que, como apontam Ellner e Hellinger (2003), permitiu ao país viabilizar

um aumento de 96,9% nos gastos públicos entre 1973 e 1978 [o qual] permitiu excelentes serviços públicos e grandes oportunidades de emprego. O que levou a uma diminuição da pobreza. Em 1978, 10% da população vivia em tal situação e, dessa proporção, apenas um pouco mais de 2% vivia em extrema pobreza.<sup>34</sup> (Ellner e Hellinger, 2003: 147)

Porém, apesar de o governo ter tomado estas iniciativas de corte social e de arrefecimento das mazelas da pobreza, a estrutura de acumulação não se alterou significativamente, ou como aponta Wilhelm (2011), “cabe realçar que, embora tenha ocorrido uma certa distribuição de renda e de benefícios sociais, como no campo educacional (...) a estrutura social permaneceu intacta, ou seja, esse resultado da distribuição de renda não colocou em risco o regime de acumulação, concentração e reprodução do capital” (Wilhelm, 2011: 257). É exatamente essa inabilidade de atender mais profundamente a questões estruturais da sua economia que tornou a Venezuela palco favorável às destruições promovidas pelo projeto neoliberal que ascendeu no país após esse breve período de conquistas sociais, mesmo que tenham sido superficiais e artificiais, e muito por conta disso.

---

<sup>33</sup> *Informes económicos, 1973-1979.*

<sup>34</sup> Tradução própria, do espanhol: “un aumento del gasto público de 96,9% entre 1973 y 1978 permitió lograr excelentes servicios públicos y grandes oportunidades de empleo. Ello condujo a una disminución de la pobreza. Para 1978, 10% de la población vivía en tal situación y, de esta proporción, solo un poco más de 2% vivía en extrema pobreza”

A ascensão do neoliberalismo foi um fenômeno mundial na década de 1980, no entanto como aponta Boito (1999), há uma diferença que é bem marcada:

Nos países periféricos, em primeiro lugar, o neoliberalismo tem servido, tal qual nos países centrais, para restringir ou suprimir direitos dos trabalhadores. A diferença é que, na periferia, a política neoliberal encontrou pela frente um sistema de proteção social menos desenvolvido e pôde avançar muito mais do que lograra fazer no centro do sistema. (Boito, 1999: 36, apud. Wilhelm, 2011: 255-6)

No entanto, apesar de a ascensão do neoliberalismo ter sido um fenômeno sistêmico, ele apresentou características, causas e consequências bastante específicas que serão objeto da parte final desta parte do capítulo, principalmente porque foi esse período que ilustrou a importância e a magnitude do projeto político proposto posteriormente por Hugo Chávez, quando este ascende ao poder em 1999.

A crise econômica internacional dos anos 1980 causada pelo choque de juros internacionais, consequência do aumento da taxa de juros interna estadunidenses cumpriu um papel muito bem definido no sistema internacional (Tavares, 2017). Foi em 1979 que

Volcker [presidente do FED na época] declarou que estava contra as propostas do FMI e dos demais países membros, que tendiam a manter o dólar americano desvalorizado e a implementar um novo padrão monetário internacional. (...) A partir dessa reviravolta, Volcker subiu violentamente a taxa de juros interna e declarou que o dólar manteria sua situação de padrão internacional e que a hegemonia da moeda norte-americana iria ser restaurada. (...) ao manter uma política monetária dura, e forçar a sobrevalorização do dólar, o FED retomou na prática o controle dos seus próprios bancos e do resto do sistema bancário privado internacional e articulou em seu proveito os interesses do rebanho disperso. (Tavares, 2017: 33-4)

Essa crise provocada não só inaugurou o que Tavares (2017) pontuou como a “diplomacia do dólar” como também propiciou o ambiente ideal para a proliferação do neoliberalismo, uma vez que ao mesmo tempo em que causava a “doença” os EUA vendiam o “remédio”, este sendo o que se convencionou chamar de Consenso de Washington<sup>35</sup>. Em outras palavras, os EUA e demais países concertadores da ordem capitalista internacional não apenas estiveram sujeitos a crises como também puseram a culpa das crises no descontrole fiscal dos países, principalmente nos países da periferia que, não coincidentemente, na década

---

<sup>35</sup> “José Luís Fiori (1997, p. 121 e 122) relata que, em 1989, um economista norte-americano chamou de “Consenso de Washington” ao programa de políticas fiscais e monetárias associadas a um conjunto de reformas institucionais destinadas a desregular e a abrir as velhas economias desenvolvimentistas, privatizando seus setores públicos e enganchando seus programas de estabilização na oferta abundante de capitais disponibilizados pela globalização financeira. Chegava, dessa maneira, à periferia capitalista endividada, e em particular à América Latina, uma versão adaptada das ideias liberal-conservadoras que já se difundiam pelo mundo desde o início da “grande restauração”. Também Paulo Nogueira Batista (2001, p. 33) apresenta as dez áreas do Consenso de Washington: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação; e 10) propriedade intelectual” (Wilhelm, 2011: 257-8)

anterior tinham aventado uma série de políticas econômicas anticíclicas e contrárias ao projeto imperialista estadunidenses. Como aponta Tavares (2017),

a diplomacia do dólar já cumpriu o seu papel, soldando os interesses do capital financeiro internacional, sob comando americano. Ainda que uma desvalorização do dólar fosse provocar uma nova crise financeira internacional, s EUA não perderia o papel de reitor na reestruturação de uma possível "nova ordem internacional". (...) Foi a ameaça de ruptura do sistema privado de crédito por déficit dos países periféricos e de algumas empresas que colocou sob o controle do FED, o sistema financeiro internacional. (Tavares, 2017: 37)

Há na literatura convencional, segundo a análise neoclássica, a tendência de se colocar a culpa das crises somente sobre o descontrole fiscal dos países. O problema, na verdade, foi a geração de dívida pública externa (denominada em dólar). De fato, se a dívida pública fosse denominada em bolívares venezuelanos, não haveria maiores problemas. Como estabelecido por Abba Lerner (1951) e pela Teoria Monetária Moderna (Wray, 2015), não há limite para o endividamento público denominado em moeda nacional, já que o Estado não quebra em sua própria moeda. Nesse sentido, “as finanças públicas deveriam ser funcionais, no sentido de evitar situações de desemprego *ou excesso de demanda e inflação*, não importando seu resultado em termos de quantidade de dívida ou base monetária gerada para atingir essa finalidade (Serrano e Summa, 2019). É exatamente o que aponta Lerner (1951), quando escreve:

Estamos abandonando as “finanças sólidas”, que fazem do equilíbrio do orçamento o principal critério da política fiscal, em favor das “finanças funcionais”, que dizem que cada instrumento nas mãos do governo deve ser julgado não por qualquer regra tradicional, como o orçamento deve ser equilibrado, mas em termos de suas funções ao interesse geral (Lerner, 1951: 131)<sup>36</sup>

Como apontado, o gastou público quase dobrou nos anos de governo Andrés Pérez e, de maneira bem parecida, o aumento da dívida externa, o que viabilizou em larga medida os investimentos públicos no país, também foi muito significativo. A dívida externa acumulada, que em 1975 era de 2,29 bilhões de dólares<sup>37</sup>, alcançou a cifra de 24,1 bilhões de dólares em 1979. Esse cenário econômico, acirrado com o aumento da taxa de juros internacional e desvalorização da moeda estadunidense, inflou o discurso neoliberal no país personificado na

---

<sup>36</sup> Tradução própria, do inglês: “We are abandoning “sound finance”, which makes the balancing of the budget the main criterion of fiscal policy, in favor of “functional finance”, which says that each instrument in the hands of the government should be judged not by any traditional rule, such as the budget should be balanced, but by the way in functions in the general interest.”

<sup>37</sup> Dólar a preços atuais.

eleição de Luis Herrera Campins (1979-84) e sua defesa irrestrita do controle da dívida externa<sup>38</sup>.

Assim que foi eleito, Campins anunciou o corte de gastos e investimentos públicos, assim como a redução dos controles e regulações econômicas, principalmente o controle de preços posto a cabo pelo governo que o antecedeu. Nesse sentido, nos primeiros anos de governo o país assistiu a uma queda brusca do financiamento e da produção industrial; uma queda no *quantum* exportado, em muito resultado da crise internacional; uma queda do produto interno bruto do país da ordem de 6,7%<sup>39</sup> entre 1979 e 1982; assim como assistiu um cenário de taxas anuais crescentes de inflação<sup>40</sup>, a partir do fim do controle de preços.

Dois fatos ainda viriam a evidenciar o esgotamento do modelo de substituição de importações e, portanto, do primeiro ensaio de corte desenvolvimentista do país, assim como lançariam as bases para o que viria a ser de fato o programa neoliberal para o país. Primeiramente, a reversão da tendência do mercado internacional de petróleo e a significativa queda no preço internacional. O barril<sup>41</sup> que em dezembro de 1981 custava 35 dólares iniciou uma tendência de queda, chegando à casa dos 10 dólares em março de 1986 até se estabilizar na casa dos 15 dólares naquele ano. Este sem dúvida foi um fator que influenciou na capacidade do Estado venezuelano de sustentar o nível de gastos do período anteriormente citado. Segundamente, muito em resposta à fuga massiva de capitais do país, o governo estabeleceu, em 20 de fevereiro de 1983, um sistema de câmbio preferencial para a importação de bens caracterizados como essenciais, no que ficou conhecido como “a sexta-feira negra”. Em linhas gerais, como aponta Gerardo (2005),

no dia 20 de fevereiro de 1983, se estabeleceu um regime de câmbio diferenciado e uma política comercial complementar, caracterizada pela alocação de cotas e pela proibição de importar itens considerados não essenciais. Essa política, segundo analistas do Banco Central da Venezuela, apesar de permitir uma queda considerável no volume de importações, contribuiu muito para o superávit nas transações da conta corrente da balança de pagamentos e exerceu uma influência desfavorável na atividade industrial, cuja operação era caracterizada por uma alta dependência externa.<sup>42</sup> (Gerardo, 2005: 151)

---

<sup>38</sup> Se vale de nota, a defesa do controle da dívida externa e a sua culpabilização “inconteste” como principal causadora da crise do país seguiu como plataforma dos governos que seguiram, até a eleição de Chávez em 1998.

<sup>39</sup> Segundo dados disponíveis no site do Banco Mundial, “*Flujos Mundiales de Financiamiento para el Desarrollo*” para os anos selecionados.

<sup>40</sup> Segundo dados dos “informes econômicos” do Banco Central da Venezuela para os anos selecionados, disponível em Gerardo (2005).

<sup>41</sup> Valores referenciados no West Texas Intermediate, a dólares correntes.

<sup>42</sup> Tradução própria, do espanhol: “*El 20 de febrero de 1983 estableció un régimen de cambios diferenciales y una política comercial complementaria, caracterizada por la asignación de cupos, así como la prohibición de realizar importaciones de artículos considerados no esenciales. Esta política, según los analistas del Banco*



A desaceleração do crescimento do produto industrial, assim como sua retração, nos primeiros anos da década de 1980, teve uma breve recuperação e alcançou taxas de crescimento anuais bastante razoáveis entre 1984-88, assim como observou uma tendência ao crescimento no nível de emprego industrial que, em 1984, era de cerca de 410 mil empregados e chegou, em 1988, a cerca de 490 mil pessoas empregadas na indústria. Isso se deveu basicamente à recuperação experimentada no setor manufatureiro diante das limitações ao acesso de dólares para a importação, aliada à desvalorização da moeda venezuelana, cujo âmbito de aplicação se expandiu para outros setores da economia do país, consistindo assim de uma desvalorização mais acentuada do bolívar. No entanto, há que se pontuar que a recuperação não foi maior pelo baixo nível de investimento público e privado no país, em muito seguindo a cartilha de austeridade proposta pela cartilha das instituições financeiras internacionais, assim como também devido à falta de apoio e financiamento para a importação de insumos industriais (Gerardo, 2005).

Esse cenário de diminuição do poder de compra de boa parte da população, assim como de recrudescimento da qualidade de vida, aliado a baixas perspectivas de retomada do crescimento e do breve período de bem-estar social, gerou na população um saudosismo dos tempos de bonança de meados da década de 1970. Tal sentimento foi muito bem aproveitado por Andrés Pérez que foi reeleito em 1988 para presidente do país, em um dos maiores casos de estelionato eleitoral da história da política mundial. Andrés Pérez prometia em seus discursos um retorno aos tempos de bonança do seu primeiro mandato ao mesmo tempo em que negociava com instituições financeiras internacionais as condições de austeridade econômica para o acesso a crédito internacional, acordos estes que não foram submetidos previamente ao parlamento venezuelana e que só viraram de conhecimento público após terem sido firmados. Em linhas gerais, usando a diminuição expressiva das reservas internacionais do país, o patamar do nível de déficit fiscal e da balança de pagamentos e a dita “insustentabilidade” da dívida externa acumulada do país como justificativa, Andrés Pérez firmou um acordo em que se comprometia com as instituições financeiras internacionais a, uma vez no poder, congelar salários, a reduzir gastos públicos e oferta de crédito, assim como liberar o controle sobre preços de bens de primeira necessidade, e assim o fez. O aumento mais significativo e com implicações sociais mais desastrosa viria a ser sobre o preço da

---

*Central de Venezuela, aun cuando posibilitó el descenso apreciable en el volumen de importaciones, contribuyó en buena medida al superávit en las transacciones de la cuenta corriente de la balanza de pagos, y ejerció una influencia desfavorable en la actividad industrial, cuyo funcionamiento se caracterizaba por una elevada dependencia del exterior.”*

gasolina e conseqüente aumento nas tarifas de transporte público que foram exatamente o gatilho para a ebulição social que se assistiu em Caracas, em 1989<sup>43</sup>.

Não deixa de ser curioso que tanto a "inauguração" do período "desenvolvimentista" venezuelano quanto a "inauguração" do "programa neoliberal" de fato no país tenha sido promovido por um mesmo presidente em momentos distintos da história. Não obstante, o que se ficou conhecido como "*El gran viraje*" foi exatamente o pacote de medidas anunciado em 1989 e que significou a inflexão definitiva no processo de desenvolvimento do país. Em linhas gerais, o pacote de medidas tinha por objetivo radicalizar o processo de desregulação da economia e ajustar, aos moldes do Fundo Monetário Internacional, os indicadores macroeconômicos do país. No entanto, vale ressaltar que não se tratou de um caso particular e as mesmas tendências foram observadas em outras economias latino-americanas. Como aponta Medeiros (2013b):

A intensa crise da dívida na América Latina da década de 1980 trouxe altas taxas de inflação e uma profunda recessão. Isso causou uma crise estrutural no modelo de crescimento liderado pelo Estado e criou novas coalizões de interesses internos e externos em torno da agenda de reformas do Consenso de Washington que se espalharam por toda a região na década de 1990 (Medeiros, 2013b: 230)<sup>44</sup>

Essa série de medidas eram bastante impopulares e acirraram bastante o conflito de classes no país, principalmente porque atingiram massivamente o grosso da população mais pobre do país, enquanto que os ricos continuaram blindados dos efeitos mais severos. Tratavam-se de medidas que seguiam fielmente a cartilha da austeridade proposta pelas instituições financeiras internacionais e, objetivamente, foram postas em prática para que o país recebesse 4,5 bilhões de dólares em crédito do FMI. Para tal, o governo se comprometeu a, entre outras coisas, liberar a taxa de juros de todo o sistema financeiro, até um máximo de 30% ao ano; unificar a taxa de câmbio, pondo fim ao regime de câmbio preferencial; tornar o câmbio flutuante às variações de mercado; por fim ao congelamento de preços no mercado doméstico, com exceção de alguns produtos da cesta básica; aumentar inicialmente por 3 anos o preço dos produtos derivados do petróleo, sendo o preço da gasolina combustível o primeiro a sofrer ajuste, na casa dos 100%; eliminar progressivamente as tarifas à importação; reduzir o déficit fiscal a um máximo de 4% do PIB; entre outras medidas.

---

<sup>43</sup> Novamente, as implicações políticas e sociais dos eventos políticos e sociais que ilustraram e geraram importantes implicações no desenrolar de todo o processo de formação e desenvolvimento político, econômico e social do país serão tratados a seguir nesse trabalho.

<sup>44</sup> Tradução própria, do inglês: "The Latin America intense debt crisis of the 1980s brought about high inflation rates and a deep recession. This caused a structural crisis in prevailing state-led growth and created new coalitions of internal and external interests around the agenda of the Washington Consensus reforms that spread all over the region in the 1990s."

As consequências da tomada desse pacote de medidas teve um impacto relativamente maior sobre as classes mais vulneráveis, mas também permeou outros setores da economia, principalmente o setor industrial, principalmente a indústria manufatureira, que se via achacado com uma taxa de juros bastante elevada, além de ter sido posta em uma posição competitiva bastante desfavorável a partir do processo de abertura comercial. O fato é que apesar de ter experimentado uma retomada quantitativa do resultado do produto industrial nos anos de 1990, 1991 e 1992<sup>45</sup>, qualitativamente, essa retomada foi puxada quase que exclusivamente em razão do crescimento da indústria petroleira. Em perspectiva histórica, o período 1989-1993 foi o que apresentou os piores resultados em termos de evolução do produto industrial.

Como aponta Gerardo (2005),

o processo de abertura comercial foi realizado com uma política "shock" que causou sérios efeitos na economia e, em particular, na indústria. Essa política não foi seguida por um programa de reestruturação industrial, exceto na retórica, e a política de financiamento do governo prejudicou gravemente o setor produtivo devido à concorrência desleal de fundos depositados pelo público no setor bancário. Isso levou à redução de financiamento ao setor, juntamente com a necessidade de pagar taxas de juros muito altas, em um cenário gravemente inflacionário, o que gerou uma contração real no consumo e o crescimento anual dos custos em moeda nacional.<sup>46</sup> (Gerardo, 2005: 188)

Desta maneira, como era de se esperar, o descontentamento com os rumos da economia do país transbordou para um descontentamento político e social cujos efeitos reais sobre o governo só tiveram impacto efetivo porque descontentou também o setor industrial, cuja influência era bastante expressiva no Congresso do país. O segundo governo Andrés Pérez foi terminado antes de seu tempo constitucional pois foi impedido e destituído do cargo de presidente da república, em 1993, em razão de severas denúncias de corrupção e imprudente administração pública. O novo processo eleitoral ocorrido naquele ano foi bastante concorrido, evidenciando claramente o racha do *Pacto de Punto Fijo*, que na prática já estava relegado ao ostracismo, e naquele ano foi eleito, apoiado em um discurso de campanha populista e anti-neoliberalismo, Rafael Caldera, para seu segundo mandato como

---

<sup>45</sup> Segundo dados do Banco Central da Venezuela, o produto industrial para esses anos apresentou, respectivamente, uma taxa de crescimento anual de 7,4%, 8,9% e 6,2%.

<sup>46</sup> Tradução própria, do espanhol: "el proceso de apertura comercial se realizó con una política de "shock" que provocó graves efectos sobre la economía y, en particular en la industria. Esta política no fue seguida por un programa de reconversión industrial, salvo en la retórica, y la política de financiamiento del gobierno perjudicó gravemente el sector productivo por la competencia desleal de los fondos depositados por el público en la banca. Ello condujo a la reducción del financiamiento al sector, unido a la necesidad de pagar tasas de interés muy elevadas, dentro de un cuadro gravemente inflacionario, que generó la contracción real del consumo y el crecimiento anual de los costos en moneda nacional."

presidente do país. Como notaram Ellner e Hellinger (2003), acerca do processo eleitoral daquele ano,

o ex-presidente Rafael Caldera (...) falou contra o modelo neoliberal e justificou as frustrações populares com o regime democrático. Mais tarde, ele usou suas críticas ao status quo para lançar uma candidatura independente para um segundo mandato presidencial em 1993. (...) Caldera usou suas credenciais políticas e sua mensagem dissidente para obter apoio de todo o espectro político e social (...). Fez da oposição ao neoliberalismo o centro de seu programa, mas depois de vários anos de políticas heterodoxas e crises econômicas cada vez mais acentuadas, cedeu às pressões das reformas de mercado em 1996.<sup>47</sup> (Ellner e Hellinger, 2003: 260)

Foi exatamente nesse contexto que se deu o início do processo de colapso do setor industrial que vinha em um ensaio de desenvolvimento. Desde a guinada às práticas neoliberais o país se viu imerso em um processo de desindustrialização relativa e de especialização petroleira. De maneira análoga, se instaurou no país um cenário de crise financeira e político-social, cuja inflexão só viria no início do século XXI. Apesar de Caldera ter sido eleito para esse segundo mandato presidencial com um discurso anticíclico, contrário às práticas correntes do período que o antecedeu, na prática teve bastante dificuldade de executá-lo. O instável cenário econômico da América Latina naquele início de década, aliado ao discurso proferido, gerou um temor no mercado internacional resultando em uma fuga massiva de divisas do país o que pôs a saúde do financiamento e do crédito do país, e no país, bastante desfavorável.

Apesar da disposição do governo, o que se observou no início do mandato foi uma volta ao sistema de controle do câmbio, um aprofundamento do processo de abertura comercial do país, aliado a uma série de acordos internacionais em matéria de comércio. Nesse sentido, o país assinou um tratado de livre comércio com Colômbia e México; acordou com os demais países signatários do Acordo de Cartagena<sup>48</sup> um regime de tarifas externas comum; e o congresso do país aprovou a entrada do país na Organização Mundial do Comércio, segundo as conformações necessárias para o ingresso. No entanto, essas conformações se mostraram insuficientes para atrair capital e investimento, assim como não surtiram efeitos políticos e econômicos internos. Como descreve Gerardo (2005),

---

<sup>47</sup> Tradução própria, do espanhol: "El ex-presidente Rafael Caldera (...), habló contra del modelo neoliberal y justificó las frustraciones populares con el régimen democrático. Más tarde usó su crítica al status quo para lanzar una candidatura independiente par un segundo período presidencial en 1993. (...) Caldera utilizó sus antecedentes políticos y su mensaje disidente para lograr el apoyo de todo el espectro político y social (...). Hizo de la oposición al neoliberalismo el centro de su programa, pero después de varios anos de políticas heterodoxas y crisis económicas cada vez más agudas, cedió a las presiones de las reformas del mercado en 1996."

<sup>48</sup> O Acordo de Cartagena foi um acordo de integração sub-regional andino, assinado pelos governos da Bolívia, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Venezuela.

Apesar das reformas institucionais, para 1996, a situação de crise continuou e, dado o aumento do Índice Geral de Preços ao Consumidor (IPC), da ordem de 99,9%, o governo elaborou a chamada *Agenda Venezuela*, afim de apresentar um plano viável à comunidade internacional e atrair recursos externos para reduzir a inflação doméstica.<sup>49</sup> (Gerardo, 2005: 190)

Não houve ineditismo neste plano de ajuste. A *Agenda Venezuela* foi um plano de reforma macroeconômica, bem aos moldes da cartilha neoliberal, uma série de ajustes de conformação a uma política de austeridade econômica. Em linhas gerais, o governo tomou medidas de controle fiscal, cambial e monetário, cortando principalmente gastos sociais, a fim de obter resultados de curto prazo que pusessem uma pausa sobre a aceleração inflacionário e criasse as “condições necessárias” para a recuperação econômica do país. No entanto, apesar de ter freado o processo inflacionário, o resultado foi uma desnacionalização das indústrias no país, de modo que o mercado interno passou a ser abastecido cada vez mais por importações ao passo que não se logrou retomar o processo de desenvolvimento industrial. Grosso modo, o cenário de controle cambial, altas taxas de juros, alta inflação interna e controle de preços, desincentivou sumariamente a produção nacional. Resultado disso foi uma taxa média negativa de crescimento do produto industrial de -1,2%, para o período 1994-2000<sup>50</sup>, muito em razão do fechamento ou venda de empresas nacionais para o capital internacional. Como apresenta Gerardo (2005),

o processo de fechamento, emigração, desnacionalização e privatização resultou em uma drástica redução no número de plantas industriais existentes no país. A Conindustria, em estudo realizado em 1999, revelou que, entre 1988 e 1998, haviam sido fechados aproximadamente 2800 estabelecimentos industriais, perdendo assim duzentos mil postos de emprego.<sup>51</sup> (Gerardo, 200: 204-5)

Em linhas gerais, essa foi a trajetória de desenvolvimento da estrutura produtiva do país. Nesse sentido, apesar de toda essa trajetória servir de importante insumo analítico e ilustrar perenidades, a tarefa de entender o contexto histórico e político em que a Venezuela se encontrava na ocasião da eleição de Hugo Chávez, e 1998, é bastante complexa e responde a uma perspectiva histórico-estrutural comparativa à qual será dedicada o quarto desta

---

<sup>49</sup> Tradução própria, do espanhol: “A pesar de las reformas institucionales, para 1996, continuaba la situación de crisis y ante el incremento que experimentó el Índice General de Precios al Nivel del Consumidor (IPC), en el orden del 99,9%, el gobierno diseñó la llamada Agenda Venezuela, con la finalidad de presentar un plan viable a la comunidad internacional y atraer recursos externos para abatir así la inflación interna.”

<sup>50</sup> Segundo dados do Banco Central da Venezuela.

<sup>51</sup> Tradução própria, do espanhol: “El proceso de cierre, emigración, desnacionalización y privatización se tradujo en una reducción drástica del número de plantas industriales existentes en el país. Conindustria, en un estudio realizado en 1999, reveló que entre 1988 y 1998 habían cerrado aproximadamente 2800 establecimientos industriales, perdiéndose así doscientas mil plazas de trabajo.”

dissertação. No entanto, para méritos de contextualização econômica, antes de seguirmos à experiência mais atual, como bem aponta Rafael Bianchini (2017), vale dizer que

em 1998, o PIB per capita era apenas 1,8% maior do que o de 1960. No fim dos anos 90, enquanto a maioria dos países da América do Sul ostentava índices de um dígito, a inflação aos consumidores foi de 35,8% em 1998, depois de atingir um pico de quase 100% em 1996. Os índices de desigualdade e pobreza eram tipicamente latino-americanos: em 1998, o índice Gini do país era de 0,489 e 43,9% dos domicílios viviam abaixo da linha de pobreza, sendo 17,1% abaixo da pobreza extrema. Em outras palavras, ao contrário de uma narrativa que tem se tornado bastante comum recentemente, Hugo Chávez se tornou presidente em um país estagnado, de inflação elevada, muito desigual e com elevado índice de pobreza. (Bianchini, 2017)

Portanto, diante dessa conjuntura bastante específica, o presente trabalho, na última parte deste capítulo, proporá uma apresentação e análise da proposta econômica e industrial de Chávez para a economia venezuelana e o que logrou e não logrou alcançar nos anos em que esteve no poder.

### 2.3 HUGO CHÁVEZ E O NACIONALISMO DOS RECURSOS NATURAIS

Atualmente, temos uma melhor percepção do que foi a chegada de Hugo Chávez ao poder na Venezuela, algumas de suas implicações políticas e sociais no contexto latino-americano, em que medida conseguiu aplicar ou não seus intentos com o processo da Revolução Bolivariana e relativamente o que significou fundamentalmente para as classes mais pobres e vulneráveis da população do país. Nesse sentido, esta dissertação dedicará o seu último capítulo a uma análise multidimensional e comparada temporalmente. No entanto, por hora, há que se perceber o contexto em que ele chegou ao poder, as atitudes que tomou quanto a esse contexto e alguns dos resultados experimentados diante disso.

Na ocasião da eleição presidencial de 1998, o cenário político, econômico e social do país estava ainda um tanto conturbado<sup>52</sup>; não havia dez anos, Caracas tinha vivido uma ebulição social, há cerca de vinte anos o país seguiu sem lograr efetivo crescimento econômico e desenvolvimento estrutural; os índices de desigualdade econômica alcançavam patamares vergonhosos; enquanto se cortavam em direitos e conquistas sociais, a elite, principalmente a que se apoiava no setor petrolífero, mantinha um nível altíssimo de lucro e crescimento da renda, boa parte da qual era transferida ao exterior, gerando ainda mais prejuízos à economia

---

<sup>52</sup> Aspectos mais profundos do contexto político e social que o país vivia será melhor desenvolvido no capítulo seguinte.

do país; não obstante, uma série de insucessos dos planos que almejavam sanar a crise econômica e financeira do país minava qualquer projeto político entre os *insiders*<sup>53</sup>.

Àquela época, Chávez já era figura política conhecida. Bradava contra a corrupção, contra a injustiça social a desigualdade no país, e contra o imperialismo; via-se ligado à imagem de Fidel Castro e ao comunismo, mas preferia ligar-se ao passado histórico do próprio povo venezuelano. Por ser um ex-militar, era uma figura política que ainda despertava certa ojeriza por parte de alguns setores populares; no entanto, bem menos do que a experimentada por militares ainda na ativa. Parecia enfim, o momento ideal para aquele que, não fazia muito tempo, tentara subtrair o governo pela via do golpe<sup>54</sup>, alçasse, por vias democráticas à posição mais alta do poder executivo do país.

Enfim convencido de que os meios democráticos eram o caminho viável naquele momento histórico, Chávez se lançou candidato à presidência pelo recém-criado “*Movimiento V República*” (MVR), que fazia clara menção ao fato de que ensejava fundar uma nova república no país, verdadeiramente democrática, a partir de uma nova Constituição, sua principal promessa de campanha. Naquele ano, seu principal opositor foi Henrique Salas Römer, político conservador de direita, que se candidatava pelo também recém-criado “*Proyecto Venezuela*” (PV), evidenciando ainda mais o desprestígio da política tradicional no *status quo* no país, uma vez que, apesar de terem declarado abertamente apoio ao PV, os partidos Copei e AD não lançaram candidatos próprios naquele ano, fato inédito, desde 1958.

Fato é que Chávez sagrou-se vencedor da disputa, com 56,5% dos votos, alcançando maioria ampla e se elegendo no primeiro turno, em dezembro de 1998, e, apoiando-se no amplo apoio público ao seu projeto, não tardou a dar os primeiros passos rumo a fundação da desejada e prometida 5ª República venezuelana. Como aponta Ramonet (2013),

Sua investidura no cargo ocorreu em 2 de fevereiro de 1999. E menos de dois meses depois, em 25 de abril, como prometido, o referendo foi convocado para uma Assembleia Constituinte que Chávez venceu com 88% dos votos (...). A Revolução Bolivariana estava em andamento. Em julho, os parlamentares foram eleitos (...). A nova Assembleia começou a elaborar a Constituição da V República, cujo texto seria

---

<sup>53</sup> Notadamente, há que se reparar que os *insiders*, naquele momento, eram os políticos dos tradicionais partidos políticos que vinham alternando no poder desde 1958.

<sup>54</sup> Em fevereiro de 1992, um grupo de militares liderado por Chávez tentaram derrubar o governo de Carlos Andrés Pérez pela via do golpe, mas falharam e seus líderes foram presos. Apesar do aparente fracasso, foi um movimento que não apenas evidenciou aspectos negativos do governo de Pérez, principalmente relacionados a acusações de corrupção, mas também, e principalmente, porque foi o fato que lançou publicamente a figura de Chávez, que soube muito bem utilizar os canais de televisão e meios de comunicação a que teve acesso no momento de sua prisão. Não obstante, e principalmente depois do impeachment de Pérez, o clamor popular para a libertação de Chávez foi tão intenso que Rafael Caldeira, o presidente que assumiu a seguir, perdoou os líderes do movimento e revogou suas prisões. Foi por isso que Chávez conseguiu participar das eleições no ano de 1998 que o elegeram presidente do país.

submetido a um referendo nacional em 15 de dezembro de 1999.<sup>55</sup> (Ramonet, 2013: 33)

Como seria de se esperar, a reação do grande capital nacional e internacional foi instantânea, não só ao resultado das eleições, mas a todas as medidas promulgadas pela nova Constituição do país. Como esta previa, novas eleições gerais deveriam ser feitas e, assim, em julho de 2000, o povo venezuelano foi às ruas votar e, novamente, Chávez foi eleito presidente do país para o período 2001-2007, e de maneira mais confortável, uma vez que partidários seus alcançaram um número ainda maior de assentos no congresso, 91 em vez de 49 dos 189 assentos disponíveis, ou seja, uma maioria bem mais expressiva. Este foi o pressuposto para que se lançassem campanhas danosas não só à figura do presidente, principalmente relacionando-o a aspirações ditatoriais/autoritárias e às guerrilhas colombianas, mas também aos próprios avanços que prometera em campanha e que mal logrou alcançar uma mínima parcela destes, com denúncias de corrupção e má administração pública. De fato, a economia do país, como veremos ainda nesse capítulo, não apresentou indicadores positivos de crescimento nos primeiros anos de governo Chávez. Não só o contexto político, econômico e social do país naquele momento presente não era nem um pouco favorável, como também, a América Latina ainda sofria com as consequências de uma séria crise financeira. No entanto, vale notar que esse cenário, essas condições, e o que surgiu dele foi providencial para que o governo Chávez desse a guinada que deu rumo ao que a literatura econômica, à qual esta dissertação faz coro, chamou de “nacionalismo dos recursos naturais”. Em linhas gerais, como bem apontou Ramonet (2013), em conversa com Chávez ainda em 1999,

*essas acusações [de deriva autocrática] me deixam triste, confessou-me Chávez, porque o que queremos é passar de uma democracia representativa para uma democracia participativa mais direta. Ou seja, queremos mais democracia e não menos. Com maior intervenção das pessoas em todos os níveis de decisão. Para se opor melhor a qualquer violação dos direitos humanos.* Ele me disse que o texto da nova Constituição, ainda em debate na Assembleia, visava dar aos *ayuntamientos* maior autonomia; estabelecer o referendo de iniciativa popular e o "referendo revocatório" que vincularia todos os representantes eleitos, inclusive o Presidente da República, uma vez transcorrida metade de seu mandato, a se submeter a uma nova eleição, se fosse essa a vontade popular. (...)

A propósito da corrupção, com seu gênio coloquial, ele me contou como, naqueles primeiros meses de seu mandato, grandes empresários, grandes fortunas, aqueles que pensavam em "donos naturais" da Venezuela se aproximavam dele, para propor todo

---

<sup>55</sup> Tradução própria, do espanhol: "Su investidura tuvo lugar el 2 de febrero de 1999. Y menos de dos meses después, el 25 de abril, como lo prometiera, se convocó al referendo para una Asamblea Constituyente que Chávez ganó con el 88% de los votos... La Revolución Bolivariana estaba en marcha. En julio, fueron elegidos los parlamentares (...) La nueva Asamblea empezó a elaborar la Constitución de la Va República cuyo texto debía ser sometido a referendo nacional el 15 de diciembre de 1999."



tipo de presentes (...). Mas Chávez os expulsou de Miraflores (...). E dali esses oligarcas começaram a conspirar contra ele. (...) Começaram as conspirações, os ataques, as campanhas midiáticas de demonização, a preparação do golpe de 2002.<sup>56</sup> (Ramonet, 2013: 37)

O Golpe de Estado de abril 2002, cujo sucesso não durou mais que 48 horas, fruto da articulação de setores do empresariado nacional, das corporações midiáticas e o capital internacional, inclusive o apoio direto da inteligência estadunidense, não apenas evidenciou o apoio popular ao projeto da Revolução Bolivariana e à Chávez, como também foi providencial para a certeza de Chávez de que não poderia confiar no “capital internacional” e o Estado venezuelano deveria tomar as rédeas do desenvolvimento do país, principalmente dos setores estratégicos.

De certa forma, esse movimento já vinha sendo feito com a aprovação da nova Constituição, que àquele momento já era posta em prática. Notadamente, as chamadas *leyes habilitantes*<sup>57</sup> que deram poderes ao executivo até então inéditos em vias democráticas, foram não só utilizadas como justificativas para o golpe como também serviu como justificativa, aliada às mudanças diretivas da PDVSA, para o chamado *paro petrolero*<sup>58</sup> que se iniciou em dezembro de 2002 e teve fim em fevereiro de 2003. Este período foi bastante prejudicial à administração pública e à capacidade e à situação fiscal do Estado para responder às demandas do desenvolvimento a que se propunha. No entanto, foi exatamente esta inflexão

---

56 Tradução própria, do espanhol: "*Estas acusaciones [de deriva autocrática] me entristecen, me confesó Chávez, porque lo que nosotros queremos es pasar de la democracia representativa a una democracia participativa, más directa. O sea queremos más democracia y no menos. Con una mayor intervención del pueblo en todos los niveles de decisión. Para mejor oponernos a cualquier violación de los derechos humanos. Me precisó que el texto de la nueva Constitución, entonces en debate en la Asamblea, preveía dotar de mayor poder de autonomía a los ayuntamientos; instaurar el referéndum de iniciativa popular, y el "referendo revocatorio" que obligaría a todos los representantes elegidos, incluido el propio Presidente de la República, una vez transcurrida la mitad de su mandato, a someterse a una nueva elección, si tal era la voluntad popular.* (...)

*A propósito de corrupción, con su genio coloquial, me contó cómo, en aquellos primeros meses de su mandato, se le acercaron obsequiosamente los grandes empresarios, las grandes fortunas, los que se pensaban "dueños naturales" de Venezuela, para proponerle toda suerte de regalos (...). Pero Chávez los expulsó de Miraflores (...). Y a partir de ahí, esos oligarcas empezaron a conspirar contra él. (...) Ahí empezaron las conspiraciones, los ataques, las campañas mediáticas de demonización, la preparación de golpe de Estado de 2002."*

<sup>57</sup> A constituição de 1999 dava ao poder executivo o direito de governar por decreto executivo, as chamadas "leyes habilitantes" que deveriam ser submetidas posteriormente ao Congresso do país, e não ao contrário como é de praxe. Até meados de 2001, o governo tinha aprovado 49 leis habilitantes, das quais as mais polêmicas foram a *Ley Orgánica de Hidrocarburos*, que aumentou em 30% a tributação às transnacionais que participavam de atividades de extração de petróleo no país, e fixou a participação mínima do Estado nas sociedades mistas em 51%; a *Ley da Pesca*, que impôs fortes restrições comerciais e à pesca de arrasto, em benefício dos pescadores artesanais; e a *Ley de Tierras y Desarrollo Agrario*, que permitia a expropriação de latifúndios improdutivos em benefício de agricultores que procuravam cultivar pequenas extensões de terra.

<sup>58</sup> O "paro petrolero" foi um período de greve de funcionários da PDVSA que praticamente parou a produção de petróleo no país durante o período citado e que, conseqüentemente, eliminou parcela expressiva da fonte de renda do Estado venezuelano.

que permitiu ao governo reestruturar a PDVSA segundo seus interesses. Foi uma difícil reestruturação porque foram demitidos cerca de 19 mil de um total de 41 mil funcionários (Damasceno, 2010). O que acabou não só resultando em uma redução do efetivo da empresa, mas também de capacidade técnica, uma vez que boa parte dos trabalhadores que foram demitidos estavam em posições de diretoria e comando, sendo muitos deles os responsáveis pelas áreas técnicas da empresa. Porém, apesar do desafio, foi exatamente essa reestruturação que permitiu ao governo utilizar a empresa para propósitos sociais que fogem verticalmente aos objetivos ditos de mercado, dando à mais estratégica empresa do país uma fundamental função social. A reestruturação do PDVSA permitiu à empresa apoiar e financiar diretamente várias *missiones*<sup>59</sup> que o governo realizou, como, por exemplo, a "*Mission Sucre*", que ofereceu a possibilidade de acesso ao ensino superior a jovens que não podiam anteriormente, por critérios sociais e econômicos, ingressar nas universidades. Da mesma forma, a PDVSA passou a incluir mais cooperativas e pequenas e médias empresas entre as empresas contratadas como fornecedoras de serviços, espalhando mais a distribuição de renda no país

Não bastasse isso, este é um bom exemplo do que Chávez propôs como estratégia econômica para o seu governo. Uma vez que não poderia contar com boa parte da elite do país para conseguir alcançar seus objetivos que iam além de uma lógica rentista de mercado, nem muito menos poderia se apoiar em instituições financeiras internacionais e no capital internacional de maneira mais ampla, Chávez desenvolveu uma estratégia mais autônoma e centralizadora nas mãos do Estado venezuelano. Objetivava, sim, desenvolver o país em sua integralidade, mas apoiou-se muito na apropriação pelo Estado dos seus bens estratégicos, em níveis nunca antes experimentados na história do país, de modo que o Estado não seria um Estado rentista, mas seria um “Estado produtivo”, assumindo, assim, não apenas maiores ganhos, mas também a direção dos rumos pretendidos na economia. É esta lógica que está no cerne da estratégia proposta no que se convencionou chamar de nacionalismo dos recursos naturais (Medeiros, 2013a), a base da proposta econômica de desenvolvimento estrutural defendida pelo governo Chávez e à qual será dedica a próxima parte deste capítulo.

### 2.3.1 O "nacionalismo dos recursos naturais" e as estratégias de desenvolvimento

A estratégia de desenvolvimento posta em prática por Chávez durante seu governo não foi elaborada quando ascendeu ao poder, nem quando estava em campanha. O projeto político

---

<sup>59</sup> Em linhas gerais, as *missiones* foram programas de governo de cunho social, principalmente nos âmbitos de educação, moradia e saúde públicas, promovidos pelo Estado em favor da população mais vulnerável do país.

e econômico da Revolução Bolivariana promovido por Chávez é uma construção que se confunde com a sua própria formação política. Ou seja, trata-se de um projeto baseado firmemente em fontes latino-americanas e periféricas, constructos políticos de uma realidade específica, sendo fundamentalmente uma construção histórico-estrutural. Não há um ineditismo pleno na proposta bolivariana, no entanto, há um ineditismo, sim, na prática destes pressupostos. Em linhas gerais, Ramonet (2013) delineou tais pressupostos de Chávez para o que considerava ser o caminho para o desenvolvimento do país:

Chávez me expressou claramente seu desejo de se afastar do modelo neoliberal e resistir à globalização. *Queremos construir um estado mais horizontal. O trabalho, não o capital, deve ser o verdadeiro produtor de riqueza. O ser humano é o principal. Queremos colocar a economia a serviço do povo. Nosso povo merece o melhor. Precisamos encontrar o ponto de equilíbrio entre o mercado, o Estado e a sociedade. A "mão invisível" do mercado e a "mão visível" do Estado devem convergir para um espaço econômico no qual o mercado existe tanto quanto possível e o Estado tanto quanto for necessário (...) o imperialismo [estadunidense] impôs à Venezuela, há cem anos atrás, no âmbito da divisão internacional do trabalho, uma tarefa única: produzir petróleo. Ele pagou uma mixaria por esse petróleo; e tudo o mais - alimentos, produtos industriais - deveríamos importar. Agora, um dos nossos objetivos é a independência econômica e a soberania alimentar; no âmbito da proteção ambiental e imperativos ecológicos.*<sup>60</sup> (Ramonet, 2013: 38, grifos meus)

Apesar de não ter conseguido pôr em prática plenamente sua estratégia para o desenvolvimento do país antes de 2003-2004, como será apresentado e analisado logo a seguir ainda neste capítulo, o governo Chávez logrou bastante êxito e seguiu alguns pressupostos específicos no que tange o aproveitamento dos recursos naturais estratégicos pelo Estado, em favor do desenvolvimento do país.

Como foi apresentado anteriormente neste trabalho, há uma exaustiva e diversa literatura sobre a questão do aproveitamento dos recursos naturais em termos de desenvolvimento; vieses de maldição e benção; análises profundas de causas, impactos e consequências para a sociedade desta dita “especialização”. No entanto, poucos teóricos conseguiram dar tão bons insumos à análise da estratégia econômica chavista, nestes termos, quanto Medeiros (2013), com a noção de nacionalismo dos recursos naturais. Sendo assim,

---

<sup>60</sup> Tradução própria, do espanhol: “Chávez me expresó con claridad su deseo de alejarse del modelo neoliberal y resistirse a la globalización. Queremos construir un Estado más horizontal. **El trabajo, y no el capital, debe ser el verdadero productor de riqueza. El ser humano es lo principal. Queremos poner la economía al servicio del pueblo.** Nuestro pueblo merece lo mejor. Nos hace falta buscar el punto de equilibrio entre el mercado, el Estado y la sociedad. Hay que hacer que converjan la “mano invisible” del mercado y la “mano visible” del Estado en un espacio económico en el interior del cual el mercado existe tanto como es posible y el Estado tanto como es necesario (...) **el imperialismo impuso a Venezuela, hace cien años, en el marco de la división internacional del trabajo, una tarea única: producir petróleo.** Pagaba una miseria por ese petróleo; y todo lo demás - alimentos, productos industriales - debemos importarlo. Ahora, **uno de nuestros objetivos es la independencia económica y la soberanía alimentaria;** en el marco de la protección del medio ambiente y de los imperativos ecológicos.”

antes de passarmos à apresentação, em si, do desenrolar da economia venezuelana e das etapas do processo de desenvolvimento experimentadas durante o governo Chávez, faz-se importante apresentar esta questão teórica; importante insumo analítico.

Esta proposta teórica está em conformidade com importantes fundamentos do estruturalismo e do desenvolvimentismo. Parte-se do pressuposto básico de que não há desenvolvimento econômico sem mudança estrutural, e que este é um processo contínuo. Tal processo se baseia em um tripé que envolve os processos de acumulação de capital, de transformação institucional e de progresso técnico e inovação. Nesse sentido, não há desenvolvimento sem a articulação integral desses três aspectos, uma vez que seriam estes os motores da continuidade do processo de efetiva mudança estrutural de uma economia. Tal articulação se dá, como bem aponta o autor, da seguinte maneira:

O progresso técnico induzido pela acumulação de capital altera os custos e os processos produtivos e introduz novos bens que, por sua vez, induzem novos investimentos e mudanças estruturais na produção e no consumo. Esta dinâmica econômica está imersa em estruturas sociais e mecanismos de coordenação que evoluem em correspondência com os desafios criados pelo desenvolvimento econômico. (...) Por instituição, consideram-se duas dimensões. A primeira é formada pelas estruturas formais e pelo conhecimento social informal acumulado e associada ao processo de produção. Ela constitui parte da estrutura socioeconômica uma vez que está enraizada em processos históricos e de longa duração. A segunda dimensão é o estado considerado aqui como o poder político condensado que, em uma sociedade orientada pelo mercado, expressa os interesses privados da classe dominante, mas que, para servir a essa finalidade, necessita estabelecer mecanismos de coordenação econômica, investindo em infraestrutura, estimulando um nível adequado de demanda efetiva, induzindo o aprendizado tecnológico e a coesão social em nome da nação. (...) No entanto, além deste desafio econômico e social interno que depende do conflito político e social, o estado nacional é também desafiado por questões políticas que se originam das complexas relações com outros estados numa ação política perene. (...) Seja para enfrentar o desafio externo ou para manter a prosperidade social, o desenvolvimento econômico significa aumento na provisão de bens públicos. (Medeiros, 2013a: 145-146)

Nesse sentido, é exatamente a promoção voluntária, se assim precisar, da demanda efetiva pelo Estado que se torna uma fundamental variável para o sucesso de qualquer projeto de desenvolvimento, ainda mais quando se tem por “especialização” na exploração de recursos naturais na gênese do processo geral de desenvolvimento. A “provisão de um nível adequado de demanda efetiva” está no centro da solução para os gargalos institucionais que potencialmente bloqueariam o processo de transformação estrutural. Há que se focar na saúde das instituições, principalmente a capacidade do Estado, ao se analisar os processos de desenvolvimento em economias que baseiam na exploração de recursos naturais o seu ponto de partida. Afinal, neste caso, trata-se de um contexto específico, um sistema de produção espacialmente fixo, com reduzida mobilidade de capital e expressiva presença relativa de

moeda estrangeira, cuja exploração cria uma série de empecilhos a à plena capacidade de atuação do Estado, muitas vezes até mesmo bloqueando este processo de transformação mais profundo (Medeiros, 2013a).

Não bastasse essas dificuldades específicas do processo de desenvolvimento em países especializados na exploração de recursos naturais, há ainda a dificuldade imposta também pela questão dos custos afundados associados aos investimentos em infra-estrutura e nas indústrias extrativas.

Uma característica básica, mas frequentemente desconsiderada, dos investimentos extrativos é que eles são predominantemente afundados, levantando o fenômeno de cidades fantasmas e de capital e recursos humanos ociosos; uma vez que eles são feitos, seu valor residual para usos alternativos no local ou em outros locais é menor que o custo de transferência. Este ‘afundamento’ dos investimentos extrativos molda fundamentalmente as decisões de investimento e as ações das empresas e governos, influenciando a organização industrial subsequente do setor e suas conexões com a economia regional, e assim gera maiores implicações para o desenvolvimento econômico, especialmente em economias com altos níveis de dependência de recursos naturais. (Braddford; e Coomes (2005: 173, *apud.* Medeiros, 2013a: 148)

Portanto, tratar-se-ia de um processo naturalmente instável nestas condições. De tal maneira, o Estado, nestes casos, deveria assumir papel ativo na coordenação não apenas de investimentos, mas especialmente das “expectativas” de mercado, atuando diretamente neste, via ação política ativa, de modo que haveria de ter um “gerenciamento político da economia pelo Estado”, e está aí o cerne da proposta do nacionalismo dos recursos naturais. Como aponta Medeiros (2013a),

para estabilizar a intensa volatilidade de preços e de renda que caracteriza um bem homogêneo com altos custos afundados de produção, é necessário lançar mão de complexas estratégias de coordenação de mercado e estado envolvendo empresas nacionais e outros participantes (estados e empresas) deste mercado. Este esforço, que pode demandar a nacionalização dos recursos naturais, pode ser capaz de limitar os riscos associados à volatilidade interna, mas pode também gerar e consolidar a imobilização do capital produtivo por meio de mecanismos de estabilização durante um ciclo de queda nos preços ou alta nos investimentos na fase ascendente. (Medeiros, 2013a: 149)

No entanto, como aponta o autor, há que se atentar para o fato de que, mesmo tendo sido tomadas as medidas preventivas e tendo se administrado corretamente este problema de coordenação, há uma peculiaridade as economias baseadas em recursos naturais que seria um padrão de crescimento com fracas interconexões entre as variáveis do tripé basilar do desenvolvimento como citados acima. Isso estaria relacionado a dois argumentos econômicos que o autor aponta como sendo macro e microestruturais. No caso do argumento microestrutural, aponta-se a peculiaridade das cadeias produtivas extrativistas que seriam relativamente menos inclinadas à inovação e ao progresso técnico se comparadas com as

manufaturas, por exemplo, tendo, assim, um limitado nível de transbordamento para outros setores da economia gerando menos encadeamentos, assim como apresentou Hirschman (1958). Porém, Medeiros (2013a) aponta para uma peculiaridade analítica deste caso, de modo que não se deveria naturalizar este aspecto, ao passo que

Embora o problema tecnológico e de encadeamento entre setores seja válido, ele depende do produto, da tecnologia de extração, da localização, do sistema de transportes e assim por diante. Ele pode ser mais ou menos orientado para a formação de enclaves. Uma diferença crucial é o grau em que o investimento originado de essas rendas é destinado a outros polos de desenvolvimento e instituições tecnológicas (Medeiros, 2013a: 150)

Enclaves, como definiu Aníbal Pinto (1976), seriam espaços diferenciados de produção. Dentro de uma mesma economia haveriam espaços econômicos que responderiam a dinâmicas distintas e teriam, conseqüentemente, resultados distintos, principalmente em termos de produção e produtividade. Como bem aponta o autor:

Com respeito a concepção econômica do dualismo, parece evidente que ela se identifica com um caso extremo e abstrato das economias exportadoras de produtos primários, isto é, o dos 'enclaves' (...) poderíamos dizer que o complexo exportador, embora geográfica e politicamente situado dentro do país, na verdade constitui, em termo econômicos, uma 'extensão' ou uma 'parte do sistema central'. (Pinto, 1976: 41).

Do ponto de vista macroestrutural, o argumento estaria acerca da questão da distribuição da renda auferida pelas exportações destes recursos naturais, de modo que há que se observar a diferenciação dos casos a partir da análise de políticas de maior ou menor distribuição de renda e de gastos sociais; assim como argumenta-se que uma economia baseada em recursos naturais seria dotada de uma maior fragilidade externa e baixo crescimento associado.

Estes são pressupostos analíticos da teorização formulada acerca da “nacionalização dos recursos naturais”. No entanto, para além destes, a contribuição de Medeiros (2013a) se dá muito fortemente porque desloca a análise das conseqüências e dos efeitos dessa “especialização” do que a literatura convencionou chamar de doença holandesa para uma abordagem centrada no que autor apontou como “heterogeneidade externa” (Medeiros, 2011), que se inspira na teorização proposta por Lewis (1960), a partir dos conceitos de economia dual e de heterogeneidade estrutural. Em linhas gerais, parte-se da ideia de que há um evidente descompasso entre o setor exportador, no caso a depender do recurso natural a se especializar na exportação, e o restante da economia, principalmente em termos de produtividade. Neste caso, o gargalo destas economias seria fundamentalmente uma dependência brutal do financiamento externo, aliado a uma profunda suscetibilidade e

vulnerabilidade à variação dos preços internacionais dos produtos exportados. De tal modo que, como conclui o autor,

considerando os baixos vínculos produtivos, a "heterogeneidade externa" e dependência financeira, o provável resultado de um padrão de crescimento baseado em recursos naturais é uma baixa capacidade de introduzir progresso técnico e mudança estrutural. Todavia, o desafio a todos estes problemas pode (teoricamente) ser evitado se políticas econômicas e industriais abrangentes forem introduzidas através de impostos, controle de capital, subsídios, crédito direto e políticas de renda e investimento público. (Medeiros, 2013a: 153)

Neste caso, diferentemente do que se propõe com a noção de doença holandesa, não houve na Venezuela uma substituição da indústria manufatureira pela indústria petrolífera. Essa relação não existiu. Pelo contrário, o que se percebeu foi um maior escoamento relativo devido à maior disponibilidade de divisas e consequente afrouxamento da restrição externa. Por isso, Medeiros (2013a) aponta para um cenário de heterogeneidade externa ao invés de doença holandesa, muito devido ao fato de haver um descompasso de produtividade entre os setores da economia voltados para exportação e os setores da economia voltados para o abastecimento interno. No caso, como bem aponta o autor, a vulnerabilidade da economia venezuelana esteve muito mais associada à crônica dependência de financiamento externo em um mercado financeiro bastante desregular e historicamente muito inclinado a afeições políticas, daí a necessidade de um papel ativo do Estado no investimento em indústrias que não respondem necessariamente aos ciclos de commodities, apesar de estarem condicionadas pelo bom andamento da economia puxada pela indústria de recursos naturais.

No entanto, há que se levar em conta a dificuldade em se lograr mudança estrutural efetiva; no caso, mundialmente, trata-se de uma exceção. Não obstante, em países cujo modelo de crescimento baseou-se na exploração de recursos naturais; e o caso venezuelano é bastante singular porque não apenas o modelo de crescimento foi pautado pela exploração de recursos naturais, mas também porque a formação institucional do Estado venezuelano se deu a partir das receitas oriundas desta exploração. Portanto, a capacidade de mudança estrutural é minada no ponto em que, no limite, há que se sustentar o setor exportador para se sustentar a sobrevivência do próprio Estado, até que a mudança estrutural de fato aconteça e essa dependência se esvaia. Há uma dificuldade de coordenação entre interesses privados (notadamente do setor exportador) e os interesses do Estado que são dirimidos com a nacionalização dos recursos naturais e com a apropriação pelo Estado desta parcela importante da economia. No entanto, a dinâmica é perene e cíclica e "enquanto os estados puderem se apropriar das rendas dos recursos para financiar seus orçamentos sem recorrer aos

esforços de diversificação dos tributos e da economia, o estímulo político para a mudança permanecerá fraco" (Medeiros, 2013a: 153). De igual maneira, como aponta o autor,

A alta concentração de renda que distingue esses países bloqueia o espalhamento dos efeitos expansivos associados ao aumento das exportações. A especialização na exportação de recursos naturais e o problema da dependência financeira que está a ela associado gerou uma armadilha econômica. A riqueza e o investimento público que surgiram durante o período de bonança foram sistematicamente dilapidados durante os tempos ruins em uma economia vulnerável e instável. O crescimento da renda nacional se tornou pró-cíclico muito em consequência da dependência dos recursos. O "mau governo" não foi resultado de uma elite consolidada em um estado rentista ineficiente; esta organização política (patrimonial e clientelista) foi a consequência histórica de uma atividade extremamente concentrada em meio à pobreza. (...) Embora a Venezuela não seja um país pequeno e tenha historicamente desenvolvido uma indústria de bens de consumo para seu mercado interno, ela nunca criou um setor de manufaturados articulado e as exportações de petróleo não geraram nenhuma indústria pesada. (Medeiros, 2013a: 155-156)

De fato, o pouco que se aventou de mudança tanto de maneira embrionária nas décadas de 1940 e 50, como também de maneira relativamente mais complexa e profunda na década de 1970, em muito viabilizado com a nacionalização da indústria do petróleo, a estrutura econômico-produtiva do país não assistiu maior diversificação e se apoiou no acúmulo de uma expressiva dívida externa. De tal modo que com a crise da dívida causada pelo choque externo devido à política de juros estadunidense, assim como o consequente relativo esfriamento do mercado internacional de petróleo, o país assistiu uma inflexão na orientação da sua política econômica que atingiu seu ápice nos anos 1990, que foi um período de expressiva desindustrialização e de reabertura de setores estratégicos ao capital estrangeiro, inclusive a própria PDVSA e o setor de petróleo no país.

A estratégia do governo Chávez foi exatamente em oposição a essa tendência que desmantelou a estrutura econômico-produtiva do país. O nacionalismo dos recursos naturais foi exatamente a saída estratégica encontrada por Chávez para reconstruir o Estado venezuelano, nas suas muitas dimensões e, como veremos adiante, os impactos sociais dessa reorientação talvez tenham sido os mais efetivos no longo prazo. O nacionalismo dos recursos naturais foi, na Venezuela uma resposta ao neoliberalismo e à tensão social por ele criada, foi um plano posto em prática para que se reparasse uma história de exclusão social e privilégios de poucos, direcionando o aparato estatal a esses princípios.

Como será pontuado a seguir, houve uma reversão de tendência internacional do preço do petróleo e de valorização dos termos de troca dos países exportadores de commodities puxado pelas demandas do mercado chinês, em um forte processo de crescimento econômico. Tal contexto trouxe uma forte taxa de crescimento do produto e índices de crescimento econômico, mas ao mesmo tempo. Não obstante, os anos 2000 foram anos em que se



observou uma flexibilização e crescimento dos fluxos financeiros internacionais, ao contrário do que aconteceu nos anos 1990, resultando, como já foi exposto, em uma redução da vulnerabilidade externa da economia venezuelana e ainda com a formação de um expressivo montante de reservas internacionais em dólar e em ouro. Como aponta Medeiros (2013a), foi exatamente esse contexto que resultou na estratégia tomada por Chávez como política econômica para o desenvolvimento. Foram exatamente as medidas políticas e econômicas que objetivaram o controle e a coordenação dos recursos naturais pelo Estado e a estratégia mais ampla de desenvolvimento liderada ativamente pelo Estado venezuelano que configurou o devido processo de “nacionalismo dos recursos naturais”, assim como descrito por esta apresentação teórica.

Este subcapítulo serviu como apresentação da diretriz teórica do que esteve como plano econômico estratégico do governo revolucionário anti-imperialista bolivariano. O principal objetivo aqui seria ilustrar e evidenciar o plano de fundo teórico por trás do que, a seguir, será apresentado e analisado como fluxo do que se buscou alcançar como mudança estrutural econômica no período em que Hugo Chávez esteve como presidente do país, mudanças que em diferente grau reverberam até hoje, gerando impactos e sustentando a saúde e sobrevivência do processo revolucionário. Portanto, a seguir, serão tratados de maneira mais minuciosa algumas políticas econômicas e alguns resultados alcançados neste período.

### 2.3.2 A trajetória do desenvolvimento durante o governo Chávez.

Seria um engano dizer que a trajetória do processo de desenvolvimento estrutural da economia venezuelana durante o governo foi um processo uniforme. Apesar de desde o início ter sido um processo que denotou um objetivo comum, a prática política das medidas econômicas seguiu direções um pouco diferente de acordo com o contexto em que surgiam. Notadamente, essa trajetória pode ser dividida em dois períodos pré- e pós-Constituição de 1999<sup>61</sup>. Ou seja, há que se dividir, para melhor efeito analítico, o governo Chávez em 1999-2001 e 2001-2013, de modo que o primeiro pode ser tido como um “governo de transição” e o segundo como o “governo revolucionário” de fato<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> No caso, considera-se o ano de 2001 como o “pós-Constituição de 1999” uma vez que, apenas em 2001, Chávez deu início ao mandato reeleito após a aprovação da Constituição. Ou seja, 2001 foi o ano em que a carta constitucional foi posta em prática no país.

<sup>62</sup> Para méritos de desambiguação, a partir deste momento, os termos “governo de transição” e “governo revolucionário” serão usados para designar estes respectivos períodos do governo Chávez, na Venezuela.

Como á foi apontado anteriormente, Chávez é eleito presidente do país em meio a um conturbado contexto econômico e político. Ao mesmo tempo em que se observava um forte anseio popular por mudança de padrão histórico-estrutural de desigualdade, havia uma forte dúvida quanto à real capacidade de mudança promovida pelo governo. Havia, internacionalmente uma forte desconfiança dos centros do capital internacional quanto a ascensão de um político carismático e popular com claras e manifestas intenções anti-imperialistas. Entretanto, dentro do próprio governo também havia o temor de que o país não lograsse dar os primeiros passos necessários para que não entrasse novamente no ciclo neoliberal de ajustes devido à dita “necessidade” de ajustar a economia. Por isso, não por outro motivo, os primeiros anos de governo foram anos de bastante cautela, que no discurso não escondia seus objetivos e traçava planos estratégicos orientados, mas gerais, ao passo que na prática as medidas tomadas se assemelhavam bastante à agenda ortodoxa, uma vez que buscou, neste período, uma breve estabilização da economia. Vale notar que, diferentemente do que aconteceu a partir de 2001, em 1999 Chávez não contava com pleno apoio do congresso, apoio este que só foi conseguido com maioria depois das eleições de 2000.

Pois bem, como referencial da política econômica para este período de transição dois documentos são fundamentais: o programa de governo<sup>63</sup>, pelo qual Chávez se elegeu em 1998, e exatamente o *Programa Económico de Transición 1999-2000*, lançado pelo Ministério de Planejamento e Desenvolvimento do país. No caso são dois documentos que em muito se assemelham, sendo um mais geral e outro um pouco menos geral, lidando subjetivamente com a questão econômica propriamente dita. À ocasião lançaram-se as bases do que seriam as propostas e o delineamento das políticas a serem tomadas e não objetivamente as medidas econômicas em si.

Em linhas gerais, o programa de governo buscou avaliar e diagnosticar em que passo se encontrava a economia do país, seus contornos político-sociais e quais deveriam ser as diretrizes que norteariam a mudança. No caso, o programa fazia menção clara à dependência da economia a uma estrutura de “mono-produção petroexportadora”, assim como indicava a necessidade de se alcançar um “sistema econômico competitivo” só que ancorado na satisfação das necessidades da população do país (Barros, 2006). Grosso modo, até em consonância com programas de governo anteriores e relatórios sobre a economia do país, como os elaborados por Celso Furtado, o programa de governo de Chávez urge por uma

---

<sup>63</sup> “La propuesta de Hugo Chávez para transformar Venezuela: una revolución democrática” (PMD, 1999)

diversificação e complexificação da estrutura econômico-produtiva do país como princípio norteador da estratégia de política econômica. Como sugere Barros (2006),

no documento se faz uma valorização do impacto da indústria petroleira na economia venezuelana e do fortalecimento da estrutura petroexportadora a partir da abertura petroleira que “é um capítulo contemporâneo de uma política concentradora de riquezas, concentradora de poder e concentradora de população”, argumentando que a mudança desse modelo requeria uma “profunda mudança estrutural da economia venezuelana, a qual se desenvolverá no marco da V República emanada do processo constituinte”. (...)

O programa defende a ideia de que o desenho econômico da Venezuela, num passado recente havia aprofundado uma distribuição regressiva da renda e excluído a incorporação da população à atividade produtiva. Para reverter esse comportamento era necessário “desenvolver um modelo econômico que permita a produção global de riqueza e justiça”. Portanto, a política macroeconômica do Plano de Governo consistiu em um conjunto de enunciados gerais sem que tivesse clara a consecução de um objetivo estratégico; e a questão econômica estava longe de ser a prioridade. (Barros, 2006: 216-217)

Por mais estranheza que esta última assertiva possa causar, de fato problemas de assistência social mais urgentes estavam à frente na agenda do governo naquele momento. Apesar de a questão econômica ser prioridade para satisfazer o objetivo de mudança estrutural efetiva e duradoura, naquele momento, a demanda da população mais vulnerável demandava mais urgência segundo os princípios ideológicos da revolução; o que não quer dizer que a questão econômica foi deixada de lado, o que poderá ser visto no próprio programa econômico de transição. No caso, vale atentar para um último fato importante: até então se evocava a necessidade do Estado cumprir sua função social e retomar as rédeas do desenvolvimento, mas, no entanto, nenhuma menção direta a este papel ativo do Estado figurava em discursos e programas oficiais até então. Como destaca Barros (2006),

em nenhum momento o Programa de Governo sugere uma participação econômica como produtor direto. A máxima chavista propalada na campanha e reforçada no discurso de posse era: “mercado até onde for possível e Estado apenas onde for necessário”, ou seja, nenhuma ruptura com o modelo neoliberal que vigorou em praticamente todos os países da América Latina nos anos 1990. (Barros, 2006: 217)

Não é ilógica essa ausência de incisivas declarações sobre inflexionar o papel do Estado que há uma década vinha sendo minimizado de acordo com a agenda neoliberal demandada pelas instituições financeiras internacionais. Há que se levar em conta que, como já foi apontado, o governo não tinha maioria no congresso; não estava institucionalmente consolidado no poder e o apoio popular à revolução não era ainda evidente e inquestionável; e Chávez tinha clareza que para se consolidar no poder e para consolidar seu projeto político para o país, duas coisas deveriam acontecer: estabilidade econômica e reversão na tendência do preço internacional do petróleo, que em 1999 atingiu seu menor valor nas últimas

décadas<sup>64</sup>. De tal sorte, era evidente que o governo “ficaria refém da burocracia que se apropriou do Estado durante os quarenta anos anteriores e que não teve seu poder afetado com a queda dos preços do petróleo” (Barros, 2006: 218). Ou seja, no curto prazo, os primeiros passos seriam uma política econômica ortodoxa “conciliatória” e que “acalmasse” as incertezas do “mercado” e uma política externa ativa que visasse a rearticulação da OPEP de modo a agir ativamente na oferta internacional do petróleo e valorização do preço internacional. Em linhas gerais,

como os programas econômicos existentes anteriormente na Venezuela, sobretudo na década de noventa, o *Programa Económico de Transición 1999-2000* insistiu na retórica da importância de se “mudar a mão invisível do mercado com a mão visível do Estado” (GONZÁLEZ, 2001, p. 166), ou seja, reafirmar a máxima chavista do discurso de posse: “tanto mercado quanto seja possível, tanto Estado quanto seja necessário”.

Concebeu-se o Estado como protetor do interesse geral da população e, por isso, cabia a ele promover as atividades econômicas privadas e regular a intervenção dos agentes econômicos para evitar condições de concorrência desleal. Além disso, cabia ao Estado estimular e favorecer a acumulação de capital físico e humano do país, não só através de políticas de estímulo ao investimento nacional e estrangeiro, mas criando as regras do jogo que garantam a segurança jurídica dos capitais que assumam o risco de incorporasse a esse esforço de transformação econômica.

**O programa econômico da transição foi uma proposta para o curto prazo. Ele tinha dois propósitos bem definidos: reverter a grave situação socioeconômica existente e criar as bases para um crescimento com equilíbrio das variáveis macroeconômicas levando em conta as experiências frustradas recentes da Venezuela.** (Barros, 2006: 218-219, *grifo meu*)

Pelo viés de análise das medidas econômicas domésticas, o programa de transição falava mais em reduzir a inflação do que reindustrialização. Além disso, não trouxe pontos acerca do papel de uma política de desenvolvimento agrícola em termos tornar sustentável o crescimento. Especificamente, o programa ensejava, política fiscal restritiva a fim de estabilizar o nível de crescimento do produto, reduzir a nível de preços e aumentar o nível de empregos. Paralelamente a isso, buscou-se preservar o sistema de bandas cambiais a fim de evitar mudanças repentinas na tendência de valorização do câmbio de tal sorte que afetasse o nível de preços (Barros, 2013). Como podemos observar, não se trata de uma agenda econômica progressista nem de uma ruptura institucional; muito pelo contrário, era evidente a preocupação do governo de que um movimento mais brusco pudesse minar a estabilidade econômica e política ainda bastante vulneráveis naquele momento. Tratava-se, na concepção do governo, de uma variável necessária para que se tivesse mais chances de lograr êxito e adesão popular para o projeto político pretendido. No caso, a aprovação da Assembleia

---

<sup>64</sup> Em outubro de 1999, o barril de petróleo *brent* teve um preço médio de \$ 11,22.

Constituinte e a nova Constituição que por ela fosse elaborada, obviamente, de acordo com os interesses revolucionários.

Com relação à rearticulação política da OPEP, foi prioridade na agenda internacional do presidente recém-eleito a visita a importantes países produtores e exportadores de petróleo. Chávez tratou de pôr em prática uma política de diplomacia presidencial ativa no mundo, de modo que agregasse importância não só ao coletivo da política externa venezuelana como também de maneira incisiva entre os países do Oriente Médio, movimento que foi necessário para que desse nova energia à Organização que desde a década de 1980 não se articulava de maneira a controlar mais incisivamente o preço internacional do petróleo. Como bem resume Barros (2006), esse movimento diplomático ativo na organização

converteu a Venezuela em um dos países líderes do cartel, a ponto de sediar em 2000 o segundo encontro de chefes de Estado da história da organização, em Caracas. O êxito desta política foi significativo, mesmo sem Chávez interferir na política da abertura petrolífera feita pelos próprios gestores da PDVSA, a OPEP restringiu a oferta de petróleo e o preço do barril do produto que era de US\$ 9,00 no início de 1999 passou para pouco mais de US\$ 20,00 antes dos atentados de 11 de setembro de 2001, quando o preço do petróleo disparou por motivos exógenos ao cartel. (Barros, 2006: 221)

Portanto, como podemos observar, no curto prazo tal iniciativa política logrou os objetivos econômicos pretendidos, principalmente o alívio das contas externas e aumento expressivo da arrecadação do governo, oriunda de impostos sobre a exportação. No entanto, há que se pontuar que diferentemente de momentos anteriores, pela primeira vez um movimento de mudança política efetiva estava em prática. Ao mesmo tempo em que o governo tentava desviar dos empecilhos criados constantemente no congresso por partidários dos partidos tradicionais, ainda maioria lá, o que demandava ceder em alguns aspectos mais sensíveis no curto prazo, o governo também penetrava as camadas mais populares e punha em movimento o seu projeto de não apenas viabilizar popularmente a elaboração de uma nova constituição, mas também de mais efetivamente se aproximar do povo, o que pode ser observado no aumento expressivo no nível de gastos sociais, de cerca de 8% do PIB em 1998 para 12% do PIB em 2001. Como aponta Barros (2006), para além da recuperação do crescimento do produto que voltou a crescer a uma taxa média acumulada do período 1998-2001 a 3,5% ao ano,

foi significativo o aumento dos gastos sociais do governo, os gastos em educação passaram de 3,2% do PIB em 1998 para 3,8% no ano seguinte, 4,4% em 2000 e 4,7% em 2001. Em saúde o crescimento também foi contínuo, mas menos expressivo, passou de 1,3% do PIB em 1998 para 1,5% em 2001. Em infraestrutura o gasto público ficou estabilizado em 0,5% do produto. Ou seja, no geral, mesmo dentro de

um plano econômico ortodoxo, o governo Hugo Chávez aumentou significativamente os gastos sociais. (Barros, 2006: 212)

Em linha com essa mudança, há que se destacar a mudança na natureza dos gastos sociais. Diferentemente do que aconteceu na segunda metade dos anos 1970, em que se deu o primeiro esforço de corte desenvolvimentista no país, quando os gastos sociais foram considerados por muitos como meros acessórios de caráter populista e clientelista, os gastos sociais já nesse período de transição tinham uma mudança qualitativa significativa. Claramente, endereçavam as demandas objetivas urgentes de curto prazo das populações mais vulneráveis, mas visavam também mudanças estruturais e institucionais, aproximando-os não apenas do governo e de seus agentes políticos locais, mas também da própria mudança efetiva em suas vidas, principalmente via acesso a serviços de educação e saúde públicas de qualidade.

Como foi apontado, esses anos de “transição” foram menos inflexivos do que se esperava de Chávez quando assumisse a presidência do país, mas, no entanto, foi exatamente essa parcimônia das suas políticas nas muitas esferas da sociedade venezuelana que, aliadas à estabilidade macroeconômica e um cenário mais favorável no mercado internacional de petróleo, garantiram o ambiente necessário e suscetível às mudanças institucionais que almejava. Foi pelo apoio popular que se votou favoravelmente à formação de uma Assembleia Constituinte e foi também o apoio popular ao seu projeto que orientou a formação desta Assembleia em favor do que o projeto bolivariano propunha, e assim se delineou a nova constituição do país e o início de fato das inflexões promovidas pela Revolução Bolivariana na economia e na sociedade venezuelanas.

“A nova constituição estabeleceu, dentre outras coisas, uma nova concepção de cidadania social sob a égide da co-responsabilidade entre Estado e cidadãos” (Barros, 2006: 223), assim como derivou do poder Executivo a sua função a serviço do povo e de suas demandas. Exatamente assim que se buscou, através da nova carta constitucional, garantir ao povo sua soberania e quanto a isso se referia não à soberania delegada do voto popular, mas expressivamente e objetivamente à soberania intransferível do povo que a exerceria diretamente via os mecanismos previstos na nova Constituições e demais leis ordinárias que viessem a surgir e indiretamente pelo voto, ainda garantido como direito e como dever cidadão. Não obstante, aliada a essa mudança de cunho político e social, uma mudança merece destaque e que pode ser tida como uma das mais importantes, quiçá a mais importante, em termos de como rumou a economia venezuelana no governo Chávez e que o

lançou rumo à estratégia desenvolvimentista pelo “nacionalismo dos recursos naturais”, que foi o artigo 303º:

Por razões de soberania econômica, política e nacional da estratégia, o Estado manterá todas as ações da Petróleos de Venezuela, S.A. ou da entidade criada para a gestão da indústria de petróleo, exceto subsidiárias, associações estratégicas, empresas e quaisquer outras que tenham sido constituídas ou constituídas como resultado do desenvolvimento de negócios da Petróleos de Venezuela.<sup>65</sup> (Constituição da República Bolivariana da Venezuela, art. 303)

A partir desse momento que se deu a largada ao projeto revolucionário de inflexão política, econômica e social na Venezuela. Objetivamente foram três os mecanismos que serviram de base de lançamento deste projeto: primeiramente, como apontado no início deste capítulo, as *leyes habilitantes* que, democraticamente, deram a viabilidade de o governo tomar decisões estratégicas sem ficar preso na morosidade da burocracia democrática; secundamente, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007, que, diferentemente dos programas de governo e de transição, continha não apenas diretrizes, mas também medidas de política econômica objetivas para tratar da multidimensionalidade do desenvolvimento no país; e, terceiramente, a mudança geral do comando de controle da PDVSA, após a tentativa de golpe de Estado e do *paro petrolero*, dando efetivamente o controle dos rumos e dos usos da indústria petroleira para as mãos do Estado, que pode direcioná-la efetivamente segundo seus interesses estratégicos.

Dentre as *leyes habilitantes*, a Lei de Hidrocarbonetos de 2001 pode ser considerada como a que gerou mais impactos políticos e econômicos no país. Como já foi apontado anteriormente, ela foi não apenas utilizada como argumento para o golpe de Estado de 2002 como também para o *paro petrolero* de 2003. Objetivamente, pode-se afirmar que ela foi o primeiro passo mais efetivo rumo a reforma do setor petroleiro segundo os interesses estratégicos de desenvolvimento projetados pelo governo e apoiados pelo povo. Como aponta Barros (2006), esta lei serviu para que o Estado retomasse o controle sobre o direcionamento da política industrial do setor de petróleo. Este que vinha sendo objeto norteador da política externa até então precisava estar também de maneira estratégica no centro da política econômica doméstica. Em linhas gerais, tratou-se de evocar

o direito do Estado de definir e garantir uma contribuição patrimonial pelo acesso ao recurso natural e a limitação de atividades da PDVSA a exploração, extração,

---

<sup>65</sup> Tradução própria, do espanhol: “Por razones de soberanía económica, política y de estrategia nacional, el Estado conservará la totalidad de las acciones de Petróleos de Venezuela, S.A., o del ente creado para el manejo de la industria petrolera, exceptuando la de las filiales, asociaciones estratégicas, empresas y cualquier otra que se haya constituido o se constituya como consecuencia del desarrollo de negocios de Petróleos de Venezuela.”

transporte, refinação e distribuição de hidrocarbonetos e produtos por ela elaborados, eliminando desta forma atividades financeiras especulativas e similares. (Barros, 2006: 227)

Vale notar que esta lei não se aplicava a processos anteriores. Ela fazia parte de um plano maior de garantir ao Estado a integralidade da sua maior fonte de receita que era a tributação da exportação do setor petrolero. No entanto, por mais que o controle dessa receita por parte do Estado tenha aumentado e os preços internacionais do petróleo tenham retornado a patamares bastante favoráveis, os primeiros anos foram anos muito desafiadores devido às condicionantes políticas e econômicas internas. No caso, o principal fator de desestabilização foi a reação conservadora ao programa revolucionário. O golpe de Estado e a greve geral da PDVSA foram bastante nocivas à saúde da economia venezuelana. A duração do golpe acabou não gerando consequências mais profundas, apesar do que impediu a retomada de investimentos devido ao clima de incerteza institucional gerado. No entanto, os meses em que se perdurou a greve e se parou de produzir petróleo no país tiveram um peso muito grande não apenas para a recuperação econômica do ano anterior, mas também para a própria tomada de decisão de política econômica para o futuro.

Foram anos em que a atividade econômica se reduziu bastante e que o produto retrocedeu 8,8% e 7,7% em 2002 e 2003, respectivamente; uma reversão de tendência depois do crescimento anual médio de 3,5% nos anos anteriores de governo. As dívidas públicas interna e externa do país voltaram a crescer e o nível de desemprego voltou a crescer nesses anos. Definitivamente, não fosse o massivo apoio popular demonstrado nas urnas e nas ruas, o governo não teria resistido a esses anos de recessão e politicamente desafiadores. No entanto, foi exatamente este clima de conturbação política que viabilizou ao governo tomar atitudes que em tempos de “paz democrática” seriam difíceis de emplacar. Por exemplo, foi apenas porque teve o golpe e a greve da PDVSA que o presidente pode ir a público anunciar a demissão de cerca de 19 mil funcionários da empresa, fundamental para revolucionar o posicionamento estratégico da empresa. Igualmente, outro exemplo, foi somente porque houve uma intensa fuga de capitais diante da incerteza e do medo dos entre especuladores e investidores no período do *paro petrolero* que o governo conseguiu emplacar uma política de controle de câmbio que se viu bem sucedida. Ou seja, dialeticamente, os momentos de maior desafio serviram para lançar as bases da mudança; assim como os desafios tornaram arriscadas as tomadas de decisão naquele tempo, foram estes mesmos desafios que demandaram uma solução por parte do governo.



A partir daí, a economia venezuelana passou a operar no positivo e a economia passou a crescer a uma relativamente alta velocidade e por um período de tempo considerável; uma combinação nunca antes aventada no país. Logo nos primeiros anos o produto alcançou uma taxa de crescimento de 17,8% e 8,3% em 2004 e 2005, respectivamente. No entanto, não foi um crescimento sem maiores mudanças estruturais; pelo contrário, se se observar as variáveis estruturantes do PIB venezuelano, será possível perceber uma mudança de padrão. Houve, na economia venezuelana, um princípio de “semeadura” do petróleo, de modo que aventou-se, pela primeira vez, uma distribuição efetiva da renda auferida no setor petrolífero, haja visto que na composição do PIB em crescimento o peso relativo do setor petrolífero diminuiu em relação ao setor não-petrolífero; enquanto o PIB do setor petrolífero caiu de 20,1% do PIB em 1999 para 14,9% do PIB em 2005, o PIB do setor não-petrolífero passou de 70,5% do PIB para 76% do PIB nos mesmos anos.

Segundo Luciano Severo (2006), sete foram os mecanismos que permitiram não apenas esse considerável e expressivo crescimento anual do produto como também foram responsáveis por essa breve diversificação estrutural, o semear do petróleo. São estes:

1) modificação da Lei de Hidrocarbonetos e aumento dos royalties cobrados pelo governo às transnacionais petrolíferas; 2) adoção do controle de câmbio em fevereiro de 2003, que aumentou as reservas internacionais de 15 bilhões de dólares para 30 bilhões de dólares e possibilitou a aplicação de outras medidas; 3) a nova Lei do Banco Central e a criação do Fundo de Desenvolvimento Nacional (Fonden), que já conta com 9 bilhões de dólares; 4) novo enfoque do máximo órgão de arrecadação de tributos, o SENIAT, que este ano aumentou em 60% a arrecadação de impostos – sobretudo das grandes empresas nacionais e transnacionais, historicamente morosas e inadimplentes; 5) amplo plano de investimentos públicos na plataforma de indústrias básicas, com seu consequente efeito multiplicador e acelerador do investimento privado no setor transformador de insumos básicos em produtos de maior valor agregado; 6) aporte em 2005 de aproximadamente 5 bilhões de dólares às Missões Sociais, como mecanismo de emergência para pagar a imensa dívida social acumulada, diminuir o desemprego e combater a inflação; 7) o trabalho do Ministério de Agricultura e Terras (MAT) para resgatar e ativar produtivamente um milhão e meio de hectares de latifúndios improdutivos, fortalecendo o *Plan de Siembra 2006* e incorporando a milhares de trabalhadores rurais ao processo produtivo (Severo, 2006)

Há que se ter uma noção de que este processo foi um processo em curso e seguiu uma trajetória bastante inconstante nesse início de projeto. No entanto, o apoio de base popular aliado a um plano estratégico bem definido foi importante para que a tendência revertisse e a Venezuela galgasse posições de maior desenvolvimento. Fato é que o mercado internacional do petróleo reverteu positivamente e, diferentemente do que aconteceu no início do primeiro mandato de Chávez quando o petróleo bateu seu menor preço em muito tempo, a partir de

então o preço internacional iniciou um período altista agressivo, de um preço médio<sup>66</sup> de \$ 20,50 em julho de 1999 para \$ 74,40 em julho de 2006. Tratou-se de um crescimento de 262% que só viria a ter a primeira inflexão por um breve período de tempo durante a crise de 2008, só que mesmo assim chegou a um patamar não tão baixo, apesar de ter sido uma queda brusca, e recuperou logo em seguida. Nessa época o preço médio chegou a bater \$ 140,00 em junho de 2008, caiu até atingir o patamar de \$ 41,60 em janeiro de 2009, só que em outubro de 2009 já tinha voltado ao patamar de 2006 e voltou a seguir crescendo até ter uma significativa queda inflexão de tendência em junho de 2014 que até hoje não voltou aos patamares altistas dessa época de real bonança petroleira.

Neste ponto, faz-se importante apontar a análise de Franklin Serrano (2017) acerca do crescimento econômico venezuelano como um caso de “falso positivo”. Serrano aponta que muitos autores, sejam eles afins de abordagens ortodoxas ou heterodoxas, analisaram a experiência bem sucedida em termos de crescimento econômico da Venezuela entre 2004 e 2008 como um caso de crescimento liderado pelas exportações. Mas, como observa o autor, o “papel do crescimento das exportações como componente da demanda autônoma, em oposição ao seu papel financeiro no alívio das restrições financeiras externas [...] Tem sido em certa medida um tanto superestimado”<sup>67</sup>. Portanto, há no caso da Venezuela uma forte correlação entre as taxas de crescimento das exportações de petróleo e do PIB. Porém, o peso do setor exportador (no caso da Venezuela, o setor petrolífero) na economia, e na demanda em particular, não é tão elevado, que sejam em termos de participação no PIB ou de parcela do emprego total. Na linha dos modelos de crescimento com restrição do balanço de pagamentos, como o modelo Kaldor- Thirlwall (Thirlwall, 1979), poderia ser argumentado que o crescimento acelerado das exportações alivia a restrição externa ao ponto de estimular fortemente a demanda agregada da economia. Porém, como observa Serrano (2017):

isso nos parece uma explicação bastante mecânica, e que tende a ignorar as restrições do balanço de pagamentos, como o nome diz, são apenas restrições, não determinantes e, portanto, são por natureza muito assimétricas. De fato, embora seja fácil ver que existe algum tipo de limite superior de quanto um país pode perder reservas de moeda estrangeira sem ter problemas sérios, o oposto não é verdadeiro. [...] Parece então haver alguns outros fatores em ação. Acreditamos ter encontrado alguns desses fatores que podem explicar, pelo menos em parte, essa forte correlação entre as exportações e o crescimento em economias onde o mercado interno não pode ser considerado pequeno. Um deles tem a ver com o regime fiscal e as instituições. Em alguns países,

---

<sup>66</sup> Petróleo *brent*, em dólares dos anos citados.

<sup>67</sup> Tradução própria, do inglês: “the role of the growth of exports as a component of autonomous demand, as opposed to its financial role in alleviating the external financial constraints, [...] has been to a certain extent somewhat overestimated.”

a tributação das exportações sempre foi uma importante fonte de receita fiscal. Isso combinado com uma aversão tradicional a grandes déficits fiscais, seja por razões políticas ou mais estruturalmente, porque historicamente a ameaça de crises de balanço de pagamentos não encorajou políticas anticíclicas, tendem a fazer com que os gastos do governo e as transferências sociais se movam em linha com a receita fiscal e assim com o desempenho das exportações. Isso dará a impressão clara de que o crescimento é liderado diretamente pelas exportações, quando na verdade está sendo puxado também pelos gastos e transferências do governo (Serrano, 2017)<sup>68</sup>

Portanto, vale apontar que o diferencial do governo Chávez foi que o país finalmente “semeou” o petróleo para outros setores da economia. Houve, assim, um redirecionamento estratégico para que boa parte da renda auferida no setor petrolífero fosse utilizada como fonte de financiamento para a estruturação e o fortalecimento do mercado interno – desenvolvimento endógeno, para um processo soberano de industrialização e a definitiva independência econômica. De modo que o petróleo, no período chavista, passou de uma variável sustentadora do rentismo na economia venezuelana e se transformou em uma arma para a sua superação (Severo, 2006).

Exemplo dessa estratégia e dessa disposição diversificadora está no caso da indústria manufatureira do país que desde 2003 passou ser bem mais expressiva na formação do produto venezuelano. A indústria de transformação passou a estar não só estaticamente presente, mas também, na prática, esteve no norte de uma política objetiva de substituição de importações, abastecimento do mercado produtor interno e geração de empregos. Há que se destacar, dentro desse crescimento da indústria manufatureira venezuelana, o peso dos setores de fabricação de automóveis, de alimentos e tabaco, de pneus e plásticos em geral e da fabricação de bens e equipamentos para abastecimento e promoção da capacidade produtiva do país. Tal iniciativa logrou êxito e em três anos a participação das manufaturas na composição do PIB passou de 14,7% para 16,7% em 2006.

Nesse cenário, há que se destacar o papel de alguns planos do governo venezuelano, como o “Acordo Marco para a Reativação Industrial e a Transformação do Modelo

---

<sup>68</sup> Tradução própria, do inglês: “that strikes us as a rather mechanical explanation, and one that tends to ignore that balance of payments constraints, as the name says are just constraints not determinants, and so are by nature very asymmetrical. Indeed, while it is easy to see that there is some sort of upper limit of how much a country can lose foreign exchange reserves without running into serious problems, the opposite is not true. [...] There seems then to be some other factors at work. We believe we found a couple of these factors that may explain at least in part this strong correlation between exports and growth in economies where the internal market cannot be considered to be small. One of them has to do with the fiscal regime and institutions. In some countries the taxation of exports has always been a major source of fiscal revenue. This combined with a traditional aversion to large fiscal deficits, either for political reasons or more structurally because historically the threat of balance of payments crises did not encourage anti cyclical policies, tend to make government expenditures and social transfers to move in line with fiscal revenue and thus with the export performance. This will give the clear impression that growth is directly led by exports, when in fact is being pulled also by government spending and transfers.”

Produtivo” e o “Decreto para o Subministro de Matérias Primas ao Setor Transformador Nacional”, que lançaram as bases e permitiram um aumento da capacidade produtiva no país para que este período não fosse apenas um período de rebote estatístico e de readequação pontual da economia a um período anterior de crise econômica. Trataram-se de projetos voltados à redução de exportações primárias, que antes eram voltadas quase exclusivamente à exportação direta, com vistas a garantir insumos básicos para as indústrias do país; de modo que também gerou uma forte redução das importações de bens de consumo não-duráveis, prática corriqueira e com importantes efeitos nocivos sobre a economia do país, não só em termos cambiais, mas também do ponto de vista estratégico, uma vez que reduz significativamente a vulnerabilidade externa do país. Do início do ano de 2003 até 2006, se verificou uma redução da importação de bens de consumo de 37,6% para 24,2% do total importado no país, e além disso foi uma redução acompanhada por um aumento das aquisições de bens de capital com vistas a aumentar a capacidade produtiva instalada no país, de 12,3% para 25,7% do total importado.

A própria criação do Fundo de Desenvolvimento Nacional, como citado por Severo (2006), é um indicativo dessa disposição do governo em promover a tão necessária diversificação da estrutura produtiva do país, em direção a uma industrialização efetiva, o que seria, no caso, fundamental para que a Venezuela rompesse os grilhões do subdesenvolvimento. Em linhas gerais, esse fundo reservava parte da renda do governo em dólares para o financiamento de iniciativas privadas nos setores estratégicos para a industrialização do país. Como aponta Severo (2006), foram contemplados setores como indústrias básicas (siderurgia, por exemplo), petróleo, gás, infraestrutura, transportes e construção civil para habitação. No entanto, como também o autor aponta, há que se destacar que “todos estes planos tem sido dirigidos soberanamente pelo Estado venezuelano - que controlará pelo menos 51% das ações de cada uma destas iniciativas”, seja em acordos com o empresariado local ou com investidores estrangeiros. O fato é que independente da oportunidade econômica a esses investidores, o governo Chávez deixava claro que se tratavam de iniciativas estratégicas, onde o Estado estaria no controle das rédeas.

Para além da indústria manufatureira, o Estado venezuelano, no período chavista, promoveu uma série de iniciativas para tratar de uma questão fundamental em termos de desenvolvimento e cuja perenidade na história econômica do país foi decisiva para que o curso do desenvolvimento não tenha atingido outros patamares. A questão agrícola e da produtividade no campo já era tratada por Furtado nos anos 1950 em termos do

desenvolvimento do país e, desde então, continuou e ainda continua, de maneiras diferentes, como um gargalo a esse processo. Nesse sentido, Chávez, objetivando reativar todo o aparato produtivo agrícola, a fim de criar o contexto necessário para superar o modelo rentista petrolero, tomo diversas iniciativas de associação entre o Estado e produtores nacionais. Assim como pontuou Severo (2006), a articulação do Estado esteve muito pelas mãos do Ministério da Agriculturas e Terras, cuja atuação foi fundamental para a plena execução do plano agrícola (*Plan de Siembras*), de 2006. Não obstante, foi diante muito por conta disso que Chávez teve um alívio na questão da soberania e da segurança alimentar, fator social de risco para o sucesso da implementação do projeto revolucionário.

Além de planos de plantio, há que se levar a atenção a outra iniciativa lançada pelo Estado em contato direto com o povo, principalmente entre a população das zonas rurais de maior vulnerabilidade, que foi a criação de comunas agrícolas. Em linhas gerais, as comunas agrícolas fizeram parte do projeto de implantação de comunas socialistas no país, que, por sua vez foi um desenvolvimento do que já vinha sendo implantado no país desde a promulgação da Constituição de 1999 com os Conselhos Comunais. As comunas socialistas são espaços territoriais onde a organização política, a administração local e a produção material são função da comunidade organizada, ou seja, uma tentativa de autogestão por parte das classes trabalhadoras diretamente, inclusive a autogestão produtiva que dá aos trabalhadores o meio de produção e o controle da lógica produtiva segundo os interesses da própria comunidade de trabalhadores associados. As comunas nasceram como parte do projeto revolucionário de uma democracia participativa e protagônica com o objetivo de transformar as esferas de poder político e econômico do país. As comunas agrícolas se inserem nessa lógica política e de produção material no campo. Assumem a posição de garantir a segurança alimentar e sobrevivência dos trabalhadores, assim como a satisfação das necessidades coletivas a fim de pôr fim à divisão social do trabalho, própria do sistema capitalista.

No entanto, os efeitos da criação de comunas e de um atendimento direto às necessidades básicas da população vulnerável, apesar do seu louvável aspecto social, não gera impactos estruturais de longo prazo como os evocados por Furtado em seus relatórios e por muitos autores da literatura acerca da questão do desenvolvimento. Como aponta Ouriques (2015),

há, de fato, uma paralisia na agricultura. Os dados – ainda que não confiáveis - indicam que a produção dos principais produtores nacionais de alimentos não avança há anos. Há, inclusive, indicação de que em muitos casos retrocede. Em poucas palavras: a política agrícola da revolução não contribui para enfrentar o processo inflacionário. Além disso, contribui para o fortalecimento do rentismo do petróleo, ou

seja, a tendência verificada em outros governos de lançar mão da renda petroleira para comprar fora o que poderia ser produzido dentro.<sup>69</sup> (Ouriques, 2015: 83)

A primeira vez que foram mencionadas as comunas socialistas foi no pacote de reformas à Constituição propostas pelo governo em 2007, após a clara e majoritária vitória de Chávez e da revolução bolivariana nas eleições de 2006. O recente desempenho da economia venezuelana até então, aliado a uma maior distribuição de renda, e o início de sucesso de um processo de diversificação da estrutura econômico-produtiva do país garantiram a Chávez o sucesso obtido na eleição. Diante disso, o governo percebeu uma abertura para dar passos mais profundos na inflexão revolucionária em termos de política doméstica e internacional. O plebiscito constitucional proposto pelo governo foi o primeiro indicativo dessa guinada ideológico-política prática do governo. Contrariamente ao que o governo esperava, as propostas de emenda à Constituição foram rejeitadas pelo povo venezuelano e, naquele momento nenhuma mudança maior foi posta em prática. No entanto, apesar do revés, o governo não retrocedeu no seu projeto político de aprofundamento das mudanças políticas, econômicas e sociais a que se propunha.

Não obstante, como relacionado às comunas socialistas, foi aprovada em 2010 a *Ley Orgánica de las Comunas*, que institucionalizou não apenas o estabelecimento físico das comunas socialistas no país como também oficializou a disposição do governo em transicionar rumo a um Estado Comunal com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do país sustentando-se na consolidação da propriedade social e na extinção das desigualdades sociais. Como se apresenta na própria lei de 2010, o Estado Comunal teria sua estrutura baseado nas microestruturas de poder, sendo as comunas socialistas suas células fundamentais de organização político-social, nas quais “o poder é exercido diretamente pelo povo, por meio de autogovernos comunais, com um modelo econômico de propriedade social e desenvolvimento endógeno e sustentável, que permita alcançar a suprema felicidade social dos venezuelanos e das venezuelanas na sociedade socialista”.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Tradução própria, do espanhol: “*Hay de hecho una parálisis en la agricultura. Los datos – aunque poco confiables – indican que la producción de los principales rublos de alimentación nacional no avanzan hace años. Hay incluso indicación de que en muchos casos retrocede. En pocas palabras: la política agrícola de la revolución no contribuye para enfrentar el proceso inflacionario. Además, contribuye para el fortalecimiento del rentismo petrolero, es decir, la tendencia que se verificó en otros gobiernos de lanzar mano de la renta petrolera para comprar afuera lo que se podría producir adentro.*”

<sup>70</sup> Tradução própria, do espanhol: “*en la cual el poder es ejercido directamente por el pueblo, a través de los autogobiernos comunales, con un modelo económico de propiedad social y de desarrollo endógeno y sustentable, que permita alcanzar la suprema felicidad social de los venezolanos y venezolanas en la sociedad socialista.*”

Esse aprofundamento do processo revolucionário que se deu após a reeleição de Chávez em 2006, teve seus efeitos econômicos sobre o país e influenciou o processo de desenvolvimento do país. Não apenas os investimentos do governo na economia, o planejamento estratégico na utilização de recursos, a redução da pobreza e da desigualdade econômica, política e social, mas também o próprio ativismo internacional que se intensificou após 2007 influenciaram nos rumos da economia do país. Nesse sentido, vale apontar uma variável fundamental para que isso fosse viável sem maiores gargalos que foi a tendência altista do preço internacional do petróleo, que atingiu patamares inéditos e viabilizou o financiamento destas iniciativas. A própria Aliança Bolivariana para os povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP)<sup>71</sup> e a Petrocaribe são exemplos desse ativismo internacional venezuelano de projeção política e econômica na América Latina e no Caribe que se reforçaram expressivamente a partir deste período, sendo fundamental para as mudanças político-sociais que vieram a acontecer nesses países, assim como foram bastante importantes para a economia venezuelana que via aparecer novos mercados para os seus produtos, inclusive o petróleo historicamente ligado ao mercado estadunidense.

Todo esse contexto que circunscreveu o segundo mandato de Chávez não foi algo espontâneo, foi reflexo de uma guinada política ativa do governo, enunciada nas eleições de 2006 e postas em prática a partir de 2007. Foi neste ano que foi aprovado no país as *Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013* que já no seu início reforçava o projeto de aprofundar o processo revolucionário do país e lançar bases de um novo modelo econômico-produtivo pela “fusão dos valores e princípios mais avançados das correntes humanistas do Socialismo e da herança histórica do pensamento de Simón Bolívar”<sup>72</sup> (Venezuela, 2007: 1, *apud.* Wilhelm, 2011: 269). Diante do que se observou no primeiro mandato presidencial, ficou claro ao governo que tinha nas mãos os instrumentos, a opinião pública e as condições econômicas para aprofundar as conquistas revolucionárias e mudar a estrutura sócio-política e econômica do país. Assim, assumiu-se o propósito de que não há como superar a condição de subdesenvolvimento rumo a uma sociedade igualitária e emancipatória segundo as normas do sistema capitalista tradicional; por isso o segundo mandato de Chávez teria como propósito implementar o que se convencionou chamar no país de “socialismo do século XXI”, rumo à democratização de todas as esferas da vida em

---

<sup>71</sup> O nome da organização sofreu alterações durante a sua existência. Para méritos de desambiguação usa-se aqui o nome oficial atual.

<sup>72</sup> Tradução própria, do espanhol: “*fusión de los valores y principios de lo más avanzado de las corrientes humanistas del Socialismo y de la herencia histórica del pensamiento de Simón Bolívar*”

sociedade e rumo à coletivização dos meios de produção. Nesse sentido, como seria possível de se esperar, a economia e as mudanças estruturais tomaram novos rumos.

De caráter notadamente anti-neoliberal e anti-imperialista, as mudanças foram guiadas por novas diretrizes, um novo modelo de produção (NMP), de modo que, como Alvarez (2009) indica,

A construção do NMP implica substituir a economia capitalista pela nova economia socialista. É um NMP baseado no esforço produtivo de todos os venezuelanos e venezuelanas, organizando e estimulando seu esforço produtivo por meio de uma crescente rede de empresas, não mais públicas ou privadas, mas fundamentalmente sociais e comunitárias. A construção do NMP não implica apenas o trânsito da Venezuela rentista para a produtiva. Não se trata apenas de promover o desenvolvimento endógeno, que pode ser igualmente capitalista, explorador da força de trabalho e predador do meio ambiente. É mais sobre a transformação da economia capitalista em um novo modelo socialista produtivo, no qual o produto do trabalho deixa de ser algo estranho ao trabalhador que o gera. Um NMP no qual ninguém mais perde o fruto do trabalho que não é o próprio trabalhador, desde que faça parte do coletivo ou da comunidade que juntos o gera.<sup>73</sup> (Alvarez, 2009: 44-45, apud. Wilhelm, 2011: 271).

Nesse sentido, foi em 2007 que iniciou a estatização de empresas e setores considerados estratégicos pelo governo, bem de acordo com o que Medeiros (2013a) apontou como características basilares de um modelo econômico dirigido pelo "nacionalismo dos recursos naturais". Foram empresas de cimento e siderúrgicas, assim como empresas dos setores de eletricidade e de telecomunicações. No decorrer desse mandato, Chávez viria a nacionalizar importantes empresas do setor de alimentos, no caso, usando como justificativa a estocagem de alimentos a fim de minar a política de tabelamento de preços do governo, assim como nacionalizou o Banco da Venezuela, assim como suspendeu a concessão pública da RCTV, um grande conglomerado das telecomunicações do país (Wilhelm, 2011). Para além do setor petrolífero, Chávez buscou usar capital público e investir em outros setores industriais da economia venezuelana para não só aproveitar a onda altista do preço do petróleo para semeá-lo no restante da economia do país, como também para, enfim, diversificar a economia e reduzir a vulnerabilidade histórica do país à oscilação do mercado do petróleo e aos efeitos

---

<sup>73</sup> Tradução própria, do espanhol: "La construcción del NMP implica sustituir la economía capitalista por la nueva economía socialista. Se trata de un NMP fundamentado en el esfuerzo productivo de todos los venezolanos y venezolanas, organizando y estimulando su esfuerzo productivo a través de una creciente red de empresas, ya no públicas o privadas, sino fundamentalmente sociales y comunitarias. La construcción del NMP no solo implica el tránsito de la Venezuela rentista a la productiva. No se trata solo de impulsar el desarrollo endógeno, el cual puede ser igualmente capitalista, explotador de la fuerza de trabajo y depredador del ambiente. Se trata más bien de la transformación de la economía capitalista en un nuevo modelo productivo socialista en el que el producto del trabajo deje de ser algo ajeno para el trabajador que lo genera. Un NMP en el que nadie extraño se apropie del fruto del trabajo que no sea el propio trabajador, en tanto él forma parte del colectivo o la comunidad que en conjunto lo genera."



que isso causa à estrutura econômico-produtiva e ao bem-estar geral da população do país, especialmente a população mais pobre.

Buscou-se, em princípio, lançar as bases de desenvolvimento econômico dentro da lógica capitalista, inserido na dinâmica de produção e produtividade industrial, de crescimento econômico e de variáveis agregadas, ao mesmo tempo em que se ensejou atuar diretamente em contato com a população mais vulnerável. A abundância de recursos vindo direta ou indiretamente do setor petrolífero ou por causa dele, no caso como aspecto viabilizador do financiamento externo, permitiu essa política econômica baseada em gastos e investimentos públicos. Aprofundou-se o papel das *missiones* cujo objetivo sempre foi atingir a grande massa da população às margens dos bens culturais e sociais segundo suas necessidades básicas de curto prazo<sup>74</sup>, "organismos sociais" financiados pelo Estado mas cuja gestão era comunal, contando com atuação da população diretamente afetada pelas políticas executadas e estariam articuladas a todas as outras alternativas de organização popular como as próprias comunas socialistas. No entanto,

É importante destacar que todas essas *missiones* e projetos não se implementam de maneira paternalista, burocrática ou clientelista, senão através da participação cidadã ativa, sem exclusões partidárias. As comunidades locais, os *barrios*, os comitês locais de saúde, a intervenção da comunidade na distribuição do orçamento comunitário, os círculos bolivarianos, o crescimento explosivo de cooperativas, o aumento da ação sindical em problemas trabalhistas, a atividade autônoma de organizações indígenas; tudo isso explica essa revolução participativa e massiva à qual o povo venezuelano está sendo incorporado pela primeira vez em sua história.<sup>75</sup> (Venezuela, 2006: 57, *apud*. Wilhelm, 2011: 267)

---

<sup>74</sup> Wilhelm (2011) aponta como exemplos de *missiones*: "Missão Vuelvan Caras (integração à vida socioproductiva), Missão José Gregorio Hernández (da área da saúde, um dos objetivos é o censo demográfico da população com deficiência), Missão Milagre (em parceria com Cuba, realizou cirurgias em pessoas com deficiência visual com vistas à correção visual, principalmente de cataratas), Missão Bairro Adentro (atenção à saúde nas comunidades), missões educativas: Missão Robinson I e Robinson II, Missão Ribas e Missão Sucre. Ainda de acordo com sistematização de Rocha (2009), existem outras missões, sendo elas: Missão 13 de Abril (fortalecimento do poder popular através de comunas socialistas), Missão Mercado (alimentação subsidiada pelo governo e mercados populares), Missão Negra Hipólita (assistência social à população de rua), Missão Hábitat (habitação), Missão Guaicaipuro (indígena), Missão Miranda (defesa da soberania nacional numa aliança cívico-militar), Missão Identidade (documentação para venezuelanos e estrangeiros), Missão Árvore (produção e conservação na área rural), Missão Cultura (desenvolvimento sociocomunitário e cultural), Missão Ciência (desenvolvimento científico e tecnológico endógeno), Missão Pilar (diversificação da economia), Missão Zamora (contra o latifúndio)." (Wilhelm, 2011: 267)

<sup>75</sup> Tradução própria, do espanhol: "Es importante destacar que todas estas Misiones y proyectos no se implementan de modo paternalista, burocrático ni clientelístico, sino mediante una participación ciudadana activa, sin exclusiones partidistas. Las comunidades locales, los barrios, los comités de salud locales, la intervención vecinal en la distribución del presupuesto comunal, los círculos bolivarianos, el crecimiento explosivo de las cooperativas, el incremento de la acción de los sindicatos en los problemas laborales, la actividad autónoma de las organizaciones indígenas; todo ello, da cuenta de esta revolución participativa y masiva a la que se está incorporando el pueblo venezolano por primera vez en su historia."

Pensar a trajetória do desenvolvimento venezuelano a partir de 2007 sem considerar essa mudança de direção político-ideológica do governo seria incongruente, até mesmo por causa do esforço comparativo proposto nessa pesquisa. A revolução bolivariana na Venezuela sempre teve como objetivo principal a refundação da República quebrando amarras históricas, como a perene desigualdade social no país. Esse projeto foi aprofundado exatamente quando Chávez conquistou o apoio majoritário da população em todas as esferas de poder nas eleições de 2006. Não bastasse sua força política nas esferas de decisão e nas ruas, Chávez vivenciou nesse período a primeira tendência altista exponencial do preço internacional do petróleo. Foi assim que diante da conjunção de cenários político e econômico favoráveis que o governo deu passos mais firmes rumo ao “socialismo do século XXI. Portanto, a trajetória do desenvolvimento econômico da Venezuela a partir de então merece ser analisada por dois vieses de confirmação, pelo viés “capitalístico” e pelo viés “político-social”.

Pelo viés político-social, as mudanças na estrutura de participação política e o acesso a bens e serviços secularmente alijados para a maior parte da população do país são claras e profundas. Diferente do caráter clientelista e assistencialista do primeiro governo Andrés Perez em meados da década de 1970, o governo Chávez revolucionou e institucionalizou a participação política e o acesso da população a bens e serviços fundamentais para o mínimo bem estar com a aprovação da Constituição de 1999 e demais leis que a seguiram.

Alguns dados levantados pelas pesquisas domiciliares por amostragem promovidas pelo *Instituto Nacional de Estadística* (INE) da Venezuela evidenciam esse aprofundamento e enraizamento das mudanças político-sociais pelas quais o país passou no período do governo Chávez. O coeficiente Gini que em 2002 era 0,494, em 2007 já estava em 0,424 e em 2013 se encontrava em 0,409, sendo que em alguns anos anteriores esteve na casa dos 0,390; o que significou uma melhora expressiva rumo a uma distribuição de renda mais igualitária no país. Também segundo dados apresentados pelo INE, as pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no país diminuí expressivamente. Enquanto que em 2002, 48,6% da população era considerada pobre, sendo 21% em situação de pobreza extrema, em 2007, esses números já tinham caído para 28,5% e 7,9%, respectivamente, e em 2012 esses números chegaram a 21,2% e 6%, respectivamente. Não obstante, a taxa de desemprego no país apresentou uma importante queda, passando de 8,4% da população economicamente ativa em 2006, o que já era um salto se comparado ao início do governo Chávez, para 5,6% da população economicamente ativa em 2013 e, qualitativamente, a redução do desemprego também

apresentou melhoras significativas, de modo que o nível de emprego no setor formal passou de 55,4% dos trabalhadores ocupados em 2006 para 62,1% em 2013.

Outros dados também indicam essa melhora da qualidade de vida e do bem estar do povo venezuelano no governo Chávez, indicando que tal projeto alcançou um nível de desenvolvimento social bastante expressivo. O índice de capital humano (HCI, em inglês) elaborado pelo Banco Mundial<sup>76</sup>, passou de 2,19 em 2002 para 2,69 em 2013, um aumento de 22,8%. O próprio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990 indica essa melhora expressiva. O país passou de 0,677 em 2000, nível considerado médio, para 0,758 em 2008 e 0,764 em 2013, índices considerados altos pela organização, de modo que indicam um desenvolvimento integral, ao passo que são calculados baseados em três parâmetros: saúde, educação e renda. A taxa de desnutrição entre a população, por exemplo, apresentou expressiva melhora. Enquanto que em 2002, 16,8% da população do país era considerada subnutrida, em 2013 essa taxa chegou a 6,1% da população, sendo que por alguns anos do governo de Chávez ela esteve na casa dos 3% e 4% da população. Dados do próprio INE reforçam esta perspectiva, uma vez que, se analisarmos as variáveis de análise da diminuição da pobreza estrutural no país, segundo o índice de *Necesidades Básicas Insatisfechas* (NBI), perceberemos uma expressiva mudança.

Em linhas gerais, o NBI se baseia em 5 variáveis (Venezuela, 2018): 1. *Inasistencia escolar*, ou acesso a educação (V1), moradias com crianças em idade escolar (7 a 12 anos) que não frequentam a escola no momento do censo; 2. *Hacinamiento*, ou superlotação (V2), moradias com mais de três pessoas por quarto para dormir; 3. Moradia inadequada (V3), famílias que vivem em *ranchos*, casas de *vecindad*, trailer, embarcações, tendas, cavernas, entre outros; 4. Carência de serviços básicos (V4), moradias sem acesso a água potável ou a serviços de saneamento básico; e 5. Dependência econômica (V5), moradias com chefes cuja escolaridade é inferior a três anos ou três séries do ensino formal e onde, o número de pessoas para cada pessoa empregada é superior a três.

Absolutamente todas essas variáveis assistiram uma expressiva melhora. V1 passou de 1,85% das residências em 2002 para 0,89% e, 2007 e 0,75% em 2013. V2 passou de 16,36% das residências em 2002 para 12,92% em 2007 e 9,48% em 2013. V3 passou de 9,46% em

---

<sup>76</sup> "O HCI fornece uma nova definição para capital humano e quantifica a contribuição de saúde e educação à produtividade da próxima geração de trabalhadores. Países podem usar esses dados para acessar o quanto de renda eles estão deixando vazar em razão de gaps de capital humano, e o quanto mais rápido eles podem transformar essas perdas em ganho se agirem agora." (Tradução própria. Disponível, em inglês, em: <https://www.worldbank.org/en/publication/human-capital>)

2002 para 7,21% em 2007 e 4,5% em 2013. V4 passou de 17,15% em 2002 para 10,55% em 2007 e 8,96% em 2013. Por fim, V5 passou de 5,66% em 2002 para 4,35% em 2007 e 3,12% em 2013.

No entanto, pelo viés “capitalístico” da análise do desenvolvimento venezuelano, os números apontam para uma relativa estagnação, principalmente em termos de diversificação e complexificação da estrutura econômico-produtiva do país. O país alcançou números expressivos em índices importantes para a economia, no entanto pouco se pode observar em direção àquela mudança que era pretendida como projeto no início do tempo de Chávez na presidência e ainda acumulou uma dívida externa que certamente tornou a posição do país muito mais vulnerável, uma vez que não rompeu com a lógica sistêmica do capitalismo internacional<sup>77</sup>.

Apesar de o PIB venezuelano ter passado de US\$ 272,31 bi para o patamar de US\$ 438,47 bi<sup>78</sup> em 2013, um aumento de 61%; o PIB *per capita* ter alcançado a cifra US\$ 14.722, em relação aos US\$ 10.848<sup>79</sup>, um aumento de 35,7%, a distribuição qualitativa do produto não indica maiores mudanças em termos de industrialização. Enquanto o setor de serviços e da agricultura alcançaram maiores fatias do PIB no período compreendido, o setor da indústria perdeu bastante espaço<sup>80</sup>. Em 2004, a indústria respondia a 55,49% do PIB venezuelano enquanto que agricultura e serviços respondiam, respectivamente, por 4,04% e 40,47%; em 2013 essas cifras passaram para, respectivamente, 44,73%, 4,9% e 45,57%<sup>81</sup>. Não obstante, o *quantum* e a composição do que é exportado pelo diante desse cenário de perda relativo do setor industrial também evidencia o quanto a economia do país permaneceu dependente, e é resultado, da flutuação do preço internacional do petróleo.

Faz-se interessante notar um aspecto inflexivo de tendência na própria trajetória de crescimento econômico e desenvolvimento do país dentro do próprio governo Chávez. Notadamente, pela análise de alguns indicadores, percebe-se uma tendência de relativa moderação no crescimento econômico de 2007 a 2013 em comparação com o período anterior. A partir de uma análise subjetiva da questão poderíamos inferir que com o

---

<sup>77</sup> A dívida externa venezuelana passou de US\$ 34,5 bi, em 2002, para US\$ 75,75 bi, em 2013.

<sup>78</sup> Em dólares constantes de 2010.

<sup>79</sup> Em dólares constantes de 2010.

<sup>80</sup> Dados disponíveis em: <https://www.statista.com/statistics/370888/share-of-economic-sectors-in-the-gdp-in-venezuela/>

<sup>81</sup> No cálculo de 2014, esses números apontaram uma queda ainda maior na participação da indústria na composição do produto venezuelano, claramente influenciada pela brusca queda no preço internacional do barril de petróleo, o que denota a expressiva importância da indústria petrolífera na produção industrial do país.

acirramento da posição da oposição venezuelana e o aprofundamento da própria revolução bolivariana em seus aspectos políticos e sociais frearam o processo de crescimento. Pode-se assumir isso diante do quadro comparativo histórico do país, uma vez que o preço internacional do petróleo não freou a partir de 2007, pelo contrário, foi exatamente nesse período que o preço atingiu recordes históricos e, portanto, é possível sugerir que isso tenha sido fruto de uma ação consciente e ativa do Estado venezuelano direcionada por específicos interesses estratégicos.

Para méritos analíticos, enfatizam-se as trajetórias dos seguintes indicadores. O crescimento real do PIB venezuelano que teve duas grandes quedas sucessivas em 2002 e 2003 em razão da crise política e econômica que o governo enfrentou nos seus primeiros anos, apresentou um expressivo crescimento real a seguir, tendo mantido uma média de 11,15% ao ano. No entanto, percebe-se um real arrefecimento a partir de 2007, de modo que de 2008 a 2013, o crescimento real do produto foi de 1,81% ao ano. A formação bruta de capital fixo no país também seguiu essa tendência. Em 2003, foi 15,9% do PIB, em 2007 chegou a 25% do PIB voltando para 22,2% em 2013. Um outro indicador também interessante é o consumo de energia elétrica no país, que pode ser usado complementarmente no estudo da atividade industrial do país. Em 2002, o consumo de eletricidade no país era de 75,1 bi kWh; em 2007, esse indicador atingiu 86,52 bi kWh e a partir de então se manteve relativamente constante, de modo que em 2013 o consumo de eletricidade foi na margem de 85 kWh.

Outros dados podem trazer uma observação qualitativa mais apurada sobre essa tendência. A parcela de bens manufaturados importados e exportados, por exemplo, aponta nessa direção. Enquanto que em 2002, 13,8% dos bens exportados pelo país eram manufaturados, em 2007, 5,2% e essa tendência permaneceu decrescente até 2013, quando apenas 1,8% dos bens exportados eram bens manufaturados. Já a importação de bens manufaturados, em 2002, eram 81,8% dos bens importados, em 2007, o país conseguiu reduzir expressivamente essa margem para 64,1%, muito em razão da compra de bens de capital e de um esforço industrializante que substituiu o consumo de importados por bens de consumo produzidos internamente; já em 2013, a taxa reverteu a tendência e chegou novamente à casa dos 70%. Ilustrativo deste cenário é o número de companhias domésticas listadas no país que, em 2002 eram 57, em 2007 eram 59 e em 2013 eram apenas 39.

Assim se deu a trajetória do desenvolvimento na Venezuela. Não uma trajetória uniforme e contínua, não uma trajetória que pode ser exclusivamente quantificada. O

desenvolvimento na Venezuela apresenta vicissitudes que no contexto latino-americano representam resistência e sobrevivência ao projeto imperialista estadunidense e representa também uma tentativa de romper os grilhões da dependência sistêmica do capitalismo. Analisar o desenvolvimento por essas lentes objetivas e subjetivas permite ter uma visão maior sobre o que significa o desenvolvimento, principalmente para as camadas mais vulneráveis da população de um país. Chávez, apesar de no final de seu governo, quando faleceu em 2013, não ter conseguido aprofundar o processo de complexificação e diversificação da estrutura produtiva da economia do seu país, logrou dar uma vida digna e com perspectivas futuras para uma parcela da população esquecida historicamente na sombra das tradicionais elites rentistas do país. Dessa maneira podemos perceber que, como apontou Furtado (1974b), “o desenvolvimento econômico é um fenômeno com nítida dimensão histórica” (Furtado, 1974: 5), ou como aponta Sunkel (1974), trata-se “processo permanente e acumulativo de mudança e transformação da estrutura econômica e social, em lugar de referir-se às condições exigidas pelo funcionamento ótimo de determinado sistema ou mecanismo econômico” (Sunkel, 1974: 26).

Esse capítulo ensejou aprofundar essa perspectiva analítica multidimensional do desenvolvimento aplicada ao caso venezuelano. No capítulo a seguir, por fim, será apresentado e discutido o processo de formação do Estado na Venezuela e o papel das Forças Armadas do país nele. Partindo-se do pressuposto que essa é uma das instituições que ainda sustentam o projeto bolivariano, torna-se importante a perspectiva histórica e de transformação não apenas interna/institucional, mas também a transformação do papel político e social dos militares no país.

### 3. AS FORÇAS ARMADAS NA ESTRUTURA DE PODER E NA PRÁTICA POLÍTICO-SOCIAL NA VENEZUELA

Uma vez que a presente pesquisa tratou de questões econômicas do país nos capítulos anteriores, tanto em aspectos gerais como específicos, de modo que apresentou o complexo e ainda não finalizado processo de desenvolvimento do país, assim como algumas de suas condicionantes e variantes políticas e sociais, faz-se importante, neste momento, dissertar sobre um fundamental aspecto que está no seio do entendimento da situação crítica atual na Venezuela: o aspecto estrutural e estruturante do poder no país.

Notadamente, muitas são as fontes e as formas institucionalizadas do poder na Venezuela, de modo que não é neste capítulo que será esgotado o tema. Em linhas gerais, são três peças principais que dão as cartas e são atores expressivos no tabuleiro político no país hoje: a *Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA)*; a *Fuerza Armada Nacional Bolivariana (FANB)*; e a elite *rentista* que corresponde ao grosso da oposição ao projeto bolivariano iniciado por Hugo Chávez. Não obstante, são essas as variáveis que conformam a sobrevivência ou não do governo e do projeto político, ideológico e social do bolivarianismo venezuelano, assim como sua sustentabilidade, ou não, e sua estabilidade, ou não.

Acerca das influências da PDVSA e do setor petrolífero na balança de poder no país, assim como a influência da elite rentista, faz-se possível tirar como corolários do que foi apresentado anteriormente. No entanto, entender o papel das forças armadas no contexto venezuelano não é tão intuitivo uma vez que, naquele país, não há uma convergência analítica histórica com outras experiências latino-americanas, nem há uma estabilidade funcional, estrutural, institucional, no próprio curso da história do país. A questão militar no contexto venezuelano é um caso *sui generis* no âmbito político latino-americano e mundial, e somente por isso seria passível de análise, no entanto, não obstante, a FANB representa um fator decisivo no jogo político do país, de modo que de todos esses aspectos talvez seja o mais crítico e decisivo em termos de sustentabilidade do sistema político vigente.

Como apontado, não há uma sequência estável na definição do papel das forças armadas nessa conformação política do país. Desde a sua independência, torna-se possível, e a partir desta compartimentação que se seguirá o trabalho, destacar três períodos analíticos: primeiro, da independência a 1958, com a queda do regime de Marcos Pérez Jimenez e a assinatura do Pacto de *Punto Fijo*; segundo, de 1958 a 1998, as quatro décadas de regime civil “democrático” ininterrupto, período que corresponde exatamente à duração do Pacto de *Punto*

*Fijo*; e por fim, a partir da ascensão de Hugo Chávez ao poder, junto do projeto revolucionário bolivariano.

A questão militar, o seu papel, as suas condicionantes, sua estrutura e sua institucionalização e principalmente o aspecto relacional civil-militar adquiriram conformações bastante específicas nestes três momentos da história do país e, diante disso, tornam-se insumos analíticos fundamentais que auxiliarão no entendimento da situação política atual pela qual passa o país. Nesse contexto, entendê-los mais profundamente torna-se providencial, e este será o objeto do presente capítulo.

No entanto, antes de apontar o caráter específico do caso venezuelano, faz-se importante apontar uma breve introdução acerca das perspectivas analíticas e o que foi produzido acerca do campo das relações entre civis e militares em uma sociedade, principalmente no que tange os mecanismos de controle mútuo, fundamental para entender sistemas políticos contemporâneos. Desde a Grécia Antiga busca-se entender as relações sociais entre civis e militares, notadamente no que tange a opressão destes sobre aquele, principalmente no que tange a sobrevivência, a saúde e a estabilidade da estrutura social do *status quo*. Afinal, desde então, a questão que surge é: quem vai observar exatamente a instituição que foi criada para dar segurança à sociedade? Em que ponto, exatamente, a instituição que foi criada para proteger a sociedade torna-se também a pior ameaça a sua sobrevivência?

O atual campo de estudo dessa problemática se divide basicamente entre os que estudam os impactos sociológicos das forças armadas e os que estudam institucionalmente essa relação civil-militar nos processos de formação dos países em desenvolvimento. No entanto, pode-se dizer que ambos têm em “The Soldier and the State”, escrito por Samuel Huntington em 1957, um ponto de partida basilar, a partir do qual ambicionam referir-se a uma teoria acerca das possibilidades e dos mecanismos de controle civil sobre as forças armadas. Peter Feaver (1999) apresenta bem essa questão.

A problemática civil-militar é tão difícil porque envolve o equilíbrio de dois estratos sociais vitais e potencialmente conflitantes. Por um lado, as forças armadas têm que ser fortes o suficiente para prevalecer na guerra. (...) Por outro, assim como as forças armadas tem que proteger a sociedade de inimigos, também tem que conduzir seus próprios assuntos de tal modo que não destrua ou ataque a sociedade que ela pretende proteger. Porque os militares devem enfrentar inimigos, ela deve ter poder coercitivo, a capacidade de forçar sua vontade sobre os outros. Mas o poder coercitivo muitas vezes lhe dá a capacidade de impor sua vontade à comunidade que o criou. (...) E, finalmente, há uma preocupação com a simples questão de obediência: Mesmo que os militares não destruam a sociedade, obedecerão a seus governantes civis, ou usará seu



considerável poder coercitivo para resistir à direção civil e ir atrás de seus próprios interesses? (Feaver, 1999: 214-215)<sup>82</sup>

Já em 1957, Huntington defendia o que chamou de “profissionalização” dos militares como ponto chave na observação e análise dos mecanismos de controle civil. Partindo-se desse trabalho seminal, esse campo de pesquisa ensejou trazer à luz a intrincada relação de causa e efeito em que não só se contrapõem a teoria e a prática, como também apontam dinâmicas específicas em que mudanças na estrutura de organização social e nas relações entre “estratos” dessa sociedade implicam tomada de ações, ou não, pelas forças armadas. Como resume Feaver (1999), “tradicionalmente, a teoria das relações civis-militares focou na tomada direta do poder político pelos militares, isto é, golpes”<sup>83</sup> (1999: 217), no entanto, não se trata de explicar os golpes de Estado, senão especialmente como evitá-los.

Notadamente, essas formas de relação podem ser autoexplicativas, no entanto, o que a literatura sobre o tema elencou foram uma série de fatores, internos e externos, que contribuem não só para o bom funcionamento das forças armadas como instituição inserida na lógica política e social, mas também para a própria estabilidade, cumplicidade e pacificidade dessa relação. Feaver (1999) aponta essas variáveis como variáveis independentes na tentativa de explicar a já citada dinâmica de causa e efeito. Dentre as variáveis citadas o autor aponta, no âmbito externo, a existência ou não de ameaças à segurança do país por invasão de terceiros e a intervenção indireta de grandes potências; já no âmbito interno o autor cita a desigualdade econômica e social, a possibilidade e a inclinação aos conflitos de classe – leia-se a maior ou menor possibilidade histórica de movimentos populares de contestação e guerras civis -, assim como as dificuldades de acesso e participação ao jogo político e até mesmo a própria natureza do sistema político e seu processo de formação histórica. Falando em sistema político, o autor cita a transição de sistemas históricos autoritários para democráticos, assim como aponta que há uma tendência implícita em sistemas democráticos de favorecer legislativa-juridicamente os setores civis em detrimento dos militares. Neste sentido, Feaver (1999) aponta:

---

<sup>82</sup> Tradução própria, do inglês: “The civil-military problematique is so vexing because it involves balancing two vital and potentially conflicting societal desiderata. On the one hand, the military must be strong enough to prevail in war. (...) On the other hand, just as the military must protect the polity from enemies, so must it conduct its own affairs so as not to destroy or prey on the society it is intended to protect. Because the military must face enemies, it must have coercive power, the ability to force its will on others. But coercive power often gives it the capability to enforce its will on the community that created it. (...) And, finally, there is a concern over the simple matter of obedience: Even if the military does not destroy society, will it obey its civilian masters, or will it use its considerable coercive power to resist civilian direction and pursue its own interests?”

<sup>83</sup> Tradução própria, do inglês: “traditionally, civil-military relations theory has focused on the direct seizure of political power by the military, i.e. the coup.”

Um conjunto final de variáveis independentes merece menção: fatores que surgem da transição do autoritarismo para a democracia. A produção convencional afirma que a idade e a robustez da democracia são importantes ao se determinar o padrão de relações civis-militares de um país. Pelo menos no que tange o controle civil dos militares, o sucesso gera sucesso e fracasso gera fracasso. Mas a natureza (...) da transição para a democracia também pode ser um fator causal que molda as relações entre civis e militares. (Feaver, 1999: 223)<sup>84</sup>

Necessariamente, o autor recorre a todo o histórico da formação do sistema político e da estrutura estatal de um país, principalmente no que tange o jogo de forças que moldaram o desenrolar desse processo. Não obstante, Feaver (1999) aponta como uma série de aspectos a serem observados nessa intrincada relação, o que pontuou como variáveis dependentes, principalmente no que se concerne os efeitos da estrutura política, econômica e social de um país no modo como os diversos entes e agentes sociais se relacionam com as forças armadas. Nesse caso, o autor traz luz a dinâmica de incidência, frequência e possibilidade de golpes; a influência exercida pelos militares na tomada de decisão de políticas públicas em um país; as próprias fricções pontuais entre setores civis e militares, que, mesmo em sociedades pacíficas e estáveis, são presentes; a própria conformidade das forças armadas ao *status quo* e às decisões tomadas por instituições civis *per se*; e o que tange os mecanismos e instrumentos de delegação e monitoramento dos militares pela “sociedade civil”.

Falando-se em mecanismos, há que se, por fim, falar da natureza dos mecanismos de controle. Tradicionalmente divididos em dois grupos de mecanismos que tratam, cada um a sua específica maneira, da capacidade, ou não, das forças armadas de se revoltar, minar e se sobrepor ao governo civil; e da disponibilidade interna das forças armadas de se insubordinarem, grosso modo o estudo do custo de oportunidade de se subverter. Uma vez que lidar com a capacidade das forças armadas sempre remeterá a um “dilema de poder militar”, o aqui já citado fato de que o mesmo poder militar usado para defender um país pode ser usado para destruí-lo, fundamental para o cálculo de poder auferido aos militares. Portanto, em linhas gerais, o que mais se observa são produções no campo político-teórico acerca do arrefecimento e da instigação do potencial disruptivo de dentro das forças armadas, segundo seus vários interesses. E por isso Feaver (1999) cita o artifício do monitoramento aliado a ação civil-estatal e, nesse sentido, aponta:

---

<sup>84</sup> Tradução própria, do inglês: “A final set of IVs deserve mention: factors arising from the transition from authoritarianism to democracy. The conventional wisdom holds that the age and robustness of the democracy are important in determining the country’s pattern of civil-military relations. At least where civilian control of the military is concerned, success breeds success and failure breeds failure. But the nature (as distinct from the newness) of the transition to democracy may also be a causal factor shaping civil-military relations.”

Os mecanismos de monitoramento incluem atividades como auditorias, investigações, regras de engajamento; times civis com experiência e responsabilidades de supervisão; e instituições extragovernamentais como a mídia e os *think tanks*. Essencialmente, os mecanismos de monitoramento aumentam o controle civil levando a conduta militar à atenção de civis responsáveis. (...) Quanto maior a disposição dos líderes civis em punir o comportamento não complacente, mais eficazes são os mecanismos de monitoramento para garantir o controle civil. No entanto, mesmo com punições fracas e desiguais, os mecanismos de monitoramento podem apoiar o controle civil. Especialmente em face de uma norma global que apoia as tradições democráticas, sempre custa mais aos militares desobedecerem em público do que fazê-lo em particular. (Feaver, 1999: 229-230)<sup>85</sup>

Por isso, as partes que se seguem neste capítulo delinearão períodos históricos em que a Venezuela experimentou distintas etapas de relação civil-militar para se entender essa lógica, principalmente no que tange a participação militar no concerto político, suas funções e atribuições no nível macro e micro, os mecanismos de controle ensaiados e por fim, mas não menos importante, e a importância atual na tomada de decisão de economia e na estrutura política do país, na sua construção e na sua atual sustentabilidade ou na sua falta de. Notadamente três períodos foram selecionados. Primeiramente, será abordado o período de cerca de pouco mais de um século, desde a independência a meados do séc. XX, onde os militares/aristocratas foram o poder político. Em segundo lugar, será abordado o período que ficou caracterizado como *puntofijista*, na história política do país, que durou um pouco menos de meio século, em que se ensaiaram políticas mais claras de enquadramento, assim como foram destacados uma específica função social para as forças armadas. Por fim, o período que nasce nos últimos anos do séc. XX e resiste até os dias de hoje, o período caracterizado como *chavista/bolivariano*, e que assistiu uma revolução na dinâmica relacional entre sociedade e militares, tanto em termos de participação como em termos de função social, as forças armadas assistiram um momento inédito em que estavam submetidas a um governo civil (por mais que “militarizado”<sup>86</sup>) mas bastante ativas no dia a dia da sociedade.

---

<sup>85</sup> Tradução própria, do inglês: "Monitoring mechanisms include such activities as audits, investigations, rules of engagement; civilian staffs with expertise and oversight responsibilities; and such extragovernmental institutions as the media and defense think tanks. Essentially, monitoring mechanisms enhance civilian control by bringing military conduct to the attention of responsible civilians. (...) The greater the willingness of civilian leaders to punish noncompliant behavior, the more effective the monitoring mechanisms are in securing civilian control. Yet, even with weak and uneven punishment, the monitoring mechanisms can support civilian control. Especially in the face of a global norm supporting democratic traditions, it always costs the military more to disobey in public than to do so in private."

<sup>86</sup> Por “militarizado” faz-se referência não apenas à penetração das FFAA na esfera política civil do país, mas também, e em grande medida, à influência pessoal das FFAA na personalidade e na formação de Hugo Chávez, presidente venezuelano e ex-tenente coronel, proponente e principal articulador da Revolução Bolivariana.

### 3.1 AS FORÇAS ARMADAS ENQUANTO GOVERNO

Como todo país latino-americano, a Venezuela se tornou independente de sua metrópole colonial, no caso, a Espanha, mas continuou dependente do comércio. A estrutura política do país respondeu às demandas organizacionais e estruturais que buscavam satisfazer interesses que não eram necessariamente endógenos. Fato é que, como um país primário-exportador, a Venezuela também viu seu ambiente político e sua cultura política moldada por uma espécie de aristocracia rural/militar que comandou os rumos e a definição do *eu-político* venezuelano. Notadamente, os produtores de cacau, café e açúcar tiveram papel fundamental e foram a base de configuração dessa elite econômica e político-militar. Nessa etapa da sua construção estrutural e institucional houveram muitos pontos de contato e convergência entre o militarismo e a propriedade das terras e “propriedade do poder”. Depois de 1830, tendo já se consolidada a independência do país, através de uma sequência de sucessivos movimentos<sup>87</sup> característicos e moldados pela lógica do caudilhismo<sup>88</sup>, os militares se estabeleceram e se perpetuaram no poder, como, em alguma medida, evidencia a Tabela 1.

**Tabela 1 – Alternância de governos e regimes políticos na Venezuela (1863-1958)**

| <b>Governo</b>  | <b>Regime</b>                  |
|---|--------------------------------|
| “Oligarquia conservadora” (1830-1848)   | Militares / aristocracia rural |
| José Tadeo Monagas (1847-58)*   | Militar                        |
| Guerra Federal (1859-1863) – Liberais VS. Conservadores – vitória dos Federalistas liberais | Período de guerra              |
| Crisóstomo Falcón (1863-70)*  | Militar                        |
| António Guzmán Blanco (1870-88)*  | Militar                        |
| Período de golpes de Estado e diferentes  | Militares                      |

<sup>87</sup> “Después de 1830, se suceden en el país centenares de movimientos, en razón del surgimiento del caudillismo, que cesan al iniciarse el presente siglo, permitiendo la nueva institucionalización del Ejército y la Armada” (disponível em: <http://www.ejercito.mil.ve/historia/>, acesso em 29/08/2019)

<sup>88</sup> Segundo Bobbio (1998), “o Caudilhismo é caracterizado pela divisão do poder entre chefes de tendência local: os caudilhos. Estes líderes, geralmente de origem militar, oriundos, em sua grande maioria, da desmobilização dos exércitos que combateram nas guerras de independência, de 1810 em diante, provinham, em certos casos, de estratos sociais inferiores ou de grupos étnicos discriminados (mestiços, índios, mulatos, negros). Para grande parte deles, o Caudilhismo, com sua organização paramilitar, constituiu um canal de mobilidade vertical. Valiam-se do seu magnetismo pessoal na condução das tropas, que haviam recrutado geralmente nas áreas rurais e mantinham como reses requisitadas, em ações guerreiras, seja contra o ainda mal consolidado poder central, seja contra os seus iguais, com o apoio dos senhores locais. Esse poder carismático, exercido ao mesmo tempo de forma autoritária e paternalista, e retribuído com a adesão incondicional dos seus homens (e respectivas mulheres), não possuía uma linha política definida e carecia, como se diria hoje, de conteúdo ideológico.” (pp. 156-157)

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| grupos militares no poder (1888-99) |   |
| Cipriano Castro (1899-1908)         | Militar                                     |
| Juan Vicente Gómez (1908-35)*       | Militar                                     |
| Eleazar Lopez Contreras (1935-41)   | Militar                                     |
| Isías Medina Angarita (1941-45)     | Militar                                     |
| Rómulo Betancourt (1945-48)         | Civil                                       |
| Carlos Delgado Chalbaud (1948-50)   | Militar                                     |
| Germán Suárez Flamerich (1950-52)   | Civil (a mando da junta militar provisória) |
| Marco Pérez Jimenez (1952-58)       | Militar                                     |

Fonte: elaboração própria

\* com intervalos/ pequenos golpes

Como se faz possível observar já em uma primeira análise, o cenário político venezuelano se construiu sob alicerces essencialmente instáveis, com sucessões de golpes, guerras e militares no poder. Em linhas gerais, a Venezuela, desde a sua independência, viveu uma alternância entre governos militares e golpes de Estado<sup>89</sup>. Com exceção dos períodos em que militares consolidavam regimes ditatoriais, o sistema político do país via-se de natureza exclusivamente instável. Não obstante, faz-se importante notar que, apesar de militares, foram governos que representavam ideias heterogêneas. Nem sempre eram governos que respondiam a interesses similares entre si.

Dentre os muitos governos desse período, alguns tendem-se a se destacar ou pelo seu ineditismo ou por fatos históricos de maior relevância específica. O governo de António Guzmán Blanco (1870 – 1888, com intervalos), por exemplo, como um “déspota esclarecido”, proponente do que se costumou chamar de “Liberalismo amarelo” (liberalismo amarillo) que, grosso modo, se tratou de uma espécie de “modernização à força”, cujo processo não teve um fim. De igual maneira, põe-se em evidência o governo de Cipriano Castro que derrota a revolução libertadora (1901-1903), coalizão formada por empresas estrangeiras lideradas por um banqueiro (Manuel Antonio Matos Del Monte), cuja vitória marca o fim do período de grandes conflitos civis característicos da Venezuela do século XIX. Notadamente, os gastos militares obrigam Castro a suspender o pagamento da dívida externa, o que motiva o bloqueio promovido pelas marinhas anglo-italo-alemãs aos portos da Venezuela em 1902.

---

<sup>89</sup> De 1835 a 1958, foram 7 tentativas mais substantivas de golpes de Estado, sendo 6 delas bem-sucedidas – junho de 1835, Revolución de las Reformas; março de 1858, Revolución de Marzo; maio de 1899; dezembro de 1908; outubro de 1945; novembro de 1948; e janeiro de 1958. Nesse número não são consideradas as articulações políticas foram de tamanha pressão que derrubaram governos.

É exatamente o início do século XX que é marcado pelas primeiras tentativas de perfuração e extração do petróleo, cujas implicações foram brevemente expostas e analisadas no capítulo anterior. Enquanto que várias nações latino-americanas passavam por períodos de corte desenvolvimentista, a situação venezuelana era diferente. Angarita, presidente venezuelano durante a época da Segunda Guerra, chega a delinear algumas políticas de substituição de importações, mas a situação confortável da balança de pagamentos joga contra as políticas industrializantes, uma vez que setores médios e algumas organizações empresariais eram contrários às políticas protecionistas necessárias. Sendo assim, Angarita cai e os primeiros esforços reais relativos à nacionalização da estrutura produtiva e à implantação de esquema desenvolvimentista terão de aguardar os anos 1970.

Contudo, apesar de bastante diversos entre si, foram governos militares e seguiram a cartilha dos regimes autoritários. Sendo os militares o próprio governo, a relação civil-militar é quase inexistente. No caso, não seria uma relação de trocas senão uma imposição. Portanto, não haviam mecanismos de controle civis, a sociedade Venezuela nesse tempo ainda tomava corpo de modo que, por todo esse período, pouco da estrutura institucional do Estado se desenvolveu, o poder estava todo nas mãos das elites aristocrático-militares que se alternavam no governo. Esta foi a base histórica da estrutura política venezuelana, o plano de fundo sob o qual se construiu a formação do Estado. Não obstante, pouco mudou em termos de apropriação do excedente econômico-produtivo, antes advindo da produção agrícola e logo depois da virada do século XIX-XX advindo da produção de petróleo. O poder continuou na mão de elites. Uma elite burguesa não menos aristocrática em seus costumes e particular desinteresse pelos interesses da população como um todo. No entanto, a partir da ascensão dos grupos civis ao poder, novas dinâmicas puderem ser percebidas, principalmente no que tange a necessidade de se relacionar com as forças armadas que, por mais que estivessem “controladas”, eram uma ameaça latente ao *status quo* devido ao seu relativo poder e histórico de subversão e imposição de interesses próprios.

Deste primeiro momento da história política venezuelana podemos tirar que, enquanto governo, sem qualquer pretensão democrática, as relações entre grupos civis e militares não produziram muito material analítico nem se tornou evidente qualquer menção a instrumentos de controle mútuo já que não havia uma distinção muito clara e bem delimitada entre a figura militar e a figura civil enquanto detentores do poder; uma vez que a elite política era também uma elite econômica e compartilhavam, em grande medida, de um mesmo status como uma elite militar. Esse quadro começou a ser revertido quando o petróleo se consolidou como

principal atividade econômica no país, o que tirou paulatinamente o poder das mãos dessa aristocracia rural-militar para as mãos de uma elite urbana burguesa. Essa transição representou exatamente o início de um processo de cisão no qual a elite civil urbana, dotada cada vez mais de poder, fruto dos louros da exploração petrolífera, ensejou empenhar seus interesses na condução política do país.

Nesse sentido, vale notar que esse processo de transição não foi instantâneo porque o nascente, apesar de já pujante, setor petrolífero foi desde sua concepção um projeto feito por grupos militares que estavam no poder, cujos quadros penetraram e se fizeram presentes em quase todas as camadas e esferas ligadas a essa indústria. No entanto, a simples existência de grupos civis alheios ao espectro militar ganhando cada vez mais força política e econômica, para além do próprio desgaste interno nas Forças Armadas, foi suficiente para que a correlação de poder fosse significativamente alterada e dotada de um caráter, senão exponencial, geométrico, de modo que em meados do século XX já eram um grupo política e socialmente importante, principalmente nos grandes centros urbanos do país. Não obstante, tendo o petróleo alcançado status de importância estratégica internacional, esses grupos passaram a se aventurar no jogo político com maior peso e relevância, de modo que no primeiro momento de maior instabilidade e divisão constituíram um novo sistema acordado pelas elites, o *Pacto de Punto Fijo*, de 1958.

### 3.2 AS FORÇAS ARMADAS SOB “CONTROLE CIVIL” DO PACTO DE PUNTO FIJO

No bojo das conturbações e da instabilidade política, entre grupos da elite venezuelana, gerada pelas disputas acerca da apropriação do excedente gerado pela situação extremamente favorável no decorrer da década de 1950, articulações começaram a ser pensadas e planos postos em prática. Um desses planos foi a tentativa de Marcos Pérez Jiménez de permanecer no poder após 1958<sup>90</sup> e para tal, no lugar de eleições, como era previsto, convocou um referendo que não só consultava a população<sup>91</sup> acerca da extensão do seu mandato no governo como também de seu grupo de aliados políticos nas demais esferas do legislativo nacional. Diante da decisão favorável à extensão do mandato do governo, movimentos contestatórios afloraram mais fortemente entre grupos e setores civis, e também

---

<sup>90</sup> Segundo a Constituição elaborada e aprovada pelo próprio governo de Pérez Jiménez, o mandato terminaria em finais de 1957.

<sup>91</sup> Vale notar que o governo de Pérez Jiménez foi um governo ditatorial que tinha na repressão e na censura alguns de seus princípios. Portanto, qualquer referência a população e a sistema político naquele tempo deve ser entendido e analisado de maneira crítica, e não genérica.

no próprio seio das Forças Armadas. Já no início do mês de janeiro uma tentativa de golpe fracassou e as lideranças foram presas; nesse cenário de contestação crescente, a Junta Patriótica<sup>92</sup> convocou para o dia 21 daquele mês uma paralisação geral que foi bastante reprimida pelas forças policiais nas ruas de Caracas. No dia seguinte à grande paralisação nacional, o Alto Comando das Forças Armadas se reuniu e decidiu pela instauração de uma Junta Militar encabeçada pelo almirante Wolfgang Larrazábal, que, diante da suposta insustentabilidade do governo e diante de seus atos, pediu a renúncia do presidente. Aliado de qualquer apoio das Forças Armadas, Pérez Jiménez foge para a República Dominicana<sup>93</sup>, configurando mais um golpe de Estado na História política do país.

De corte populista e forte apelo carismático, o governo de Larrazábal à frente da Junta Militar gerou uma série de divergentes reações. Ao mesmo tempo em que ganhava apoio popular devido a uma série de investimentos em construção civil que, como já foi mostrado, tem importantes impactos demográficos (êxodo das áreas rurais) e efeitos de curto prazo bastante positivos na Economia, principalmente no mercado de trabalho, tendo também um especial impacto direto sobre a população de mais baixa renda, faixa social mais empregada nesses projetos; Larrazábal começou a ser bastante questionado dentro das próprias Forças Armadas, portanto foi um governo bastante instável, desde seu início; o que, bem da verdade, não era uma novidade no cenário político venezuelano. A materialização dessa crescente contestação tomou forma pela primeira vez em julho daquele ano com uma tentativa fracassada de golpe liderada pelo então Ministro de Estado da Defesa, Jesús María Castro León, que buscava impedir a realização de eleições democráticas no final daquele ano. Apesar do fracasso, este foi um movimento que evidenciou a cisão que já era perceptível entre os quadros militares do país. Não obstante, outras tentativas surgiram na sequência.

Diante de mais uma crise nos círculos militares e da iminência de mais uma sucessão de governo contestável, um novo concerto entre partidos políticos, uma aliança entre segmentos da elite urbana civil venezuelana estruturou um grande acordo que ensejou organizar o processo político do país em moldes democráticos. Essa acabou sendo a saída encontrada por grupos políticos ideologicamente antagônicos diante da iminência de mais um golpe militar que tinha grandes chances de acontecer. Fato é que esta aliança conseguiu conquistar apoio da sociedade venezuelana e subtraiu o que seria mais uma sobreposição

---

<sup>92</sup> A Junta Patriótica foi uma organização política clandestina formada pela coalizão dos partidos políticos de oposição (AD, Copei, PCV e URD) ao regime de Marcos Pérez Jiménez em junho de 1957, afim de articular politicamente a resistência ao governo.

<sup>93</sup> Posteriormente, seguiria para a Espanha com a família, onde foi recebido e abrigado pelo governo do ditador espanhol Francisco Franco.



forçada de governo e muito provavelmente a destruição permanente do processo democrático no país. A essa articulação deu-se o nome de *Pacto de Punto Fijo*, firmado no dia 31 de outubro de 1958.

Em linhas gerais, este pacto foi um manifesto pela democracia assinado pelas lideranças dos principais partidos políticos à época - AD, Copei e URD<sup>94</sup>, que já tinham se posto juntos no mesmo lado da “luta política”<sup>95</sup> mas que só com *Punto Fijo* firmaram o que seria uma estratégia política de enfrentamento direto e às claras contra o autoritarismo. Essa atuação conjunta se daria em torno de três aspectos: primeiro, e primordialmente, a defesa da constitucionalidade e do respeito ao processo e aos resultados das decisões eleitorais democráticas, de modo que, qualquer partido que se sagsse vencedor das eleições, não haveria resistência nem o uso da força para deslegitimar e derrubar o resultado, nem para minar o governo eleito; segundo, o estabelecimento de um governo de unidade nacional, de modo que seriam formados governos de coalizão, onde nenhum dos três partidos teria hegemonia no gabinete do poder executivo; e, terceiro, o estabelecimento de pontos mínimos de acordo entre os três partidos, os quais se comprometiam a apresentar ao eleitorado.

Fato é que essa articulação foi bem-sucedida<sup>96</sup> e não apenas as eleições de 1958<sup>97</sup> ocorreram, como também não foi questionada nem o governo derrubado por golpe de qualquer gênero, de modo que, não obstante, desde então, eleições democráticas e governos civis estiveram no poder na Venezuela se sucedendo democraticamente. Desse modo, pode-se dizer que o *Pacto de Punto Fijo* foi, em última análise, a formalização e a institucionalização das “regras” do jogo político venezuelano enquanto esteve em vigor, de modo que, pela primeira vez em sua história, a Venezuela assistiu um período regular de relativa estabilidade política<sup>98</sup>.

---

<sup>94</sup> Faz-se importante notar que em finais de 1962 a URD se retirou do Pacto por discordar vertiginosa e ideologicamente de alguns pontos da política externa do país, principalmente no contexto de disputa hegemônica da Guerra Fria e das relações com Cuba.

<sup>95</sup> Ao lado do PCV, os três partidos fizeram parte da Junta Patriótica que se opôs ao regime militar de Pérez Jiménez no último ano de seu governo.

<sup>96</sup> Vale notar que o fato de o presidente da Junta de Governo, Larrazábal, personalidade que ganhou bastante projeção política entre a população e ainda contava com relativo apoio de quadros militares, ter se desligado das Forças Armadas e ter concorrido nas eleições de 1958 pelo URD teve um importante papel nesse processo.

<sup>97</sup> Em 1958, Rómulo Betancourt (AD), Wolfgang Larrazábal (URD) e Rafael Caldeira (Copei) disputaram as eleições, alcançando, respectivamente, 49,18%, 34,61% e 16,21% dos votos válidos. Betancourt foi, então, o primeiro presidente civil eleito a finalizar seu mandato constitucional.

<sup>98</sup> No entanto, vale notar que, como foi apresentado no segundo capítulo, não se trataram de governos que buscaram sanar nem cuidar de desigualdades econômicas, políticas e sociais históricas do país, senão buscaram defender primordialmente os interesses de grupos da elite do país.

Tendo sido apresentado o contexto que surgiu esse período da história política venezuelana fica mais fácil de entender o modo como foram tratadas as Forças Armadas do país. A perspectiva histórica permite não apenas justificar o motivo pelo qual buscou-se enquadrar os militares, como também traz luz ao fato de que políticas públicas específicas nessa direção seriam necessárias, e assim se deu. Nesse período uma série de medidas políticas, sejam de agenda positiva ou negativa, puderam ser observadas, assim como faz-se possível perceber o movimento de enquadramento que pautou as relações civil-militares no período. Os limites temporais não são muito bem definidos, mas o período em que vigorou o *puntofijismo* pode, no que tange as relações civil-militares, ser dividido em dois.

O primeiro momento pode ser compreendido pela primeira década do *Pacto*. Em um primeiro momento optou-se exatamente por uma agenda negativa aos militares, na tentativa de exclusão e enquadramento. Uma atitude reativa que soou quase como um punitivismo pelo histórico da relação institucional das Forças Armadas e o poder político e econômico no país. Um movimento claro para aviltar qualquer possibilidade de se ganhar posições de poder quase que em uma transmissão do monopólio da força das Forças Armadas para o Estado, sendo as Forças Armadas parte subjugada ao Estado. Tratou-se de um passo arriscado, uma vez que, ao se levar em conta o dilema militar no cálculo do poder, alijou relativamente os militares da capacidade de se responder a ataques de inimigos externos. No entanto, foi um passo entendido como necessário para que se evitasse, em um momento seminal de introdução de um processo de ruptura institucional e instauração de um sistema político civil-democrático, o que, como se apresentou no início desse capítulo, é o principal assunto discutido entre os teóricos das relações civil-militares: a possibilidade de tomada direta do poder pelos militares, ou seja, a incidência de golpes. Como aponta Stronen (2017),

Na primeira parte do século XX, os militares desempenharam um papel fundamental na derrubada ou proteção de diferentes regimes, militares e civis. Essas mudanças de atitude em relação ao domínio militar e civil refletiam tanto interesses pessoais entre oficiais de alta patente quanto mudanças de alianças e atitudes em uma época de intensa instabilidade e disputa entre diferentes grupos sociais e econômicos, à medida que o país escapava de séculos de colonialismo e governos *caudillos*. Após a transição do regime militar em 1958, as instituições civis conseguiram controlar o exército por meio de uma estratégia combinada de “*split and rule*” entre os diferentes nichos e hierarquias militares, bem como transferências generosas na forma de benefícios econômicos e materiais (Trinkunas, 2002: 44). O presidente recebeu o poder de controlar esquadrões, bem como nomeações e promoções militares (Stronen, 2016: 11)<sup>99</sup>

---

<sup>99</sup> Tradução própria, do inglês: “In the first part of the 20th century the military had played a key role in toppling or protecting different regimes, both military and civilian. These shifting attitudes towards military and civilian rule reflected both personal interests amongst high-level military officers, as well as shifting alliances and attitudes in an epoch of intense instability and struggle between different social and economic groups as

Pela primeira vez na história venezuelana os militares estiveram sobre controle de uma elite civil e a primeira atitude destes que assumiram o poder foi, diante desse cenário, isolar e enfraquecer a instituição que por bastante tempo oprimiu seus direitos políticos e participação mais expressiva na tomada de decisão política do país. Não obstante, os direitos políticos de militares foram retirados, de modo que não poderiam ser eleitos para cargos políticos enquanto oficiais da ativa e, por meio de indicações para cargos de comando específicos, objetivou-se minar qualquer potencial insurgente no seio das Forças Armadas. Esse foi o cenário reinante pelo menos até a década de 1970, onde medidas mais amplas e multidimensionais foram tomadas para conformar os militares na estrutura política, econômica e social venezuelana, uma vez que uma política extremamente restritiva e por mais longo prazo tenderia a um provável e acelerado desgaste nessa relação.

Foi em 1971 que se implementou no país o Plano Andrés Bello que teve como consequência, direta ou indiretamente, não apenas a valorização relativa das Forças Armadas no contexto nacional, mesmo que conformadas ao controle civil do Poder Executivo, mas também o próprio fim do Pacto de Punto Fijo, uma vez que foi do seio das Forças Armadas que saiu o catalisador da inflexão política no país, foi na Academia Militar que nasceu a Revolução Bolivariana.

O Plano Andrés Bello, em linhas gerais, foi um plano levado a cabo pelo governo venezuelano que visou profissionalizar os cadetes que entravam na carreira militar. Para tal, foi-se investido no desenvolvimento e aperfeiçoamento da Academia Militar, instituição responsável pela formação desses que acabavam de entrar no serviço militar do país. Pelo plano, a Academia Militar se converteu em uma instituição de ensino superior que passou a dar grau de bacharel aos seus egressos, o que por si só já representou um ganho em aspectos socioeconômicos uma vez que o grau de bacharel representa estatisticamente ganhos imediatos aos seus detentores na estrutura econômica da Venezuela e de outros países latino-americanos (OECD, 2019). No entanto, para além da valorização do corpo militar do país e o atendimento de seus interesses quanto à qualidade de vida do pessoal das Forças Armadas, a restauração e a renovação da Academia Militar foi fundamental para que se transformasse a perspectiva dentro das próprias Forças Armadas quanto ao seu papel enquanto agente de

---

the country was escaping from centuries of colonialism and later caudillo rule. After the transition from military rule in 1958, civilian institutions crafted their control over the military through a combined strategy of “split and rule” between the different branches and hierarchies within the military, as well as generous endowments in the form of economic and material benefits (Trinkunas 2002, 44). The president was granted the power to control commands as well as military appointments and promotions.”

transformação política e social. Quanto a esse aspecto, há que se destacar a grande valorização da instituição a nível nacional pela sua qualidade de formação e de ensino. Tratava-se de um instituição em que se valorizava não apenas leituras e referências externas ao contexto venezuelano, importantes para uma formação acadêmica em termos gerais, mas também que constantemente punha em destaque símbolos e produções teórico-acadêmicas e históricas afins ao próprio contexto venezuelano, tendo em Simón Bolívar, figura preponderante nesses estudos.

Como aponta Giantomasi (2017),

o Plano Andrés Bello surge como uma reforma educativo-militar. O projeto de modernização de [Rafael] Caldera em relação às Forças Armadas não se inspirou nas vertentes repressivas que dominavam o Cone Sul ou na América Central, nem por organizações que se opunham à influência dos Estados Unidos na América Latina ou dos militares com projetos nacionalistas como o de Velasco Alvarado no Peru (1968-1975) ou Torrijos no Panamá (1968-1981), mas havia pontos de contato com eles: ele governava um país subdesenvolvido, em um momento de crescente rejeição da influência estadunidense no Terceiro Mundo. (...) Ao contrário do que aconteceu na anterior Escola Militar do Exército da Venezuela, a partir da implementação do Plano Andrés Bello, era necessário ter o ensino médio completo para entrar na Academia Militar da Venezuela, tomando-a um instituto de ensino superior universitário, com requisitos acadêmicos mais exigentes do que os das gerações anteriores, concedendo um diploma em Ciências e Artes Militares aos seus graduados após 4 anos de formação. [Os egressos] se graduavam com o grau de segundos tenentes. Além dos cursos de teoria militar e estratégia ou história da guerra, se estudava matérias como Introdução à Sociologia, Introdução à Filosofia, Direito Constitucional, Introdução à Economia, Introdução à Política, um curso propedêutico, História Universal, História das Ideias Políticas, Psicologia da Adolescência, necessárias para dar validade universitária ao Plano pelo Conselho Nacional Universitário (Giantomasi, 2017: 6)<sup>100</sup>

Foi exatamente no bojo desse pensamento multidimensional de corte relativamente crítico que se constituiu e se formou o ex-presidente Hugo Chávez, foi nos seus anos de formação de cadete que ele se constituiu como um ser político, não antes, apesar de seu irmão já estar inserido nas disputas políticas desde novo entre os comunistas do país (Ramonet, 2013). Inclusive ele fez parte da primeira turma que se formou depois da implementação do

---

<sup>100</sup> Tradução própria, do espanhol: “surge el Plan Andrés Bello como una Reforma educativomilitar. El proyecto modernizador de Caldera hacia las FFAA no se inspiraba en las vertientes represivas que dominaban en el Cono Sur ni América Central, tampoco en las organizaciones opuestas a la influencia de EEUU en América Latina ni en las de militares con proyectos nacionalistas como el de Velasco Alvarado en Perú (1968-1975) o Torrijos en Panamá (1968-1981), pero sí había puntos de contacto con ellos: gobernaba un país subdesarrollado, en un momento de incremento del rechazo al influjo norteamericano en el Tercer Mundo. (...) A diferencia de lo que sucedía en la precedente escuela militar del Ejército de Venezuela, a partir de la implementación del Plan Andrés Bello se exigía poseer el bachillerato completo para ingresar a la Academia Militar de Venezuela, convirtiéndose la misma en un Instituto superior Universitario, con requerimientos académicos de mayor exigencia que los de las generaciones anteriores, otorgando título de Licenciado en Ciencias y Artes Militares a sus egresados luego de 4 años de formación. Se graduaban con el grado de subtenientes. Se estudiaba, además de cursos de teoría y estrategia militar o historia de la guerra, materias como Introducción a la Sociología, Introducción a la Filosofía, Derecho Constitucional, Introducción a la Economía, Introducción a la Política, un curso propedéutico, Historia Universal, Historia de las Ideas Políticas, Psicología de la Adolescencia, necesarios para dar validez universitaria al Plan por parte del Consejo Nacional Universitario.”

Plano Andrés Bello e não coincidentemente muitos de seus companheiros revolucionários foram seus colegas de Academia Militar. Apesar de ser ainda formalmente proibida a participação política de militares da ativa, o pensamento político permeou as camadas da vida militar venezuelana de uma forma nunca antes experimentada e, apesar de também ser formalmente proibida, a crítica ao *status quo* do país começou a tomar forma entre as classes militares mais baixas. Como bem aponta Stronen (2016),

devido ao boom do mercado de petróleo, os orçamentos de defesa venezuelanos quase dobraram no período entre 1967 e 1977, proporcionando aos militares uma qualidade de vida que só era maior entre seus pares no Canadá e nos Estados Unidos (ibid., 46). No entanto, esse boom econômico militar também teve um efeito colateral. Tanto oficiais militares de alto escalão quanto políticos estavam envolvidos em massiva corrupção sob a desculpa de rearmamento do equipamento militar, contribuindo para o aprofundamento das divisões entre oficiais de alto escalão e oficiais subalternos mais ideologicamente orientados. Além disso, os escalões superiores das Forças Armadas se vinculavam politicamente aos partidos políticos dominantes, a fim de se posicionarem para promoções e recompensas, criando um clima de feroz competição interna e complacência com relação aos políticos. Essa politização das promoções irritou os oficiais juniores, que foram ensinados a manter altos padrões éticos e profissionais com promoções baseadas em méritos (Stronen, 2016: 12-13)<sup>101</sup>

Portanto, não é difícil de ver a ligação entre a ideologia militarista e o bolivarianismo. Foi no seio das Forças Armadas entre as camadas mais baixas de oficiais que o bolivarianismo foi gestado e um pacto civil-militar se constituiu como um de seus princípios basilares. Não se pôs em questão o controle de um pelo outro, mas sim os aspectos cooperativos que dessa relação poderiam surgir e, não obstante, hoje as Forças Armadas ainda são um dos mais importantes sustentáculos do governo venezuelano.

Como já foi apontado, do Plano Andrés Bello duas, de muitas outras, consequências podem ser tiradas: a sustentação do governo democrático devido a pacificação dos militares, viabilizada pela sua profissionalização e atendimento de interesses básicos de bem-estar econômico e social; mas também foi fruto do fim do Pacto de Punto Fijo, uma vez que apesar de pacificados, os militares que se formaram nessa época não se formaram sem uma consciência política, apesar de terem sua participação alijada. Nesse sentido, pode-se dizer

---

<sup>101</sup> Tradução própria, do inglês: “*due to the oil boom, Venezuelan defense budgets almost doubled in the period between 1967 and 1977, providing military officers with a quality of life that was only superseded by their counterparts in Canada and the United States (ibid., 46). However, this military economic boom also had a side effect. Both high-level military officers and politicians were involved in massive corruption under the guise of rearmament of military equipment, contributing to deepening divisions between high-level officers and more ideologically oriented junior officers. Moreover, the upper echelons of the military pegged themselves politically to the dominant political parties in order to position themselves for promotions and rewards, creating a climate of fierce internal competition and complacency towards politicians. This politization of promotions dismayed the junior corps, which were couched into upholding high ethical and professional standards with promotions based on merits.*”

que a política de controle civil foi efetiva, porque até o fim do século XX não foram aventados golpes de Estado no país, o que diverge em muito do contexto latino-americano da mesma época, mas, no entanto, a superação e a sucessão do modelo *puntofijista* tem nas Forças Armadas do país o seu mais importante propulsor. Daí surge o assunto a ser tratado na parte final deste capítulo: qual o papel das Forças Armadas enquanto governo democrático, uma vez que Hugo Chávez, apesar de não ser formalmente militar quando eleito<sup>102</sup>, teve seu berço nas Forças Armadas do país e nesse “novo militarismo” uma de suas pontes; e do mesmo modo perceber a nova configuração do corpo militar na vida social e política do país em todos os seus níveis.

### 3.3 AS FORÇAS ARMADAS ENQUANTO TEORIA E COMO PRÁTICA

Entender o papel das Forças Armadas no cenário político, econômico e social da Venezuela após a ascensão de Hugo Chávez ao poder, e da própria Revolução Bolivariana como direcionamento político-ideológico daqueles que governam o país, não pode ser um esforço feito única e exclusivamente a partir da análise dos mecanismos e instrumentos de controles interinstitucionais. Há que se perceber os muitos entroncamentos que permitiram a esse cenário ser um fato inédito na Venezuela e, devido às suas proporções, relativamente inédito na própria América Latina, onde é mais corrente localizar e perceber o alinhamento entre militarismo e conservadorismo.

Nesse sentido, faz-se importante dar um passo atrás na própria idealização do movimento bolivariano, na construção da figura de Chávez e da articulação para o sucesso da sua ascensão e, assim, poder tratar do entendimento do papel das Forças Armadas e as relações civil-militares no período chavista<sup>103</sup>. Portanto, a presente seção divide-se em duas partes mais ou menos definidas em que serão tratadas, respectivamente, a questão das Forças Armadas enquanto projeto e enquanto prática política.

---

<sup>102</sup> Faz-se importante pontuar que, devido à sua participação como líder da Rebelião de 1992, Chávez foi expulso das Forças Armadas do país e mesmo com o seu perdão no final da década de 1990, segundo o ordenamento militar, ele não poderia ser readmitido, devido à sua insurgência e insubordinação hierárquica, aspectos expressamente proibidos na conduta militar.

<sup>103</sup> Para méritos de desambiguação, considera-se o governo eleito de Nicolás Maduro como pertencente ao quadro do período chavista.

### 3.3.1 As Forças Armadas enquanto teoria

Hugo Chávez nasceu no estado de Barinas, uma região pobre da Venezuela. Assim como boa parte das crianças da sua cidade precisou trabalhar enquanto criança, no entanto, o que poderia ser até considerado fato raro uma vez que boa parte dessas pessoas largava os estudos diante das situações adversas da vida, Chávez seguiu, por influência e diligência de sua avó, os estudos. De tal sorte, foi exatamente esse aspecto de sua formação pessoal e intelectual que o distinguiu desde sua mais tenra idade, aliando uma formação acadêmica escolar formal e o profundo interesse e curiosidade individuais que o tornaram um autodidata em diversas outras áreas em paralelo, podendo ser considerado, até mesmo diante da situação em que se desenvolveu na sua infância, como uma criança superdotada (Ramonet, 2013).

Não bastasse a dedicação à sua formação intelectual, mesmo que muitas vezes de forma não-intencional, Chávez se dedicava aos esportes e às artes. Aficionado por beisebol pela música *ranchera*, Chávez, diante da sua inaptidão à música lançou-se ao sonho de virar jogador profissional daquele esporte. Foi exatamente a oportunidade de se lançar ao seu desenvolvimento no beisebol que o motivou a ingressar nas Forças Armadas do seu país no final da década de 1960, apesar de ainda ser muito relutante à ideia de sair de seu bairro e da sua cidade. No entanto, foi no seio das Forças Armadas que se construiu como pessoa e como político, revolucionando, antes de tudo a si mesmo, e tomando consciência de que o *status quo* não contemplava seus pares. Como aponta Ramonet (2013), uma das qualidades mais características de Chávez era o militarismo, afinal foi “na Academia [Militar] que aprendeu a mandar e a ser obedecido. (...) Foi o melhor cadete da sua geração. (...) A dimensão militar de sua formação era medular. Pois nesse ambiente que adquiriu um hábito intelectual que o distinguia: pensar a estratégia” (Ramonet, 2013: 20)<sup>104</sup>

A convergência de fatos foi também fundamental para que se forjasse politicamente nesse sentido. Como já foi apontado, apesar de se existir uma Academia Militar de formação na Venezuela desde o início do século XX, foi somente no início dos anos 1970 que houve uma expansão do foco acadêmico dessa instituição. No entanto, como aponta Stronen (2016),

essa reforma não apenas intelectualizou a educação militar, familiarizando os alunos com o pensamento político crítico e os escritores de esquerda, mas também expandiu seu contato com os círculos progressistas civis. O novo modelo educacional colocou grande ênfase sobre a honra, a disciplina e o auto-sacrifício, além de incitar

---

<sup>104</sup> Tradução própria, do espanhol: “*En la Academia aprendió a mandar y a ser obedecido. (...) Había sido el mejor cadete de su generación. (...) La dimensión militar de su formación era medular. Porque en esa forja adquirió un hábito intelectual que le distinguía: pensar la estrategia*”

sentimentos nacionalistas e patrióticos, inspirados pelo herói nacional venezuelano das Guerras da Independência, Simón Bolívar. Seus ensinamentos foram (em comparação com o pensamento dominante da época) igualitários e progressivos, além de anti-imperiais, aumentando a corrente esquerdista-progressista e nacionalista entre oficiais juniores - uma mudança que também representou uma mudança geracional nas Forças Armadas (Stronen, 2016: 11)<sup>105</sup>

Chávez fez parte exatamente dessa geração e se destacando entre seus pares. No entanto, não foi apenas o aspecto intelectual que representou sua guinada; a prática diária das Forças Armadas e o seu papel na sociedade da sua época foram fundamentais nesse processo. Em entrevista concedida a Gabriel García Márquez, em 1999, momentos antes de seu discurso de posse presidencial, Chávez narrou a virada do seu posicionamento, da intelectualidade à ação revolucionária, em meados dos anos 1970. Como narrou García Márquez (2013),

um helicóptero militar aterrissou no pátio do quartel com um carregamento de soldados recém-feridos numa emboscada da guerrilha. Chávez carregou nos braços um soldado com várias balas no corpo, apavorado. “Não me deixe morrer, tenente... dizia-lhe. Só deu tempo para o colocar numa ambulância. Outros sete morreram. Nessa noite, desacordado em sua rede, Chávez se perguntava: “O que é que eu faço aqui? De um lado, camponeses vestidos de militares torturam camponeses guerrilheiros, e do outro, camponeses guerrilheiros matam camponeses vestidos de militares. A essas alturas, com a guerra terminada, não tem o menor sentido ficarem uns atirando contra os outros”. E aí concluiu, no avião que nos levava a Caracas: “Foi essa a minha primeira crise existencial” (García Márquez, 2013)

Foi exatamente a partir dessa crise existencial que Chávez, no final da década de 1970, se lançou na luta revolucionária, principalmente se organizando em grupos de dissidentes dentro das próprias Forças Armadas do país. Os movimentos não alcançaram o devido sucesso e efetividade e não se sustentaram. No entanto, em 1983, em grande parte devido ao encontro de Chávez com outros pensadores, políticos e líderes civis e paramilitares venezuelanos como, por exemplo, Douglas Bravo e Alí Rodríguez Araque, Chávez fundou o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), um movimento de esquerda cujo principal projeto seria a formação de uma união civil-militar em torno da luta contra a oligarquia política e econômica do país e o seu "entreguismo", por eleições populares, pela reforma agrária e pela soberania do país.

Os anos 1980, como já foi apontado, foram anos de muita dificuldade econômica para o país depois do *boom petroleiro* dos anos 1970 e do massivo endividamento do período, de

---

<sup>105</sup> Tradução própria, do inglês: “*This reform did not only intellectualize military education, familiarizing students with critical political thinking and leftist writers, but it also expanded their contact with civilian progressive circles. The new educational model put strong emphasis on honor, discipline and self-sacrifice, as well as inciting deep nationalist and patriotic sentiments inspired by the Venezuelan national hero from the Wars of Independence, Simón Bolívar. His teachings were (in comparison with dominant thinking at the time) egalitarian and progressive as well as anti-imperial, adding to the nascent leftist-progressive and nationalist current amongst junior officers—a change that also represented a generational shift within the Armed Forces*”



modo que muitas políticas econômicas de “ajuste”, de corte neoliberal, foram tomadas. Nesse cenário, foi eleito, pela segunda vez, em 1988, Carlos Andrés Pérez, que, em seu primeiro mandato (1974-79), em muito viabilizado pela bonança da abundância de divisas, tomou medidas populares e nacionalistas, bem segundo a "cartilha" desenvolvimentista cepalina. No entanto, nos primeiros meses desse segundo mandato, guinou ideologicamente seu governo para a direita e, bem convergente com a agenda neoliberal, promoveu políticas antipopulares de austeridade econômica. Somada à conturbação dos cenários políticos e sociais interno e externo, a rigidez imposta por essa agenda, que gerou ainda mais cortes de gastos e maiores perdas exatamente sobre os segmentos mais vulneráveis da sociedade, não poderia resultar em algo que não a inconformidade da população.

Tal inconformidade figurou-se mais emblematicamente no levante popular que se deu, ainda em 1989, na capital Caracas, no que ficou historicamente conhecido como *Caracazo*, uma revolta popular cujo gatilho inicial foi a determinação do aumento do preço dos combustíveis na bomba, uma das medidas tomadas por Pérez no início do seu segundo mandato. Medida esta não apenas contrária à linha seguida pelo seu primeiro governo, mas também bastante divergente à campanha política que o elegeu, que evocava a volta aos anos de ouro da bonança petroleira. Tal insurgência popular foi duramente reprimida pelo governo e, entre cifras oficiais e não-oficiais, deixou de 276 a 3000 mortos.

Para além da barbaridade da repressão governamental e da sua brutalidade, o *Caracazo* teve um efeito catalisador da vontade popular e irradiou esse efeito pelo país, a insatisfação se tornava evidente e a demanda por mudanças institucionais já tinha boa base popular. Tal aspecto foi percebido pelos movimentos revolucionários do país. O MBR-200 esteve por trás de algumas sublevações nos anos 1970 e 1980, mas a sua principal atuação foi na organização das insurgências de 1992, de tal sorte, como aponta Richard Gott (2004, *apud* BARROS, 2007),

as reformas neoliberais de Carlos Andrés Pérez seguiam e, em fevereiro de 1992, após aprovar a Lei de Privatizações, um grupo de militares de baixa patente, liderados pelo tenente-coronel Hugo Chávez, fracassou na tentativa de derrubar o governo por meio de um golpe militar. Os participantes do movimento armado foram presos; em novembro do mesmo ano, porém, ocorreu nova tentativa de golpe, agora muito mais violenta, liderada pelo vice-almirante Hernán Grüber. Ambas as tentativas não tiveram imediato apoio popular, porém Hugo Chávez, mesmo preso, se converteu na principal referência de oposição ao bipartidarismo venezuelano (Gott, 2004, *apud* 2007: 84)

Faz-se importante notar que o fracasso das tentativas de tomada do poder por fora da via democrática eleitoral por Chávez e seus companheiros foi um fracasso apenas em termos de não ter conseguido ascender à presidência, mas, no entanto, nos mais diversos aspectos,

desde a organização social em torno da contestação da situação, quanto a própria projeção de Chávez como a personificação desses anseios e da vontade popular, gerou bons frutos para que se consolidasse o projeto político bolivariano, agora cada vez mais por vias democráticas. Como cita Ramonet (2013) em artigo escrito ao *Le Monde Diplomatique*, em 1992, "O Comandante Hugo Chávez, chefe do Movimento Bolivariano Revolucionário, se converteu no homem mais popular do país, venerado nos bairros populares, glorificado nos muros das cidades" (Ramonet, 2013: 28)<sup>106</sup> e como aponta Harnecker (2003, *apud* BARROS, 2007), ao citar o próprio Chávez em entrevista concedida a ela,

na prisão de Yare havíamos continuado elaborando, aprofundando as ideias sobre a Constituinte. E alguns setores civis, acadêmicos, intelectuais, continuaram escrevendo sobre o tema. (...) Para isso nos pusemos a estudar os teóricos do Poder Constituinte. (...) Foi assim que fomos amadurecendo a ideia, a semente plantada em 4 de fevereiro. Pouco a pouco foi adquirido uma projeção histórica, porque então começamos a falar de "processo constituinte" e não só de Assembleia Constituinte. Uma das importantes lições que aprendemos do que ocorreu na Colômbia é que lá realmente não houve um processo, foi um fato pontual que chegou a ser dominado pelo Estado imperante, pelo poder constituído. Realmente não houve a autonomia do poder constituinte (Harnecker, 2003, *apud* 2007: 103)

O governo de Rafael Caldera que se seguiu ao insucesso e à impopularidade do governo de Carlos Andrés Pérez assumiu uma Venezuela perdida. Não havia mais abundância de divisas como antes, havia uma pressão de demanda por produtos, a maior parte importados; a dívida externa já tinha tomado maiores proporções; os conflitos político-econômico-sociais internos se acirravam e para governar seria necessário escolher lados. Já naquele momento uma conciliação dos interesses do povo e do capital já não seria tão facilmente conseguida, muito devido à divergência de propósitos. A opção pelo que ficou conhecido como "Agenda Venezuela", grosso modo uma cartilha de ajustes indicada pelo Fundo Monetário Internacional para salvar a saúde econômica do país e viabilizar empréstimos de estabilização, mostrou claramente o lado escolhido. Como descreveram Ellner e Hellinger (2003, *apud* BRUCE, 2016),

este decênio [década de 1990] doloroso, de mudanças políticas, instabilidade e ingerência militar na Venezuela, contrastou com a própria história e com a situação no resto da América Latina. As desordens ocorridas no país depois de 1989 eram pouco previsíveis, considerando seus 30 anos de estabilidade a partir de 1958 e a suposta força de suas instituições políticas. Em contraste com Argentina, Peru e Chile [e também o próprio Brasil] onde os eleitores reelegeram os presidentes em exercício no poder ou as coalizões do governo, a implementação de políticas neoliberais na

---

<sup>106</sup> Tradução própria, do espanhol: "El comandante Hugo Chávez, jefe del Movimiento Bolivariano Revolucionario, se ha convertido en el hombre más popular del país, venerado en los barrios populares, glorificado en los muros de las ciudades"

Venezuela foi a chave da desestabilização política. (ELLNER; e HELLINGER, 2003, *apud* BRUCE, 2016: 59)

Aliada à impopularidade das medidas de política econômica do governo, tal foi a projeção de Chávez como representante dos anseios populares por mudança que não restou outra alternativa ao governo do que reverter sua condenação. Em outras palavras, a cada dia que Chávez passava na cadeia, mais forte se tornava o mito e mais intensos se tornavam os clamores populares por sua soltura, ou, como Ignacio Ramonet (2013) bem descreve os fatos, "uma das primeiras medidas tomadas pelo presidente Rafael Caldera foi soltar, no dia 26 de março de 1994, ao "herói popular, adorado nos 'ranchos'", Hugo Chávez" (2013: 31)<sup>107</sup>.

Uma vez liberto, Chávez, em sua primeira viagem após o encarceramento, viajou para Cuba, onde encontrou com Castro. Fato é que depois do fracasso do golpe a via armada foi posta de lado em detrimento da organização política. A luta agora não seria mais feita na base da guerrilha armada de armas, mas na "guerrilha de ideias", ou seja, uma política de massas, cara a cara com o povo, observando, analisando e discutindo a realidade do povo e a natureza das suas demandas. Como bem lembra Ramonet (2013),

Chávez dedicou-se [depois de voltar de Cuba], com um punhado de companheiros (entre eles Nicolás Maduro) a viajar pela Venezuela, mergulhando nas suas profundezas rurais, dialogando com os humildes e os esquecidos. Ele defendeu uma idéia: para remover o país do pântano, uma mudança radical na Constituição e a fundação de uma nova República são impostas. (2013: 31)<sup>108</sup>

Faz-se necessário, aqui, novamente, destacar a notabilidade, desde o princípio de constituição de tais movimentos, da presença de referência a figuras históricas e mitos políticos como, por exemplo, Simón Bolívar, que liderou processos de independência não apenas da Venezuela, mas de outros países no continente, no início do século XIX; Simón Rodríguez, professor de Bolívar, que sempre advogou pela construção de uma identidade própria latino-americana em contraposição à imitação de identidades dos países centrais, assim como por uma universalização da educação; e Ezequiel Zamorra, líder popular do século XIX, que se opunha veementemente à oligarquia e defendia que os movimentos de camponeses e militares deveriam lutar pela reforma agrária e pela democracia direta. No entanto, é inegável o maior enfoque na figura de Bolívar, como representante maior da

---

<sup>107</sup> Tradução própria, do espanhol: "*una de las primeras medidas tomadas por el presidente Rafael Caldera, había sido excarcelar, el 26 de marzo de 1994, al "héroe popular, adorado en los 'ranchos'", Hugo Chávez*"

<sup>108</sup> Tradução própria, do espanhol: "*Chávez se dedicó después [de volver de Cuba], con un puñado de compañeros (entre ellos Nicolás Maduro) a recorrer Venezuela, sumergiéndose en sus profundidades rurales, dialogando con los humildes y los olvidados. Defendía una idea: para sacar el país del atolladero se impone un cambio radical de Constitución y la fundación de una nueva República.*"

libertação de amarras do país e do seu povo. Tal enfoque pode ser percebido em todas as falas de Chávez ao povo e um belo exemplo pode ser encontrado no seu discurso de posse presidencial em 1999:

trata-se de reconhecer o que é grande em nós - também Miguel Miguel Astúrias, quando disse cantando a Bolívar: "homens como você, Libertador, não morrem, capitão, mas fecham os olhos e vigiam". É reconhecer índio Choquehuanca - Presidente Fujimori - quando cantou para Bolívar e disse: "sua glória crescerá com o tempo, à medida que a sombra cresce quando o sol se põe". Ou é correto reconhecer a José Martí - Presidente Castro - quando disse: "agora é quando Bolívar ainda tem que fazer na América, porque o que ele não fez, ainda não está feito". Não é então mera retórica, nossa bolivarianidade, não. É uma necessidade imperiosa de todos os venezuelanos, de todos os latino-americanos e do Caribe - fundamentalmente - ir atrás, buscar nas chaves ou nas raízes de nossa própria existência a fórmula para sair desse labirinto, terrível labirinto em que todos nós estamos, de um jeito ou de outro. (...) É assim que estamos, nós os venezuelanos, hoje, temos que olhar o passado para tentar desvendar os mistérios do futuro, resolver as fórmulas para resolver o grande drama venezuelano de hoje. E olhando para o passado neste dia crucial para a República, para a Nação, para a história venezuelana; neste dia, que não é um dia qualquer; nesta transmissão de comando presidencial, que não é apenas mais uma transmissão de comando presidencial, não. É a primeira transmissão de comando de uma nova era. É o abrir a porta para uma nova existência nacional. Tem que ser assim! (EFICEM, 2013: 6-7)<sup>109</sup>

Nesse sentido, "Chávez, desta forma, buscava em Bolívar a legitimação de seu projeto político. Em grande medida, o presidente venezuelano propunha uma espécie de retomada do projeto nacional dos "fundadores da pátria", sendo Bolívar o personagem central" (SCHEIDT, 2013: 178). Na essência, o que objetivava Chávez era uma nova independência, do povo contra a oligarquia egoísta e da Venezuela contra o imperialismo estadunidense e os interesses do grande capital. Os interesses do povo se tornaram a pauta obrigatória do movimento revolucionário, há que se lembrar da perene necessidade de apoio popular desde os plebiscitos de 99 até os últimos momentos do seu governo. Chávez se fazia a figura do povo, sua representação, muito mais até que apenas seu líder.

---

<sup>109</sup> Tradução própria, do espanhol: "*se trata de reconocerle razón al grande de nosotros –también que fue Miguel Ángel Asturias, cuando dijo cantándole a Bolívar: "los hombres como tú, Libertador, no mueren, capitán, sino que cierran los ojos y se quedan velando". Es reconocerle razón al indio Choquehuanca – presidente Fujimori –, cuando le cantó a Bolívar y le dijo: "Tu gloria crecerá con el tiempo, como crece la sombra cuando el Sol declina". O es reconocerle razón a José Martí –presidente Castro– cuando dijo: "... Ahora es cuando Bolívar tiene que hacer en América todavía, porque lo que no hizo él, sin hacer está todavía". No es entonces mera retórica, nuestra bolivarianidad, no. Es una necesidad imperiosa para todos los venezolanos, para todos los latinoamericanos y los caribeños –fundamentalmente– rebuscar atrás, rebuscar en las llaves o en las raíces de nuestra propia existencia, la fórmula para salir de este laberinto, terrible laberinto en que estamos todos, de una o de otra manera. (...). Así estamos los venezolanos de hoy, tenemos que mirar el pasado para tratar de desentrañar los misterios del futuro, de resolver las fórmulas para solucionar el gran drama venezolano de hoy. Y mirando hacia el pasado en este día crucial para la República, para la Nación, para la historia venezolana; en este día, que no es un día más; en esta transmisión de mando presidencial, que no es una transmisión de mando presidencial más, no. Es la primera transmisión de mando de una época nueva. Es el abrir la puerta hacia una nueva existencia nacional, tiene que ser así ¡Es obligatorio que sea así!"*

A grande força de Chávez foi que sua ação foi direcionada sobretudo ao social (saúde, alimentação, educação, moradia), que mais interessa aos venezuelanos humildes (75% da população). Ele refundou a Venezuela, descolonizou-a, deu a milhões de pobres, que nem sequer tinham documentos, o status de cidadãos, tornando visível o "invisível". (...) Todas essas ações, realizadas ininterruptamente, explicam o apoio popular de que sempre gozou Chávez. (RAMONET, 2013: 49-50)<sup>110</sup>

Assim se lançou a Revolução Bolivariana na Venezuela, não poderia ser diferente, com indiscutível apoio popular, haja visto o massivo apoio nas votações dos plebiscitos populares de 1999, se votou a Assembleia Constituinte e a Constituição Federal da V República venezuelana, a República Bolivariana da Venezuela. A reação da elite contra essa aliança, como era de se esperar, veio a galope; mas, no entanto, o seu resultado, a rápida derrota do Golpe e o modo como foi feito, foi fundamental para mostrar ao mundo os alicerces da Revolução. Como bem narra Ramonet (2013),

Voltei a me encontrar com Chávez em distintas ocasiões. Em particular, alguns dias antes do golpe de estado de 11 de abril de 2002, quando um pronunciamento iminente estava sendo proferido em Caracas. Sem escrúpulos, a imprensa dominante descreveu o presidente como "ditador", até "Hitler" (...) Menos de uma semana depois, como é sabido, um golpe militar-midiático, apoiado por Washington, estava tentando derrubá-lo. Chávez estava prestes a ser fuzilado pelos golpistas. (...) Mas o povo indignado se lançou às ruas para defendê-lo e resgatá-lo. Ele voltou ao poder em menos de 48 horas, sem um sentimento de vingança, dando um exemplo impressionante de generosidade e responsabilidade. Depois, haveria "o golpe petrolero", várias tentativas de assassinato e numerosas campanhas internacionais de diabolização. Chávez - que costumava citar uma frase de Trotsky: "a revolução precisa do chicote da contra-revolução" - aproveitou cada um desses ataques para enraizar seu projeto político. Sempre em um quadro democrático, submetendo continuamente qualquer nova proposta ao voto popular. Desde 1999, sem dúvida batendo um recorde mundial, Chávez passou por uma quinzena de consultas populares de todos os tipos, cujo caráter democrático foi confirmado por respeitadas organismos internacionais. (Ramonet, 2013: 42-43)<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> Tradução própria, do espanhol: *"La gran fuerza de Chávez fue que su acción se dirigió ante todo a lo social (salud, alimentación, educación, vivienda), lo que más interesa a los venezolanos humildes (75% de la población). Refundó Venezuela, la descolonizó, le dio a millones de pobres, que ni tenían papeles, el estatuto de ciudadanos haciendo así visibles a los "invisibles". (...) Todas estas acciones, llevadas a cabo de manera ininterrumpida, explican el apoyo popular del que siempre gozó Chávez"*

<sup>111</sup> Tradução própria, do espanhol: *"volví a encontrarme con Chávez en distintas ocasiones. En particular a, unos días antes del Golpe de Estado del 11 de abril de 2002 cuando en toda Caracas se hablaba de un pronunciamiento inminente. Sin reparos, la prensa dominante calificaba al presidente de "dictador", incluso de "Hitler"... (...) Menos de una semana después, como es sabido, un golpe mediático-militar, apoyado por Washington, trataba de derrocarlo. A punto estuvo Chávez de ser fusilado por golpistas. (...) Pero el pueblo indignado se lanzó a la calle a defenderle y a rescatarle. Regresó al poder en menos de 48 horas, sin ánimo de venganza, dando un impresionante ejemplo de generosidad y de responsabilidad. Luego vendría "el golpe petrolero", varias tentativas de asesinato y numerosas campañas internacionales de diabolización. Chávez - que citaba a menudo una frase de Trotsky: "la revolución necesita el látigo de la contrarrevolución" - aprovechó cada uno de estos ataques para ir radicalizando su proyecto político. Siempre en un marco democrático, sometiendo continuamente toda nueva propuesta al voto popular. Desde 1999, batiendo sin duda un récord mundial, Chávez se sometió a una quincena de consultas populares de toda índole, cuyo carácter democrático fue confirmado por respetadas instancias internacionales."*

A base da Revolução estava não apenas na construção da figura de Chávez como não apenas representante do povo, mas principalmente como o próprio povo. A sua solidez assentada sobre a consistente aliança e convergência entre o governo revolucionário eleito e os interesses do povo. Neste jogo que se inseriram as Forças Armadas em uma esfera de cooperação com o povo. Está aí o principal diferencial do papel do militarismo em Chávez, um militarismo participativo da vida social, de raízes sociais e populares. As Forças Armadas como um projeto do povo e para o povo e não contra ele, não como uma instituição a ser controlada, mas a ser absorvida como parte integrativa do cotidiano, e assim se deu, e ainda se dá em larga medida. Portanto, na seção a seguir serão destrinchados de que modo essa integração se deu e como a relação civil-militar aconteceu dentro do bolivarianismo.

### 3.3.2 As Forças Armadas como prática política.

Chávez tinha consciência da tensão existente na relação entre a sociedade civil e os militares. Não obstante a tradição histórica de perpetuação das desigualdades na formação social do país, mas também a própria atuação no presente justificavam a centelha de dúvida entre a população. Do lado oposto, ainda persistia a perene tensão acerca da submissão e o dilema da proteção/força que nutria ambos os lados de certa animosidade, mas que também foi sempre o motivo pelo qual o alto escalão militar recebia seus “benefícios paralelos” enquanto o grosso do efetivo militar ainda permanecia em condições menos favoráveis.

O ponto é que Chávez tinha uma certeza enraizada no seu projeto político: a união, o pacto civil-militar; e para isso, instrumentalizou sua atuação política com uma série de atitudes favoráveis nesse sentido e ressignificou a própria *raison d'être* das Forças Armadas do seu país. Assim como aponta Giantomasi (2019), o presidente venezuelano pôs como tarefa fundamental dos militares o combate à pobreza, alinhando-a à questão do desenvolvimento do país e cita o próprio Chávez ao apontar:

A segurança da nação baseia-se no seu desenvolvimento integral, ou seja, uma nação com um estado de pobreza em que a Venezuela tem estado, salvo redundância, nas últimas décadas, é uma nação absolutamente insegura e instável. Portanto, essa incorporação das Forças Armadas Nacionais nas tarefas do desenvolvimento integral do país é parte fundamental da existência das Forças Armadas, é agora nesta nova etapa que uma verdadeira revolução nacional começa na Venezuela. (Chávez, 2004 *apud*. Giantomasi, 2019: 222)<sup>112</sup>.

---

<sup>112</sup> Tradução própria, do espanhol: “*La seguridad de la Nación se fundamenta en el desarrollo integral de la misma, es decir, una Nación con un estado de pobreza en la que Venezuela ha estado, valga la redundancia, en*

Ao mesmo tempo em que tinha no socialismo democrático uma das bases do sistema político que defendia, uma democracia de fato representativa que levasse o povo à esfera de tomada de decisões no governo, Chávez fundamentou-se na união do povo com as Forças Armadas e, assim, como exprime Ramonet (2013), ele revolucionou a revolução latino-americana. No entanto, vale apontar que o caso *sui generis* das Forças Armadas da Venezuela, notadamente em seu aspecto formacional, foi também fundamental para que o plano de Chávez se tornasse viável, para além do próprio modo pelo qual surgiu e foi posteriormente votado. Stronen (2016), citando Harnecker (2003), resume bem esse contexto em sete pontos:

Harnecker (2003) argumentou que os militares venezuelanos tinham sete características distintas que o distinguiam de seus pares nos países vizinhos, tornando-o receptivo ao apoio a Chávez. Primeiro, foi profundamente influenciado pelos ensinamentos de Simón Bolívar e suas idéias sobre soberania nacional e popular. Segundo, a geração militar iniciada por Chávez não foi treinada na *US School of Americas*, mas na Academia Militar da Venezuela. Terceiro, eles enfrentaram de maneira bem limitada a insurgência guerrilheira e, portanto, não tiveram uma doutrinação da ideologia "anticomunista" da Guerra Fria, como havia acontecido em muitos outros países. (...) Quarto, as Forças Armadas venezuelanas não eram controladas por uma casta militar de elite, mas eram um caminho para uma potencial mobilidade social. Quinto, o levante popular do *Caracazo* – assim chamado – em 1989 politizou muitos dos oficiais juniores, tornando-os solidários à política de tendência de esquerda, anti-elite. Sexto, a década anterior ao *Caracazo*, caracterizada por um forte crescimento das desigualdades socioeconômicas, já havia começado a radicalizar os oficiais juniores. E sétimo, a tentativa de Chávez de reformular as Forças Armadas, eleitas em 1998, deu a elas um novo objetivo e um local para canalizar a frustração acumulada ao longo das décadas anteriores (Stronen, 2016: 10-11)<sup>113</sup>

É provável que as Forças Armadas do país tenham se tornado quase que um “partido político” de Chávez, fato evocado constantemente pela oposição, uma vez que o apoio e a admiração por Chávez nos círculos militares eram claros, de modo que pode ser considerada

---

*las últimas décadas, es una Nación absolutamente insegura, inestable. Por tanto, esa incorporación de la Fuerza Armada Nacional a las tareas del desarrollo integral del país, son parte fundamental de la existencia de la Fuerza Armada, ahora en esta nueva etapa cuando en Venezuela ha comenzado una verdadera revolución nacional”.*

<sup>113</sup> Tradução, do inglês: “Harnecker (2003) has argued that the Venezuelan military had seven distinct traits that distinguished it from its counterparts in neighboring countries, making it receptive to supporting Chávez. First, it was deeply influence by the teaching of Simón Bolívar and his ideas about national and popular sovereignty. Second, the military generation beginning with Chávez was not trained in the US School of the Americas, but in the Venezuelan Military Academy. Third, they had to a very limited extent faced guerilla insurgency, and thereby an indoctrination of Cold War “anti-communist” ideology, as had happened in many other countries. (...) Fourth, the Venezuelan military was not controlled by an elite military cast, but was rather an inroad for potential social mobility. Fifth, a uprising Caracazo popular —the so-called—in 1989 politicized many of the junior officers, making them sympathetic to leftist-leaning, anti-elite politics. Sixth, the decade prior to the Caracazo, which was characterized by a steep growth in socio-economic inequalities, had already started to radicalize junior officers. And seven, Chávez bid for reshaping the armed forces once elected in 1998 gave them a new purpose and a venue for channeling accumulated frustration throughout the preceding decades”

“a estrutura organizada que mais apoiou o projeto revolucionário”<sup>114</sup> (Salzar, 2009, *apud*. Coletta, 2010: 847). Diferentemente do processo de profissionalização das Forças Armadas observado nas décadas anteriores de presidência civil, o que Chávez propôs com a Constituição de 1999<sup>115</sup> e demais referendos relacionados ao tema foi politizar as Forças Armadas, deu aos militares voz na política, os tornou parte da esfera política e de tomada de decisão no país; uma forma de controle subjetivo, como apontado por Huntington (2010) e Irwin (2006). No entanto, diferentemente do que previram estes autores, esta forma de controle civil-militar não pôs em xeque nem foi uma armadilha ao desenvolvimento da democracia no país. Pelo contrário, o que se observou nesse período foi o maior engajamento civil nas esferas de tomada de decisão, assim como se observou uma maior participação dos militares no dia a dia do povo venezuelano.

A opção de Chávez, principalmente levando-se em consideração que seu projeto político ia contra os interesses estratégicos da maior potência mundial, inclusive em uma área de hegemonia tida como irrevogável diante do imperativo geoestratégico de defesa estadunidense, foi de coordenar os aspectos de profissionalização e de politização das Forças Armadas. Dessa maneira, ao mesmo tempo Chávez propunha um corpo militar forte e bem preparado para os objetivos de defesa da soberania e segurança nacional e um corpo militar participativo na política, de modo a tornar os custos de oportunidade de se quebrar a ordem institucional bastante altos. Como aponta Trinkunas (2005), a ideia seria a “integração do elemento militar na política interna e o foco no emprego dos recursos estatais para servir aos seus principais eleitores – os pobres”<sup>116</sup> (Trinkunas, 2005: 56). Ou, de outra maneira, como aponta Coletta (2010),

Documentos públicos do *Ministerio del Poder Popular para la Defensa* da Venezuela indicam que Chávez realmente escolheu um sistema coordenado. Blocos militares, sob planejamento e controle operacional de um comando estratégico, têm o que se chamou de “dependência operacional” diretamente no comandante-chefe. Essas mesmas organizações militares têm “dependência administrativa” do ministério da defesa, mas são representadas no mesmo nível de autoridade como dois pedestais iguais - apenas um passo abaixo do presidente Chávez. (Coletta, 2010: 853)<sup>117</sup>

---

<sup>114</sup> Tradução própria, do inglês: “*the most highly organized structure supporting the revolutionary project.*”

<sup>115</sup> Em linhas gerais, a nova Constituição deu aos militares da ativa o direito ao voto e a possibilidade de desempenhar cargos públicos sem perder seu cargo e sua patente militar.

<sup>116</sup> Tradução pessoal, do espanhol: “*la integración del elemento militar em política interna, y el enfoque del empleo de los recursos estatales para servir a los electores principales – los pobres*”

<sup>117</sup> Tradução própria, do inglês: “*Public documents from Venezuela’s Ministerio del Poder Popular para la Defensa (Ministry of Popular Power for Defense) indicate Chávez indeed chose a coordinate system. Military blocks, under planning and operational control of a strategic command, have what is termed “operational dependence” directly on the commander-in-chief. These same military organizations have “administrative*



Muito da estabilidade institucional do país residia também na lealdade pessoal, não apenas, mas principalmente, dos militares de alta patente a Chávez e ao projeto revolucionário. Isso se deu bastante pelo acordo tácito que balanceava indicações verticais diretas e o respeito à autonomia decisória em algumas esferas dentro das próprias Forças Armadas. Dessa forma, Chávez poderia retirar militares opositoristas do Alto Comando e mesmo assim não gerar um sentimento revanchista geral entre os militares. Fato é que, quando testada, essa lealdade se mostrou bastante evidente, como, por exemplo, no caso do golpe empresarial-midiático, apoiado pelos Estados Unidos, de 2002.

Notadamente, a aliança civil-militar proposta por Chávez já foi posta em prática nos primeiros anos de seu governo com o *Plan Bolívar 2000* que foi um plano de assistência imediata às camadas mais vulneráveis da população venezuelana que contou com massiva participação de militares para chegar a todos os cantos do país e que levou a esta parcela da população alimentos subsidiados, consultas médicas e dentárias, produtos de higiene e corte de cabelo, entre outras coisas.

No entanto, foi a partir de 2005, com a aprovação da *Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional* (LOFAN) que se deu contornos mais definidos à participação dos militares no projeto revolucionário bolivariano, assim como tornou mais efetivo o controle civil pelo Executivo das Forças Armadas. Como aponta Vera e Ramos (2016), pela LOFAN

o Executivo estabeleceu dois novos órgãos: a Milícia Bolivariana e a Guarda Territorial, sob o Comando Geral da Milícia Bolivariana. Ambas as instituições são separadas do comando regular e dispostas sob o comando direto do Presidente. Isso também permitiu um contrapeso às FF.AA. formais e reduziu a importância da Reserva Nacional, que ao contrário eram treinadas e comandadas por forças tradicionais como o Exército.<sup>118</sup> (Vera e Ramos, 2016: 246)

Entender a relação do governo com as Forças Armadas e com outras forças paralelas é fundamental para entender de que forma se construiu essa complementaridade e sustentabilidade. A LOFAN não foi a única nem a primeira mudança institucional apresentada pelo governo nessa direção. Antes, em 2000, Chávez já tinha alterado o regimento militar para permitir que mulheres ingressassem nas Forças Armadas do país, algo até então proibido. De maneira análoga, o governo Chávez sempre fez questão de por militares em cargos da

---

*dependence” on the defense ministry, but they are depicted at the same level of authority like two equal pedestals—just one step below President Chávez.”*

<sup>118</sup> Tradução própria, do espanhol: “*el Ejecutivo estableció además dos nuevos cuerpos: la Milicia Bolivariana y la Guardia Territorial, bajo el Comando General de la Milicia Bolivariana. Ambas instituciones quedan separadas del mando regular y dispuestas bajo el mando directo del Presidente. Esto permitía, además, contar con un contrapeso a las FF.AA. formales y reducía la importancia de la Reserva Nacional, que por el contrario era entrenada y comandada por las fuerzas tradicionales como el Ejército.*”

administração pública, seja diretamente no governo ou em empresas estatais, de modo que de certa forma diluiu as tensões evocadas pela tradição acadêmica acerca das relações civis-militares, trazer para dentro ao invés de “controlar”. Essa mudança de direcionamento, de fato, teve uma positivação na LOFAN, na *Ley Orgánica de la Fuerza Armada Bolivariana* (LOFANB), de 2008, e na reforma da LOFANB aprovada em 2011; no entanto, era uma prática corrente e evocada desde o início do governo como podemos observar. Ganhar a lealdade deste setor era imperativo para Chávez<sup>119</sup> e como vemos hoje foi um movimento sábio.

Não obstante, há que se mencionar o papel das Forças Armadas no novo plano estratégico de política externa do governo. Chávez não se furtou em se pôr como anti-imperialista e contrário à dominação estadunidense aos povos latino-americanos. A Constituição de 1999, em seu artigo 153º evocava: “A República promoverá e favorecerá a integração da América Latina e do Caribe, a fim de avançar para a criação de uma comunidade de nações, defendendo os interesses econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais da região”.

De certo, não se tratou apenas de discurso e Chávez, uma vez estabelecido e consolidado na presidência do país não mediu esforços para não apenas pôr esse projeto em prática, como também, principalmente, se pôs como líder desse processo. Nesse âmbito, Chávez lançou a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) e a Petrocaribe, inclusive esta se tratou de uma aliança objetiva com pequenos países do Caribe, região tida como de hegemonia irrevogável pelos EUA, em que a Venezuela vendia petróleo a condições preferenciais a esses países, garantindo sua segurança energética, assim como em alguns casos financiou a construção de refinarias, oleodutos, hidrelétricas, entre outras coisas. No âmbito geral da América Latina, o governo venezuelano também se pôs em posição protagônica junto com Brasil e Argentina em iniciativas como a Unasul e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), importantes fóruns de discussão e promoção de uma política latino-americana integrada. Além disso, Chávez fez questão de ingressar no Mercosul, o que aconteceu em 2012, como forma de estreitar laços com as maiores economias da região.

---

<sup>119</sup> “Outra prática comum para conquistar a lealdade do setor militar foi decretar aumentos salariais anuais contínuos entre 30%, 40% e 50%, juntamente com sistemas de preferência de crédito para a aquisição de residências, veículos e eletrodomésticos, de origem chinesa. Isso gerou uma diferença notável entre os salários ganhos pelos militares e outras profissões” (Vera; e Ramos, 2016: 247, *tradução própria, do espanhol*)

Há que se ter claro que o papel das Forças Armadas nesse processo não foi passiva. Na relação com os países da região muita troca esteve envolvida, desde treinamento, inteligência e apoio militar propriamente dito. Exemplo desta atuação foi a própria *Brigada Internacional Cívico-Militar de Rescate y Asistencia Humanitaria Simón Bolívar* (BICMRAH), criada em 2004, cujo espaço de atuação foi exatamente o Caribe, em países como Granada, Jamaica, Cuba, Dominica, y Santa Lucía, evidenciando exatamente a intenção de se criar cada vez mais expressivamente uma área de influência direta venezuelana na região.

Por fim, uma última variável de análise merece destaque: a atuação dos militares nas *misiones*, talvez uma das políticas de maior sucesso e resultado no governo Chávez, cujo sucesso em muito se baseou na atuação dos militares nessas iniciativas. Atualmente há um Sistema Nacional de Missões<sup>120</sup>, fundado em 2013, após a morte de Chávez e em sua homenagem. No entanto, as *misiones*, na sua origem, foram uma série de programas sociais que seguem em funcionamento até hoje. São programas relacionados a segurança alimentar, acesso amplo a serviços de saúde e educação. Habitação digna e segura, entre outros aspectos.

As *misiones* tidas como de maior destaque, alcance e sucesso são a *Mision Barrio Adentro*, a *Mision Mercal*, a *Mision Robinson*. A *Mision Mercal* tem por objetivo fornecer alimentos e bens básicos em condições preferenciais e subsidiadas pelo governo de modo a garantir a segurança alimentar, principalmente à parcela da população mais vulnerável. A *Mision Robinson*, em paralelo a outras *misiones* da área da educação como a *Mision Sucre* e *Mision Ribas*, e em conformidade com o Plano Nacional de Alfabetização, objetivou ensinar a ler e a escrever à população analfabeta do país pelo método cubano *Yo, sí puedo*, adaptado à realidade venezuelana e separado por diferentes níveis de instrução originária. Vale destacar que a UNESCO declarou a Venezuela “livre do analfabetismo” já em 2005, o que demonstrou extrema rapidez e sucesso do programa. A *Mision Barrio Adentro*, a primeira lançada por Chávez, em 2003, objetivou levar serviços de saúde à população dos *barrios*, as zonas mais pobres do país, regiões que historicamente foram alijadas de um serviço de saúde pública formal e eficiente. Notadamente, esta *mision* se fez pela construção de consultórios e clínicas

---

<sup>120</sup> Sob o SNM, hoje, funcionam 35 *misiones*: *Gran Misión a Toda Vida Venezuela*; *Gran Misión Hijos de Venezuela*; *Gran Misión Cristo – Pobreza Cero*; *Misión Sucre*; *Misión Sonrisa*; *Misión Ribas*; *Misión Revolución Energética*; *Misión Piar*; *Misión Niño Jesús*; *Misión Niños y Niñas del Barrio*; *Misión Negra Hipólita*; *Misión Música*; *Misión Miranda*; *Misión Milagro*; *Misión Mercal*; *Misión José Gregorio Hernández*; *Misión Identidad*; *Misión Guaicaipuro*; *Misión Cultura Corazón Adentro*; *Misión Ciencia*; *Misión Che Guevara*; *Misión Barrio Nuevo, Barrio Tricolor*; *Misión Barrio Adentro Deportivo*; *Misión Asfalto*; *Misión Alma Mater*; *Misión Árbol*; *Misión Alimentación*; *Misión 13 de abril*; *Gran Misión Saber y Trabajo*; *Misión Madres del Barrio*; *Misión Robinson*; *Gran Misión en Amor Mayor Venezuela*; *Misión Barrio Adentro*; *Gran Misión Vivienda Venezuela*; *Misiones Sociales*.

populares, ambulatórios rurais e urbanos, centros de diagnósticos por imagem, centros de reabilitação, clínicas odontológicas, e farmácias, centros de vacinação e óticas populares, em regiões de acesso difícil ou restrito.

A que se ter em conta que o sucesso das *misiones* não foi resultado único e exclusivo do Executivo venezuelano. A assistência internacional em termos de produtos e pessoal qualificado foi fundamental. O governo cubano, maior parceiro nestes programas, por exemplo, proveu cerca de 13 mil pessoas das mais diversas especializações para o programa das *misiones*, em troca de uma quantidade significativa de petróleo e condições especiais para aquisição. Outro ator alheio, mas não tanto, ao poder executivo do país, a PDVSA, foi a principal financiadora das *misiones*, chegando a investir cerca de 14 bilhões de dólares anuais nos programas, de modo que vale destacar novamente que isso só foi possível diante da estratégia do nacionalismo dos recursos naturais apresentada e discutida anteriormente.

No entanto, há que se destacar o papel dos militares, com participação mais expressiva das Milícias Bolivarianas, em absolutamente todas as *misiones*. Foram os militares os responsáveis pela maior parte da logística e em muitos casos atuaram, e atuam, na própria operação funcional das *misiones* tanto na sua instalação quanto no funcionamento diário. Na *Mision Robinson*, por exemplo, alguns militares atuaram como alfabetizadores ao lado de civis venezuelanos e cubanos. Foi através das *misiones*, inclusive, que as forças militares se aproximaram do povo, principalmente os venezuelanos em situação mais vulnerável, e estiveram em contato direto com suas demandas. Não apenas fortalecendo a instituição, mas principalmente modificando e ressignificando um imaginário que era preenchido por um histórico de opressão e negação. Como disse Hugo Chávez, em 2005

Ahora para gloria de nuestra fuerza armada y de nuestras raíces, para gloria de nuestras raíces militares, para gloria de nuestras tradiciones libertadores tenemos otra fuerza armada, tenemos un Ejército, tenemos una Marina, una Aviación y una Guardia Nacional que han vuelto a retomar sus raíces originarias y hoy no están para atropellar al pueblo sino para luchar junto al pueblo por la liberación de Venezuela y por el desarrollo de Venezuela.<sup>121</sup> (Chávez, 2005, *apud*. Giantomasi, 2019: 222)

E assim os militares se tornaram parte do sustentáculo que manteve a revolução bolivariana de pé. Não mais como governo, nem sujeitados ao controle civil. Chávez trouxe as Forças Armadas para o governo e para o dia a dia da Venezuela, ressignificando padrões

---

<sup>121</sup> Tradução própria, do espanhol: "*ahora para gloria de nuestra fuerza armada y de nuestras raíces, para gloria de nuestras raíces militares, para gloria de nuestras tradiciones libertadores tenemos otra fuerza armada, tenemos un Ejército, tenemos una Marina, una Aviación y una Guardia Nacional que han vuelto a retomar sus raíces originarias y hoy no están para atropellar al pueblo sino para luchar junto al pueblo por la liberación de Venezuela y por el desarrollo de Venezuela.*"

relacionais históricos e criando uma base de sustentação ainda mais sólida para o processo revolucionário e a fundação de uma nova República no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a situação crítica pela qual passa a Venezuela nos dias de hoje não é uma tarefa fácil. Este trabalho de pesquisa ensejou trazer uma análise multidimensional para que se buscasse entender não apenas a trajetória do desenvolvimento econômico ou a trajetória histórica do povo venezuelano e das instituições que formaram o Estado até então, mas também buscou lançar as bases para o que sustenta o atual modelo, mesmo diante de tantos desafios. Buscou-se também trazer à luz, o contexto político nacional e internacional que ilustram o modo como se desenvolveu o imaginário venezuelano, assim como foram estabelecidas as pressões sobre um projeto que se mostrou bastante inflexivo à ordem histórica vigente até então. Não obstante, a perspectiva temporal comparada do desenvolvimento econômico e social do país buscou evidenciar e enfatizar quais foram os pontos de inflexão promovidos por Chávez e seu governo, mas também buscou evidenciar que mudanças mais profundas não foram alcançadas em termo de desenvolvimento, diversificação e complexificação da estrutura econômico-produtiva, uma vez que se fez perene o subdesenvolvimento do país, o que de certa forma está na raiz da situação de crise atual.

No entanto, este trabalho de dissertação pretendeu também endereçar a questão do desenvolvimento não apenas como uma variável objetiva analítica quantificável pura e simples. Buscou-se evidenciar que desenvolvimento vai para além do crescimento econômico e da própria industrialização. Há que se ter em conta todos os aspectos que uma mudança político-ideológica trouxe para o todo da população, apesar de não ter atingido níveis superiores no sentido do desenvolvimento econômico-industrial. A Revolução Bolivariana trouxe antes de tudo uma condição de bem-estar mínima e digna para uma parcela bastante expressiva da população venezuelana que sempre foi esquecida por seus governantes. Erros na condução da política industrial ou preferências distintas na escolha no momento de tomada de decisão política não aprofundaram o processo de industrialização, fundamental para a superação do subdesenvolvimento. De certo, Furtado evocou a surpresa de se permanecer subdesenvolvido um país com tal abundância de divisas internacionais e este trabalho pretende ter endereçado os caminhos que o país percorreu para que não tenham sido tomadas políticas mais assertivas ou que não tenham sido permitidas as devidas políticas, assim como toda a influência do contexto político e econômico internacional em que esteve inserida a Venezuela no decorrer da sua história.

Em linhas gerais, governo Chávez foi um projeto popular nacionalista revolucionário com uma perspectiva anti-imperialista que conseguiu produzir avanços notáveis, como nacionalizar o petróleo, que é a principal riqueza natural e fonte de recursos financeiros do país, mas que nunca apontou para uma direção anti-capitalista ou para uma ruptura completa com a ordem burguesa. O fato de terem quadros socialistas importantes no governo não implica que o governo seja uma experiência de transição socialista pois ainda opera inserido na lógica sistêmica do capitalismo e há nele uma miríade e uma variedade de ideologias políticas, de marxistas radicais a nacionalistas que defendem uma menor desigualdade social e maior participação das empresas públicas na economia. Além disso, embora Chávez tenha, a partir de 2007/2008, avançado bem mais na direção de formular sobre o Estado comunal e a superação do capitalismo dependente a partir de uma estratégia socialista, no que se convencionou chamar “socialismo do séc. XXI”, este processo não teve continuidade no governo Maduro não por falta de vontade política, mas sim por condicionantes e consequências da instabilidade política interna causada primordialmente pela crise econômica que foi instalada no país a partir de 2013/2014, coincidente à sucessão presidencial após a morte de Chávez.

Pois bem, trata-se de um capitalismo diferente pois passou por um processo revolucionário popular e democrático, de modo que, mesmo jogando o jogo dentro das regras do sistema capitalista, trata-se de um projeto político radicalmente popular. Surge, como análise da crise econômica e política pela qual o país passa, a ideia de que o chavismo foi um fracasso do ponto de vista econômico pelo fato de o país estar na situação econômica em que se encontra. Há que se relativizar essa assertiva. Apesar de não ter completado o processo de superação do subdesenvolvimento, o governo Chávez não foi um fracasso econômico. Para méritos ilustrativos, não há como se considerar fracasso um governo que experimentou um expressivo nível de crescimento acumulado do PIB, com um aumento médio anual de 2% na renda *per capita*, uma redução da pobreza em 49% e da pobreza extrema em 63%. Até 2015, a Venezuela tinha o menor índice de Gini da América do Sul; a expectativa de vida aumentou; a mortalidade infantil reduziu drasticamente; o IDH teve um expressivo incremento positivo; pela primeira vez na vida uma quantidade expressiva de venezuelanos teve acesso a serviços de saúde, educação e lazer públicos e de qualidade. Esses são apenas alguns exemplos nessa direção e esta dissertação mostrou ainda mais aspectos multidimensionais nessa direção.

Além disso, há que se discutir a quem cabe a culpa da crise. No entanto, há também que se desnaturalizar a culpa da crise econômica atual como função exclusiva de uma suposta

incapacidade administrativa do governo Nicolas Maduro. Há que se ter a noção, e a presente dissertação espera ter contribuído nessa direção, de que o governo Chávez logrou sucesso com a Revolução Bolivariana em termos de distribuição de renda a partir da realocação estratégica da renda auferida no setor do petróleo, fruto da nacionalização deste recurso. No entanto, como podemos observar, não se tratou de uma experiência que logrou êxito na diversificação e complexificação da estrutura econômico-produtiva do país, portanto permanecendo bastante vulnerável a flutuações do nível de preço internacional do petróleo, assim como permaneceu dependente da capacidade de financiamento externo para produzir internamente. Portanto, é entendível que a brusca queda do preço do barril de petróleo em 2014, associada a uma dívida externa bastante elevada, puseram o país em uma situação crítica, tornando insustentável a manutenção do modelo bolivariano de atuação política e econômica vigente até então. No entanto, aliado a isso, há que se mencionar o fato de que o governo dos EUA, principal comprador do petróleo venezuelano e onde quantidade considerável do petróleo venezuelano é refinado ainda hoje, passou, a partir de 2014, a lançar uma série de sanções econômicas e bloqueios ao país, com o objetivo declarado de sufocar e inviabilizar o governo venezuelano. Não obstante, há ainda a elite venezuelana que controla uma expressiva parcela dos meios de produção do país e que partiram para uma "guerra econômica" interna contra o governo no intuito de, neste cenário de extrema fragilidade, derrubar o governo Maduro e retomar o poder e os privilégios históricos.

Há que se evidenciar que há sim uma parcela de culpa na administração pública do governo Maduro em termos de políticas tomadas pelo governo que não serão objetos desta dissertação, mas tornar o chavismo como culpado da crise atual é apontar para toda a história como culpada do subdesenvolvimento do país, o que em si não deixa de ser relativa verdade, haja visto o processo histórico de dominação do capitalismo mundial. O governo Maduro, especificamente, comete uma série de erros na condução da crise, principalmente em termos de política econômica, e se não corrigir esses erros corre um sério risco de perder o apoio popular que lhe sustentou até hoje e o projeto bolivariano ser derrubado pelas suas próprias contradições internas em um cenário de violenta pressão do imperialismo estadunidense e da elite burguesa interna.

Há ainda o discurso de que a revolução bolivariana foi e é um projeto populista, bonapartista, baseado na figura de um caudilho, onde as massas seriam incapazes, despolitizadas e desorganizadas a ponto de o líder político as manipular. No entanto, há que se entender que, do ponto de vista histórico-estrutural, o período bolivariano foi o período mais



democrático da história da Venezuela, nunca antes as massas populares tiveram tanta participação nos rumos da política e da economia quanto no período chavista. Não obstante, nenhum país na América do Sul tem mais organizações de base como a Venezuela. São movimentos coletivos de mulheres, indígenas e negros, associações de moradores, sindicatos e comunas populares rurais; sendo todos estes dotados de relativa importância na prática política e econômica no país.

Entender o “sucesso” ou o “insucesso” da Revolução Bolivariana sem buscar entender como se conformou o processo histórico e a trajetória do desenvolvimento econômico e do processo de formação do Estado venezuelano repleto de vicissitudes acaba por tornar tal análise bastante superficial ou puramente opinativa. A situação atual no país é crítica. Há uma crise de corte multidimensional que não tem apenas um culpado. Assim, pretende-se, a partir desta dissertação, ter lançado uma base para análise mais profunda ou ter apenas trazido à luz uma série de peculiaridades do processo venezuelano que o tornam bastante específico, um caso *sui generis* em muitos aspectos. Por fim, vale apontar uma matéria de 2009 da BBC lançava como título: “Povo, petróleo e militares sustentam governo Chávez” bradando que esses eram os pilares de sustentação de Chávez e do próprio projeto bolivariano personificado na sua figura. Hoje, no entanto, apesar da recuperação relativa do preço do petróleo, que ainda permanece em níveis relativamente baixos, a produção venezuelana está muito prejudicada seja por incapacidade de financiar, incapacidade de acessar mercados ou incapacidade técnica propriamente dita, podemos afirmar que o povo e os militares venezuelanos é que realmente sustentam o projeto bolivariano no país. É sobre esses dois segmentos da sociedade que Maduro tem que se atentar, observar e valorizar para que o projeto revolucionário não ruia antes que o contexto econômico, político e social tenha tempo de se transformar novamente.

Por fim, mas não menos importante, há que se pontuar um aspecto de fundamental importância ao analisarmos tal situação sob a perspectiva estrutural e multidimensional que este trabalho, desde o início, ensejou endereçar. Entender o processo de desenvolvimento venezuelano, principalmente em termos de sua configuração atual e perspectivas futuras, assim como a própria sustentação política do projeto revolucionário bolivariano, passa necessariamente por entender a relação deste país com a China. Tal relação, diante de um sistema internacional de bastante instabilidade e disputas hegemônicas, há um tempo em um processo de redesenho de forças, põe a Venezuela, devido a seu caráter geoestratégico por estar geograficamente próxima aos Estados Unidos, mas também devido à abundância de

petróleo em seu território, ganha contornos bastante expressivos que merecem destaque e devida apreciação.

Apesar de ter caráter providencial nessa relação, a aproximação entre esses dois governos, que vem se tornando mais evidente principalmente a partir do momento em que Juan Guaidó se autoproclamou presidente do país, não se limita à compra e venda de petróleo no presente e no futuro. Fatalmente, boa parte dos acordos bilionários assinados pelos dois países envolvem direta ou indiretamente a venda de petróleo. No entanto, se observarmos qualitativamente o investimento chinês na Venezuela, faz-se possível observar que são massivos investimentos em infraestrutura (aeroportos e portos) e em energia elétrica (principalmente no que tange a distribuição). Trata-se, portanto, de uma situação ganha-ganha em que a Venezuela ganha não apenas a capacidade de investimento que tem faltado para expandir a produção de petróleo no país, mas também recebe investimentos diretos em áreas sensíveis e providenciais para que se consolidem internamente as condições necessárias para que os impactos da produção petrolífera gere impactos positivos em termos gerais de desenvolvimento no país, se bem “semeados”, ou seja, se o governo conseguir permear adequadamente e produtivamente as receitas advindas da produção e exportação petrolífera. Em contrapartida, a China garante a utilização de tecnologia e relativa mão-de-obra chinesa, garante oferta para sua demanda, reprimida ou não, tendo um impacto muito mais estratégico do que funcional no presente, assim como garante que lucros possivelmente serão transferidos no futuro.

Para além dos aspectos de natureza econômica desta relação, o que muito tem sido levantado é a aproximação político-diplomática entre Venezuela e China. Em um contexto de guerra comercial declarada ou não entre os EUA e a China, esta aproximação diante das muitas sanções econômicas e comerciais lançadas contra o governo, empresas e indivíduos venezuelanos, traz uma conotação um tanto mais profundo, inclusive porque não se trata apenas de uma aproximação econômico-financeira-comercial. Outras esferas da vida pública e cotidiana dos venezuelanos estão sendo cada vez mais permeadas pela influência chinesa. Desde a aproximação de instituições de ensino superior à homenagem ao país asiático como convidado de honra da Feira do Livro de 2019, em Caracas. A ampliação da presença de Institutos Confúcio no país, assim como, recentemente, a expressiva ajuda humanitária da China para a Venezuela, evidenciam ainda mais o caráter multidimensional dessa aproximação. No que tange a pandemia da covid-19, os venezuelanos foram um dos primeiros países a declarar publicamente expressões de solidariedade e apoio aos chineses no momento

do surgimento e aceleração do espalhamento deste vírus no país. Em contrapartida, indo constantemente de encontro às sanções estadunidenses e, mesmo diante de reiterados comentários e falas do governo estadunidense condenando esses movimentos, a China enviou não somente uma quantidade expressiva de testes, suprimentos médicos e equipamentos de proteção individual, mas também enviou recursos financeiros e missões médicas para auxiliar o governo venezuelano no controle e combate do espalhamento do vírus no país e os fatos demonstram que os resultados têm sido bastante satisfatórios, principalmente relacionados aos países do seu entorno e ao contexto latino-americano em si.

Há de se ter compreensão de que muitos desses eventos estão em curso no momento em que esse trabalho é escrito e muito do que desenrolará a partir de atitudes tomadas no presente são bastante sensíveis a decisões políticas específicas. Por isso, muito mais do que conclusões, estas considerações finais lançam questões que deverão ser apreciadas futuramente. No entanto, faz-se possível perceber, de pronto, que diante de reiterados ataques estadunidenses e de alguns aliados ao governo Maduro, sob o pretexto de “guerra às drogas” e “defesa da democracia” e da “vontade do povo venezuelano”, não fosse o apoio chinês, mas também russo, turco e alguns outros, o cenário atual e o contexto político, econômico e social do país estaria bastante mais instável, para não dizer deteriorado ou pauperizado. A Venezuela se insere incisivamente na nova configuração da projeção geopolítica chinesa no mundo e vê, com o passar do tempo, diante dos sucessivos ataques proferidos por “frentes ocidentais”, as raízes desta relação se aprofundarem e se complexificarem cada vez mais e, portanto, assim como apontado anteriormente, qualquer projeto ou rumo que o processo de desenvolvimento político, econômico e social que o país encarará daqui pra frente incluirá o fator China e o aspecto geopolítico que essa aproximação intrinsecamente carrega.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGARWALA, A.; e SINGH, S (org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

ASTORGA, Pablo. **Industrialization in Venezuela, 1936-83: the problem of abundance**. Em: *An Economic History of Twentieth-Century Latin America: Volume 3*. Nova York: Palgrave Publishers, 2000.

AZEREDO, Mauro M. de. **A crise da democracia venezuelana: relação com os Estados Unidos**. Em: GUIMARÃES, Samuel P.; e CARDIM, Carlos H. (org.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: FUNAG, 2001.

BARROS, Pedro. **Venezuela: mudanças e perspectivas - A razão chavista**. En: CARMO, Corival; \_\_; e MONTEIRO, Leonardo. *Venezuela: mudanças e perspectivas*. Brasília: Funag, 2007.

\_\_. **Governo Chávez e desenvolvimento: a política econômica em processo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_. **Chávez e Petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana**. *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, a. 5, v. 2, p. 209-237, 2006.

BASTOS, Carlos P. **Resenha Bibliográfica**. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 4, pp. 919-923, 2008.

BELLO, Omar; BLYDE, Juan; e RESTUCCIA, Diego. **Venezuela's Growth Experience**. *Latin American Journal of Economics*, Santiago, v. 48, n. 2, pp. 199–226, 2011.

BÉRTOLA, Luis; e OCAMPO, José A. **The Economic Development of Latin America since Independence**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BIANCHINI, Rafael. **A tragédia econômica venezuelana**. *Carta Capital*, 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/conjunturando/a-tragedia-economica-venezuelana/>>. Acesso em: 08 de jan. de 2020.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal – Vol. 1 e 2**. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1998

BRADING, Ryan. **Populism in Venezuela**. Nova York: Routledge, 2013.

BROUGHTON, Alan. **Venezuela land reform, food sovereignty and agroecology**. *Synthesis/Regeneration*, v.55, 2011.

BRUCE, Mariana. **Estado e democracia nos tempos de Hugo Chávez (1998-2013)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

CANO, Wilson. **Venezuela:** limites para uma nova política econômica. Em: GUIMARÃES, Samuel P.; e CARDIM, Carlos H. (org.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: FUNAG, 2001.

CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, José A.; e THORP, Rosemary. **The Export Age:** the Latin American economies in the late nineteenth and early twentieth centuries. Em: \_\_. *An Economic History of Twentieth-Century Latin America: Volume 1*. Nova York: Palgrave Publishers, 2000.

CASANOVA, Ramón. **Democracia e políticas sociais na transição venezuelana:** entre o capitalismo assistencial e a democracia socialista. Em: BORGES, Liliam Faria Porto; e MAZZUCO, Neiva Gallina (orgs). “Democracia e políticas sociais na América Latina”. São Paulo: Xamã, 2009.

CARMO, Corival; BARROS, Pedro S.; e MONTEIRO, Leonardo. **Venezuela:** mudanças e perspectivas. Brasília: FUNAG, 2007.

CARMO, Corival; e PECEQUILLO, Cristina. **Venezuela-Brasil-EUA:** Uma Visão Retrospectiva da Dinâmica Regional (2002/2013). *Oikos*, Rio de Janeiro, v.15, n. 2, 2016

CAROLLO, Salvatore. **Understanding oil prices:** guide to what guides the price of oil in today’s market. Chichester: Wiley Publishers, 2012.

CARROLL, Rory. **Comandante:** a Venezuela de Hugo Chávez. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

CAVALCANTE, Sávio. **Classes médias e modo de produção capitalista:** um estudo a partir do debate marxista. 2012. 382 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2012.

CHENERY, Holli (1955). **O papel da industrialização nos programas de desenvolvimento.** Em: AGARWALA, A.; e SINGH, S (org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

CIMOLI, Mario; e PORCILE, Gabriel. **Tecnología, heterogeneidad y crecimiento:** una caja de herramientas estructuralistas. Santiago: Cepal, 2013.

COLETTA, Damon. **Venezuelan Civil-Military Relations as a Coordinate System.** *Armed Forces & Society*, v. 36, n. 5, 2010.

CLARK, Patrick. **Sowing the Oil.** *Humboldt Journal of Social Relations*, v. 33, n. 1/2, 2010.

COLLIER, Paul; e HOEFFLER, Anke. **Resource Rents, Governance, and Conflict.** *Journal of Conflict Resolution*, v. 49, n. 4, pp. 625–633, 2005.

CORRALES, Javier; e PENFOLD, Michael. **Dragon in the Tropics:** Hugo Chavez and the political economy of revolution in Venezuela. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2011.

CYPHER, James. **From Structuralism to Neoliberal Depredation and beyond: economic transformations and labor policies in Latin America, 1950-2016.** *Latin American Perspectives*, v. 45, n. 1, pp.24-46, 2018.

DAMASCENO, F. S. **Luta operária e participação popular na Venezuela: estudo sobre a resistência dos trabalhadores: o Paro Petrolero de dezembro de 2002.** Tese – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

DANTAS, Aílton. **O Discurso de Hugo Chávez como Instrumento Articulador de uma Unidade Latino-Americana.** 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

DIJOHN, Jonathan. **The Political Economy of Economic Liberalisation in Venezuela.** *Crisis States Programme Working Paper*, n. 46, 2004

EFICEM. **Hugo Chávez: La construcción del Socialismo del siglo XXI: discursos del Comandante Supremo ante la Asamblea Nacional [1999 - 2012] - Tomo I.** Caracas: Editorial William Lara, 2013.

EL-GHONEMY, M. Riad. **The Political Economy of Rural Poverty: the case for land reform.** Nova York: Routledge, 1990.

ELIZALDE, Rosa M.; e BÁEZ, Luis. **Chávez Nuestro.** Havana: Casa Editora Abril, 2004.

ELLNER, Steve. **Hugo Chavez's First Decade in Office.** *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 1, 2010.

\_\_. **The Distinguishing Features of Latin America's New Left in Power.** *Latin American Perspectives*, v. 39, n. 1, 2012.

\_\_. **Social and Political Diversity and the Democratic Road to Change in Venezuela.** *Latin American Perspectives*, v. 40, n. 3, 2013a.

\_\_. **What account for Chavez's Success.** *NACLA Report on the Americas*, v. 46, n. 1, 2013b.

\_\_. **Pink-tide governments.** *Latin American Perspectives*, v. 46, n. 1, 2019.

ELLNER, Steve; e HELLINGER, Daniel. **La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto.** Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 2003.

ELLNER, Steve; e SALAS, Miguel T. **The Venezuelan Exceptionalism Thesis Separating Myth from Reality.** *Latin American Perspectives*, v. 32, n. 2, 2005a.

\_\_. **New Perspectives on Politics and Society.** *Latin American Perspectives*, v. 32, n. 3, 2005b.

ENRÍQUEZ, Laura; e NEWMAN, Simeon. **The Conflicted State and Agrarian Transformation in Pink Tide Venezuela.** *Journal of Agrarian Change*, v. 16, n. 4, pp. 594–626, 2016.

- FEAVER, Peter. **Civil-Military relations**. *Annual Review of Political Science*, v. 2, 1999.
- FELICIEN, Ana; SCHIAVONI, Christina M.; e ROMERO, Licia. **The Politics of Food in Venezuela**. *Monthly Review: An Independent Socialist Magazine*, v. 70, n. 2, pp. 1-19, jun. 2018.
- FITZGERALD, E. V. K. **ECLA and the Theory of Import Substituting Industrialization in Latin America**. Em: *An Economic History of Twentieth-Century Latin America: Volume 3*. Nova York: Palgrave Publishers, 2000.
- FURTADO, Celso. **Ensaio Sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- \_\_\_. (1974a). **Notas sobre a Economia Venezuelana e suas Perspectivas Atuais**. Em: *Ensaio Sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- \_\_\_. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Nacional, 1974b.
- \_\_\_. (1961). **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- \_\_\_. (1957). **O Desenvolvimento da Economia Venezuelana**. Em: *Ensaio Sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **O Enigmático Hugo Chávez**. *Samuel*, São Paulo, n. 5, 2013.
- GIANTOMASI, Santiago. **Profesionalización de las Fuerzas Armadas de Venezuela: influencia del Plan Andrés Bello en La promoción Simón Bolívar II de La Academia Militar de Venezuela (1971-1975)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2019.
- \_\_\_. **Academia Militar de Venezuela, Cuna de la Revolución Bolivariana: la formación de Hugo Rafael Chávez Frías en “La Casa de los Sueños Azules” (1971-1975)**. Em: XVI CONGRESO INTERNACIONAL DEL FOMERCO, 6., 2017. Anais... Bahia, 2017.
- GONZALEZ, Mike. **Hugo Chávez: socialist for the twenty-first century**. Londres: Pluto Press, 2014.
- GUANIPA, Ronald; e LARRALDE, Humberto. **Fragments de Venezuela: 20 Escritos de Economia**. Caracas: Publicaciones UCAB, 2017.
- GURIERI, Adolfo (org.). **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- \_\_\_. **A economia política de Raúl Prebisch**. Em: *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

HAWKINS, Kirk. **Venezuela's chavismo and populism in Comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HELLINGER, Daniel. **Oil and the Chávez Legacy**. *Latin American Perspectives*, v. 44, n. 1, 2017.

HELLINGER, Daniel; e SPANAKOS, Anthony P.. **The Legacy of Hugo Chávez**. *Latin American Perspectives*, v. 44, n. 1, 2017.

HER, José C.. **The civil-military relations in the Venezuela of Chávez**. *GESI Analysis*, v. 26, 2017.

HIRSCHMAN, Albert. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HUNTINGTON, Samuel P. **Choque de civilizações**. São Paulo: Ponto de Leitura, 2010.

Irwin, D.. **Reflexiones sobre el Control Civil (teoría y acción)**. Em: IRWIN, D.; BUTTÓ, L.; e LANGUE, F. (ed.). "Control Civil y Pretorianismo en Venezuela". Caracas: UCAB, 2006.

KALDOR, Nicholas. **Further essays on applied economics**. Londres: Duckworth, 1978.

KUZNETS, S. (1954). **Os países subdesenvolvidos e a faz pré-industrial nos países avançados**: uma tentativa de comparação. Em: AGARWALA, A.; e SINGH, S (org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

LAVELLE, Daniel. **A Twenty-first Century Socialist Agriculture? Land Reform, Food Sovereignty and Peasant-State Dynamics in Venezuela**. *International Journal of Sociology of Agriculture & Food*. Special issue, v. 21, n. 1, pp. 133-154, 2014.

LE BILLON, Philippe; e BRIDGE, Gavin. **Oil**. Malden: Polity Press, 2017.

LEWIS, Arthur. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

\_\_ (1954). **O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra**. Em: AGARWALA, A.; e SINGH, S (org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

LERNER, Abba. **Economics of employment**. Nova York: McGraw-Hill Book Company, 1951.

LIEUWEN, Edwin. **Petróleo en Venezuela, una historia**. Caracas: El perro y la rana, 2016.

LIPTON, Michael. **Land Reform in Developing Countries: property rights and property wrongs**. Nova York: Routledge, 2009.



LOPES, Monica. **Balço teórico da Venezuela bolivariana**. Em: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA - “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, 5. 2013, Londrina, Anais... publicação online, 2013.

LUGO-MORIN, Diosey. **La dinámica agraria venezolana: reflexiones para su discusión**. *Mundo Agrario*, La Plata, v. 10, n. 20, 2010.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Unesp, 2008.

MEDEIROS, Carlos A.. **Recursos naturais, nacionalismo e estratégias de desenvolvimento**, *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, pp. 143-167, 2013a.

\_\_\_. **The Political Economy of the Rise and Decline of Developmental States**. In: LEVRERO, Enrico; PALUMBO, Antonella; e STIRATI, Antonella (org.). **Sraffa and the Reconstruction of Economic Theory: aggregate Demand, Policy Analysis and Growth**. Londres: Palgrave Macmillan, 2013b.

\_\_\_. **Celso Furtado na Venezuela**. Em: FURTADO, Celso. **Ensaio Sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

\_\_\_. **Desenvolvimento econômico, heterogeneidade estrutural e distribuição de renda no Brasil**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2, pp. 169-174, jul./dez. 2004.

MEDEIROS, Carlos A.; e SERRANO, Franklin. **Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil**. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos A. (org.). “Polarização mundial e crescimento”. Petrópolis: Vozes, 2001.

METRI, Mauricio. **Imperativos geoestratégicos: o (geo)político, o (geo)econômico e o (geo) monetário**. Em: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES, 6., 2017. Anais... Minas Gerais, 2017.

MOREIRA, Gabriel B. **A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018.

MUNHOZ, Dércio G. **Venezuela: ortodoxia econômica e investimentos estrangeiros**. Em: GUIMARÃES, Samuel P.; e CARDIM, Carlos H. (org.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: FUNAG, 2001.

NERY, Tiago. **As diferentes trajetórias de desenvolvimento de Brasil e Venezuela (1945-2015)**. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, 2017.

NEVES, Romulo. **Cultura, política e elementos de análise da política venezuelana**. Brasília: Funag, 2010.

NURKSE, Ragnar (1953). **Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico**. Em: AGARWALA, A.; e SINGH, S (org.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

OLIVEIRA, Lucas K. de. **Energia como recurso de poder na política internacional: geopolítica, estratégia e o papel do centro de decisão energética.** 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

OURIQUES, Nildo. **Política de desarrollo y transición al socialismo.** *REBELA*, v.5, n.1. jan./mar. 2015.

PAMPLONA, João; e CACCIAMALI, Maria. **A maldição dos recursos naturais.** *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 27, n.1, p. 129-159, abr. 2018.

PINKUSFELD, Carlos; e BRITTO, Gustavo. **Introdução.** Em: AGARWALA, A.; e SINGH, S (org.). *A economia do subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

PINTO, Aníbal. **Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PINTO, Luiz F. S. **Risco político e indústria do petróleo: as companhias nacionais de petróleo como variáveis.** 2014. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

PREBISCH, Raúl. (1949). **Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico.** Em: *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

\_\_ (1962). **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas.** Em: *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

\_\_ (1951). **Problemas teóricos e práticos do crescimento.** Em: *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

RAMONET, Ignacio. **Hugo Chávez: mi primera vida.** Caracas: Vadell Hermanos, 2013.

REIS, Cristina. **Recursos Naturais e Desenvolvimento Econômico.** 2013. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SACHS, Jeffrey D.; e WARNER, Andrew. **Natural Resource Abundance and Economic Growth.** *Working Paper 5398*, National Bureau of Economic Research and Harvard University, 1995.

\_\_. **The Curse of Natural Resources.** *European Economic Review* v. 45, pp. 827–838, 2001.

SALAS, Miguel T. **Venezuela: what everyone needs to know.** Oxford: Oxford University Press, 2015.

\_\_. **Venezuela: La Mancha del Petróleo.** *NACLA Report on the Americas*, v. 49, n. 4, 2017.

SÁNCHEZ, Irey G. **El papel de las misiones sociales en la construcción de identidades políticas en Venezuela.** *Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales*, v. 13, n.1º 1 (ene.-abr.), pp. 13-34, 2007.

SERRANO, Franklin. **Garegnani's svimez report, development economics and the role of government spending in long run growth.** *Mimeo UFRJ*. Disponível em: <https://franklinserrano.files.wordpress.com/2017/03/serrano-on-garegnani-1962-and-fiscal-policy-english-march-2017.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

SERRANO, Franklin; e SUMMA, Ricardo. **Dissenso ao contrassenso do novo consenso: a alternativa da macroeconomia da demanda efetiva.** Rio de Janeiro: IE/UFRJ, TD 008, 2019.

SCHEIDT, Eduardo. **“Revolução Bolivariana” nos discursos de Hugo Chávez.** *Cordis*. Revoluções, cultura e política na América Latina, São Paulo, n. 11, p. 155-193, jul./dez. 2013.

SEVERO, Luciano W. **Economía venezolana (1899-2008): la lucha por el petróleo y la emancipación.** Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2009.

\_\_. **Venezuela: petróleo semeando emancipação e crescimento econômico.** Caracas, 2006. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article141468>>. Acesso em: 20 de jan. de 2020.

SINGER, Hans (1952). **A mecânica do desenvolvimento econômico.** Em: AGARWALA, A.; e SINGH, S (org.). *A economia do subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

\_\_. **The distribution of gains between investing and borrowing countries.** *The American Economic Review*, v. 40, n. 2, pp. 473-485, May, 1950.

SPANAKOS, Anthony; e ROMO, Mishella. **Popular Politics in Bolivarian Venezuela.** *Latin America Perspectives*, v. 44, n. 1, 2017.

STRONEN, Iselin. **A civil-military Alliance: The Venezuelan Armed Forces before and during the Chávez era.** *CMI Working Paper*, n. 4, 2016.

\_\_. **Grassroots Politics and Oil Culture in Venezuela.** Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

SUNKEL, Osvaldo. **Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1974.

TAVARES, Laura. **Venezuela: possibilidades e limites para um novo modelo de desenvolvimento e de integração regional.** Em: GUIMARÃES, Samuel P.; e CARDIM, Carlos H. (org.). *Venezuela: visões brasileiras.* Brasília: FUNAG, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

\_\_. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

THIRLWALL, A. P. **The balance-of-payments constraint as an explanation of international growth rate differences.** *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, p. 45-55, mar. 1979.

TRINKUNAS, Harold. **¿Qué, en realidad, hay de nuevo en la política exterior de Venezuela?**. *Military Review*, v. 85, n. 5, pp. 52-61, 2005.

\_\_. **The crisis in Venezuelan Civil-Military Relations**. *Latin American Research Review*, v. 37, n. 1, 2002.

VERA, Cristian G.; e RAMOS, Froilán. **Las relaciones Civiles-Militares y el proyecto ideológico bolivariano en Venezuela (1999-2014)**. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, v. 11, n. 1, 263-286, jan. 2016.

VIEIRA, Mariana de Oliveira Lopes. **O debate teórico sobre o governo Chávez: paradoxos do chavismo na Venezuela**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2016.

VILLA, Rafael D. **Venezuela: mudanças políticas na era Chávez**. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 153-172, dez. 2005.

VIZENTINI, Paulo G. F. **A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001)**. Em: GUIMARÃES, Samuel P.; e CARDIM, Carlos H. (org.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: FUNAG, 2001.

WILDE, Matt. **The Communal Councils and Participatory Democracy in Chávez's Venezuela**. *Latin America Perspectives*, v. 44, n. 1, 2017.

WILPERT, Gregory. **Chávez's Legacy of Land Reform for Venezuela**. Tenth Anniversary Conference of the Foundation for Agrarian Studies, "On Agrarian Issues," Kochi, January 9–12, 2014.

WILHELM, Vandiana. **A Trajetória do Neoliberalismo na Venezuela e sua Conjuntura Atual: uma análise das políticas governamentais desencadeadas a partir do ano de 1998**. *REBELA*, v. 1, n. 2, out. 2011.

WRAY, Randall. **Modern Money Theory: A Primer on Macroeconomics for Sovereign Monetary Systems**. Nova York: Palgrave Macmillan. 2015.

YERGIN, Daniel. **The Prize: The Epic Quest for Oil, Money, and Power**. Nova York: Simon & Schuster, 1991.

\_\_. **The Quest: Energy Security and the Remaking of the Modern World**. Nova York: The Penguin Press, 2011.

### **Relatórios**

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA – BCV. **Informe económico**. Vários anos (1974-2012).

\_\_. **Estadísticas**. Vários índices. Vários anos (1974-2018).

\_\_. **Ciclos de actividad económica y comovimientos sectoriales en Venezuela**. 2010.

\_\_\_ **Análisis de riesgo macro-financiero para Venezuela.** 2011.

\_\_\_ **La necesidad de la industrialización en Venezuela.** 2013.

\_\_\_ **Comportamiento de la industria manufacturera en diferentes países.** 2016

\_\_\_ **Poverty Dynamics in Venezuela 2000-2013.** 2017a.

\_\_\_ **Impacto sectorial de la política fiscal ante variaciones de los términos de intercambio:** un enfoque de los modelos de equilibrio general dinámico estocásticos. 2017b.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe.** Santiago: Cepal, vários anos.

\_\_\_ **Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe.** Santiago: Cepal, vários anos.

\_\_\_ **Informe macroeconómico – Venezuela.** Santiago: Cepal, 2018.

ETEMADI; e LUCIANI (1900-1980); e US EIA HISTORICAL STATISTICS (1981-2010). **Oil Production** (Venezuela, Bolivarian Republic of), 2010.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. **República Bolivariana de Venezuela – International Financial Statistics 2018,** 2018.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Education at a Glance 2019:** OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2019.

US EIA. **World Crude Oil Production:** OPEC Members. October 2018 Monthly Energy Review, 2018.

VENEZUELA, Governo Bolivariano de. **Estadísticas de Pobreza, 1999-2018.** Caracas, 2018.